

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS



Dissertação de mestrado

Os processos de sândi externo no espanhol uruguaio

Paula Penteado De David

Pelotas, julho de 2016.

Paula Penteado De David

Os processos de sândi externo no espanhol uruguaio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras – PPGL/UFPeI, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cíntia da Costa Alcântara

Pelotas, julho de 2016.

Ficha catalográfica

D249p David, Paula Penteado
Os processos de sândi externo no espanhol uruguaio/
Paula Penteado David ; Cíntia da Costa Alcântara,
orientadora. - Pelotas, 2016.
152 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade
Federal de Pelotas, 2016.

1. Fonologia. 2. Fonologia prosódica. 3. Sândi externo.
4. Linguística espanhola uruguaia. I. Alcântara, Cíntia da
Costa, orient. II. Título.

CDU: 81'34

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Márcia Della Flora Cortes – CRB10/1877

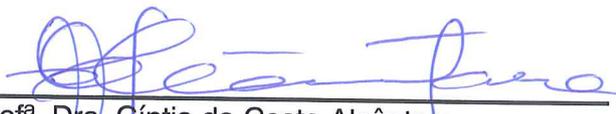
Paula Penteado De David

Os processos de sândi externo no espanhol Uruguai

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Pelotas.

29 de abril de 2015

Banca examinadora:



Prof.ª. Dra. Cíntia da Costa Alcântara
Orientadora/Presidente da Banca

Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Prof.ª. Dra. Luciene Bassols Brisolara
Membro da Banca

Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Prof.ª. Dra. Isabella Ferreira Mozzillo
Membro da Banca

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

*"Se enxerguei mais longe,
foi porque me apoiei sobre
os ombros de gigantes".*

Isaac Newton

Aos meus pais Sérgio e Maria, ao
meu irmão Guilherme, e a Diego.

À minha orientadora
Cíntia da Costa Alcântara.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Santo Antônio, por terem me dado força para atravessar e finalizar esta longa jornada.

À minha família, meu alicerce, que sempre confiou na minha capacidade, zelou e apoiou minhas escolhas, principalmente para a realização deste sonho. Obrigada por compreenderem minha ausência.

À minha orientadora e amiga Cíntia da Costa Alcântara, pela confiança, disposição, pelas vezes que me chamou a atenção, pela sua incansável dedicação e por sua enorme contribuição na minha formação pessoal e profissional.

Ao meu namorado, Diego Härter da Paz Silva, pelo carinho, paciência, apoio, encorajamento e incansável ajuda e incentivo.

Às professoras Isabella Mozzillo e Luciene Brisolara, que participaram da minha qualificação e defesa, pela atenção e pelas importantes contribuições ao trabalho.

À professora e amiga Aline Coelho da Silva, por todo o carinho, atenção e força para chegar até aqui. A senhora e a professora Cíntia serão exemplo e inspiração por toda a minha caminhada.

Às colegas e amigas Bianca Lehmann e Fabiana Fagundes Palla, por dividir angústias, preocupações, alegrias... Enfim, pelos momentos que compartilhamos durante nossa caminhada.

Às amigas, por entenderem as minhas faltas, em especial Seila Islabão e Helena Cristina Weirich, por todo o carinho, força e amizade desde a licenciatura.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas, por todo o aprendizado.

A Capes, pela bolsa concedida.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu abraço e meu sincero muito obrigada!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	TEORIA PROSÓDICA.....	16
2.1.1	O grupo clítico (C)	18
2.1.2	A frase fonológica (ϕ)	21
2.1.3	A frase entonacional (I)	23
2.1.4	O enunciado (U)	25
2.2	OS PROCESSOS DE SÂNDI EXTERNO NO ESPANHOL	26
2.2.1	Ditongos no espanhol	28
2.2.2	Processo de sândi externo: Ditongação	30
2.2.3	Processo de sândi externo: Degeminação	33
2.2.4	Processo de sândi externo: Elisão	34
3	METODOLOGIA	37
3.1	CORPUS DE ANÁLISE	37
3.2	OS INFORMANTES.....	38
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.4	VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	39
3.4.1	Qualidade da Vogal	39
3.4.2	Constituinte Prosódico	40
3.4.3	Acento	40
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1	DADOS DO ESPANHOL.....	42
4.1.1	Degeminação	43
4.1.2	Ditongação	47

4.1.2.1	Ditongação em fronteira de palavras	47
4.1.3	Elisão	50
4.1.3.1	Qualidade da vogal	52
4.2	NÃO APLICAÇÕES DA REGRA	54
4.3	CONTEXTOS DE APLICAÇÃO	55
4.3.1	Clítico + Palavra Lexical	56
4.3.2	Palavra lexical + Clítico	57
4.3.3	Palavra lexical + Palavra lexical	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	62
	ANEXOS	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores gerais referentes aos processos de sândi encontrados na amostra	42
Tabela 2 – Aplicações de sândi externo	43
Tabela 3 – Ocorrência dos acentos em degeminação	45
Tabela 4 – Condicionadores linguísticos para ditongação	50
Tabela 5 – Qualidade da vogal	52
Tabela 6 – O acento e a regra de elisão	53
Tabela 7 – Fatores de contexto	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hierarquia prosódica	17
Figura 2 – Aplicação de sândi no grupo clítico	21
Figura 3 – Ditongos crescentes e decrescentes do Espanhol	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Hierarquia Prosódica	17
Quadro 2 – Exemplos do processo de sândi no grupo clítico	20
Quadro 3 – Exemplos do processo de sândi externo: Ditongação	31
Quadro 4 – Exemplos do processo de sândi externo: Ditongação	31
Quadro 5 – Exemplos do processo de sândi externo: Degeminação	33
Quadro 6 – Exemplos do processo de sândi externo: Elisão	35
Quadro 7 – Exemplo em que o processo de elisão não ocorre	35
Quadro 8 – Amostra de ocorrências de sândi externo	41
Quadro 9 – Aplicação da regra de degeminação no espanhol uruguaio	44
Quadro 10 – Aplicação da regra de ditongação no espanhol uruguaio	47
Quadro 11 – Aplicação da regra de elisão no espanhol uruguaio	50
Quadro 12 – Não aplicação das regras de juntura no espanhol uruguaio	54

RESUMO

DAVID, Paula Penteado. *Os processos de sândi externo no espanhol uruguaio*. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2016.

Esta dissertação analisa os processos de sândi externo presentes em um *corpus* de falantes nativos e residentes do Uruguai, em um contexto de entrevistas. O método utilizado para a coleta de dados baseia-se em Labov (1972), que afirma ser válido obter dados de programas de rádio e de televisão, principalmente no caso de entrevistas, palestras ou debates. Este estudo tem por finalidade apresentar os processos de sândi externo — ditongação, degeminação e elisão —, bem como sua recorrência nos dados do espanhol uruguaio. Atém-se à descrição e análise dos mencionados processos, a partir do *corpus* de espanhol (LM), com base em Nespor & Vogel (1986) e estudos relacionados ao sândi externo na língua espanhola (Contreras, 1966; Hualde, 1991). A partir da análise realizada, constatou-se que o processo de sândi externo mais recorrente foi o de degeminação, seguido do processo de elisão e, por último, com um número pouco expressivo de ocorrências, a ditongação.

Palavras-chave: sândi externo; espanhol uruguaio; fonologia prosódica.

ABSTRACT

DAVID, Paula Penteado. *The external sandhi processes in Uruguayan Spanish*. 2016. 152f. Dissertation (Masters) — Programa de Pós graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2016.

This essay analyzes the external sandhi processes present in a *corpus* of reporters natives and residing in Uruguay, in a context of interviews. The method utilized for data collection is based in Labov (1972), which states that is valid to obtain data from radio and television shows, mainly in the case of interviews, lectures or debates. This paper has the objective of presenting the external sandhi processes — diphthongization, degemination and elision —, as well as its recurrence in Uruguayan Spanish data. This paper sticks to the description and analysis of the mentioned processes, on the Spanish *corpus* (LM), based on the prosodic theory of Nespor & Vogel (1986) and studies related to external sandhi in Spanish language (Contreras, 1966; Hualde, 1991). From the analysis realized, one has concluded that the external sandhi process with the greatest number of occurrences in the sample was the degemination, followed by the elision process and, at last, with an unexpressive number of occurrences, the diphthongization.

Keywords: external sandhi; Uruguayan Spanish; prosodic phonology.

1 INTRODUÇÃO

Quando ingressei no curso de Licenciatura em Letras — Português/Espanhol na Universidade Federal de Pelotas, não tinha ideia do que o curso iria me proporcionar. Minha única certeza, aos 19 anos, era de que queria ser professora de línguas, certeza que carrego até hoje. Logo no primeiro semestre, apresentei um trabalho sobre literatura espanhola, mas com o passar do tempo notei que não era nesta linha de conhecimento que gostaria de aprofundar os meus estudos. Talvez por não ter entrado na universidade com o objetivo de me tornar professora de literatura, busquei direcionamento para outra área de conhecimento. Porém, foi no segundo semestre do curso de Letras que percebi um maior interesse na área de linguística. Disciplinas como Sociolinguística, Linguística Aplicada e Morfologia me fizeram entender qual área realmente despertava meu interesse.

Tenho presente em minha memória a imagem de uma professora muito especial que, na maioria das suas aulas, para não dizer todas, trouxe a seguinte frase: "Na língua, tudo se explica!". Essa frase norteou minha trajetória, pois sempre a levo comigo quando tento buscar justificativas às variações de fala que percebo diariamente. Essa professora é tão fascinada pelo seu trabalho que emana toda sua intensidade aos seus alunos. Ela é minha orientadora! Foi com ela que tive a oportunidade de, no quarto semestre, conhecer e aprender um pouquinho sobre fonologia, o que muito me encantou. Todas as aulas de fonologia eram desafiadoras, pois me faziam pensar muito sobre a língua e, em uma aula sobre a formação silábica, consegui vislumbrar um possível estudo, uma possível pesquisa. Depois de algumas conversas com minha orientadora, decidi que gostaria de desenvolver um trabalho a respeito dos processos de sândi externo no espanhol, tendo por base dados de fala espontânea¹.

Somado a isso, esse trabalho também foi pensado pela necessidade de se efetuarem estudos que versassem sobre a ocorrência dos processos de sândi externo no espanhol da região do Rio da Prata, especificamente, neste

¹ Hoje, após uma longa caminhada, consegui entender melhor o meu objeto de estudo, somando-se ao prazer de investigar o que muito me inquietou desde a Licenciatura.

caso, o espanhol do Uruguai. Para tal, busco trazer contribuições para esse campo de estudos, uma vez que ainda há poucos trabalhos nesta área que tenham como objeto o espanhol da região sul do continente.

Delimitado meu objeto de estudo, esta dissertação tem por fim analisar, na língua espanhola falada no Uruguai, o choque entre fronteiras de palavras, processo este denominado sândi externo. Tal fenômeno é tema de importantes estudos na área de fonologia, como, por exemplo, os trabalhos apresentados por Hualde (1991, 2005) e Casali (1997), analisando o sândi externo à luz da fonologia prosódica de Nespor e Vogel (1986), com o auxílio de Bisol (1999; 1999a)

No espanhol há três tipos de sândi externo: degeminação, ditongação e elisão. Esses processos, também denominados processos de juntura externa, são registrados acima do nível da palavra, ou seja, no nível pós-lexical. Enquanto os dois primeiros – degeminação e ditongação – têm um contexto amplo de aplicação, o terceiro – elisão – apresenta um contexto bastante restrito, no qual necessariamente há uma vogal átona /a/ que, diante de outra vogal, diferente de /a/, deve sofrer apagamento. Esse contexto é, no entanto, compartilhado com a ditongação, sendo que esta, ao contrário da elisão, tem outros contextos de aplicação da regra. A ditongação é caracterizada pelo encontro de uma vogal alta e átona, com uma segunda vogal que pode ser tônica. Já a degeminação, por exemplo, ocorre quando há um choque entre duas vogais idênticas e átonas em fronteira de palavras ou se somente a segunda vogal (V2) for tônica.

Assim sendo, considerando a relevância de estudos dessa ordem para a compreensão de processos fonológicos variáveis, a presente dissertação pretende descrever e analisar os processos de sândi externo, encontrados em dados de falantes nativos do espanhol uruguaio. Com o fim de esclarecer a ocorrência dos processos de sândi externo neste idioma, o presente trabalho almeja atingir os seguintes objetivos:

- i. Fazer um levantamento dos processos de sândi externo que ocorrem no espanhol uruguaio;
- ii. Verificar o ordenamento dos processos de sândi externo no espanhol

uruguaio;

- iii. Identificar o processo mais recorrente na fala dos informantes uruguaio;
- iv. Diagnosticar os fatores de ordem linguística, possíveis desencadeadores dos processos de sândi externo no espanhol do Uruguai;
- v. Analisar, à luz da teoria prosódica (NESPOR E VOGEL, 1986), os processos de sândi externo em dados de fala de falantes nativos do espanhol uruguaio.

Além dos objetivos apresentados, a presente pesquisa se norteia pelas seguintes hipóteses:

- i. Existe uma ordem de ocorrência entre os processos de sândi externo nos dados de fala foco de estudo;
- ii. A referida ordem de ocorrência pode ser explicada por razões prosódicas;
- iii. A degeminação é o processo de sândi externo mais recorrente no corpus do espanhol uruguaio;
- iv. A ditongação é o fenômeno de menor incidência nos dados de fala analisados.

A fim de melhor organizar o trabalho, optou-se por dividi-lo em cinco capítulos. Na introdução, busca-se apresentar ao leitor o conteúdo do trabalho e as partes de que se constitui. Após, é apresentado o referencial teórico, dividido em seções e subseções, que serviram de embasamento para o trabalho realizado.

Já no terceiro capítulo, é apresentada a metodologia desenvolvida neste estudo que trata do corpus de análise, dos informantes, dos procedimentos metodológicos e das variáveis linguísticas.

Por fim, o capítulo quatro apresenta a descrição e análise dos dados e seus respectivos resultados, sob a teoria de fonologia prosódica. Em etapa subsequente são expostas as considerações finais, após são apresentadas as referências utilizadas para a elaboração do presente estudo, além dos anexos, contendo amostras dos dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA PROSÓDICA

No princípio do desenvolvimento da teoria gerativista, a fonologia era vista como uma organização linear de segmentos e um conjunto de regras fonológicas as quais tinham o seu domínio de aplicação implicitamente definido no que diz respeito a fronteiras da estrutura constituinte da superfície morfossintática. Desta forma, a interação da fonologia com o resto da gramática ficava limitada somente a uma interface com a sintaxe, sendo o output do componente sintático um constituinte do input ao componente fonológico, com a possibilidade de intervenções de Regras de Reajuste. A partir do final dos anos 70, no entanto, o componente fonológico não mais é considerado um sistema homogêneo e passa a ser visto como um conjunto de sistemas que, governados por seus próprios princípios, interagem, como a fonologia lexical, a auto-segmental e a prosódica. (NESPOR & VOGEL, 1986)

Segundo Nespore e Vogel (1986, p.301) a teoria prosódica é mais forte por não se limitar a fazer referências diretas a noções morfológicas ou sintáticas, além de permitir impôr restrições nos domínios de aplicação dos fenômenos de sândi. Para o presente trabalho, utilizaremos como base de estudo a Fonologia Prosódica em que, de acordo com Nespore e Vogel (1986, p.1, tradução nossa) "[...] a representação mental do discurso é dividida em pedaços organizados hierarquicamente." Na linguística tradicional, existe uma diferenciação entre sândi interno, em que as regras se aplicam entre morfemas dentro de palavras e sândi externo, enquanto na fonologia prosódica a palavra não é o ponto de referência, mas apenas mais uma das categorias dentro da hierarquia prosódica. No modelo da fonologia prosódica, cada constituinte prosódico é caracterizado pelas diferentes regras que se aplicam em relação a ele e também pelos princípios, ou seja, cada constituinte se baseia em

diferentes tipos de informação fonológica e não-fonológica na definição do seu domínio.

Nespor e Vogel (1986, p.7-8) definem constituinte prosódico como uma unidade, cujos membros mantêm necessariamente, uma relação hierárquica. Os componentes fonológicos, na teoria de domínios de Nespor e Vogel, são em número de sete, distribuídos hierarquicamente da seguinte maneira:

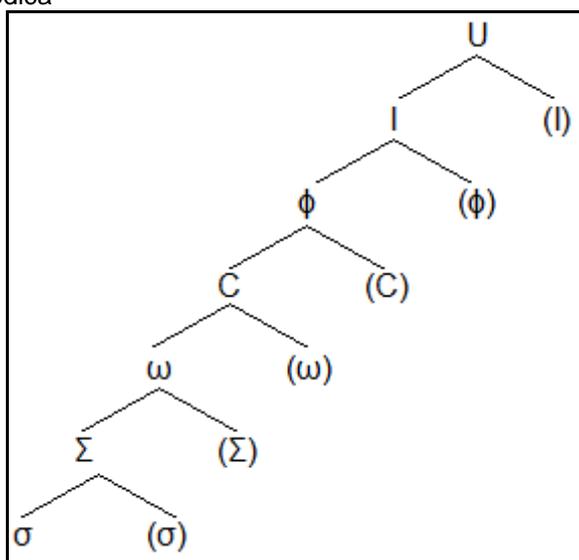
Quadro 1 – Hierarquia Prosódica

enunciado	U (do inglês <i>utterance</i>)
frase entonacional	I (do inglês <i>intonational phrase</i>)
frase fonológica	ϕ
grupo clítico	C
palavra fonológica	ω
pé	Σ
sílaba	σ

Fonte: Bisol, 1999, p.230.

Segundo Bisol (1999, p.230), todo constituinte pressupõe um cabeça e um ou mais dominados mas, no entanto, cada constituinte morfológico, sintático ou fonológico tem suas próprias regras e princípios. Bisol demonstra a hierarquia prosódica por meio do que a autora define como um diagrama arbóreo:

Figura 1 – Hierarquia prosódica



Fonte: Bisol, 1999, p.230.

Nespor e Vogel (1986, p.7) definem 4 princípios reguladores da hierarquia prosódica como:

Princípio 1. Cada unidade da hierarquia prosódica, X^p , é composta por uma ou mais unidades da categoria imediatamente mais baixa, X^{p-1} ;

Princípio 2. Cada unidade de um certo nível da hierarquia está exaustivamente contida na unidade imediatamente superior do que faz parte;

Princípio 3. As estruturas hierárquicas da fonologia prosódica são estruturas de ramificações n-árias;

Princípio 4. A relação de prominência relativa estabelecida para nós irmãos, é tal que a um nó é atribuído o valor forte (s) e para todos os outros o valor fraco (w).

Dessa forma, para Nespor e Vogel (1986, p.7), haja vista que a estrutura interna de cada constituinte prosódico é caracterizado exatamente pela mesma configuração geométrica, as regras que constroem as árvores das diferentes categorias prosódicas terão todas a mesma forma. Segundo os autores, o constituinte prosódico forma-se a partir da seguinte regra:

(1) *Construção do constituinte prosódico*

Incorpore em um ramo X^p todos X^{p-1} incluídos em uma cadeia delimitada pela definição do domínio de X^p .

Para melhor entendermos a hierarquia prosódica, discorreremos sobre o papel e as características dos constituintes prosódicos importantes para o estudo do sândi externo — objeto deste trabalho —, o qual ocorre somente em constituintes prosódicos a partir do nível hierárquico acima da palavra prosódica. Sendo assim, a sílaba, o pé métrico e a palavra fonológica, também conhecida como palavra prosódica, não serão abordados neste estudo.

2.1.1 O grupo clítico (C)

O grupo clítico (C) é a unidade prosódica que está no nível imediatamente acima da palavra fonológica. Para Nespor e Vogel (1986, p.145), a abordagem mais recorrente na fonologia considera os clíticos tanto

como pertencentes à frase fonológica, quanto à palavra fonológica. No primeiro caso, são considerados similares a palavras, enquanto no último, são considerados similares a afixos. Nespor e Vogel (1986, p.145) destacam ainda a existência de dois grupos distintos de clíticos, aqueles que se comportam junto à palavra de conteúdo como uma só unidade fonológica e aqueles que mostram certa independência, submetem-se às mesmas regras da palavra fonológica.

Para Zwicky (1984 *apud* NESPOR E VOGEL, 1986, p.147), um elemento é considerado clítico se é afetado por regras de sândi interno junto da palavra; porém, é considerado palavra independente se é afetada por regras de sândi externo junto da palavra. Como exemplo de clíticos que se comportam como se fossem uma palavra independente, Zwicky (1984, *apud* NESPOR E VOGEL, 1986, p.146) menciona os pronomes clíticos em espanhol e aponta como evidência de seu status externo à palavra, o fato de que eles não afetam de maneira nenhuma a posição do acento do seu portador. A palavra *dándo*, por exemplo, mantém seu acento inicial mesmo quando seguida por dois clíticos, como em *dándonoslos*, apesar do fato de a nova cadeia ter o acento na quarta sílaba da direita para a esquerda; contudo, esse conjunto não representa um padrão de acentuação de palavras do espanhol. Já como exemplo de clíticos que se comportam como parte da palavra, ou seja, como uma só unidade fonológica, Zwicky destaca o Latim Clássico. O que corroboraria essa afirmação, segundo o autor, é uma regra de acentuação acionada pela cliticização. Quando um enclítico é anexado a uma palavra, o acento primário sai da sua posição original e recai sobre a sílaba que precede o clítico, como no caso da palavra *vírum* (o homem) que, quando acompanhada de clítico, se torna *virúmque* (e o homem) e, no caso da palavra *vidēs* (você vê) que, quando acompanhada de clítico, se torna *vidēsne?* (Você vê?). (NESPOR E VOGEL, 1986, p.146)

As regras de sândi externo, objeto deste estudo, só começam a se manifestar a partir do grupo clítico, sendo, portanto, o grupo clítico o domínio mais baixo de aplicação destas regras. A elisão, por exemplo, só ocorre entre palavras, ou seja, não é permitido no interior de uma palavra. Utilizando-nos, pois, de um exemplo encontrado na amostra, conseguimos demonstrar a

aplicação da regra de elisão entre (a) palavras fonológicas e (b) no grupo clítico. A seguir, no quadro 2, vejamos tais exemplos:

Quadro 2 – Exemplos do processo de sândi no grupo clítico

a)	[[<u>persona</u>] _ω [<u>importante</u>] _ω] _φ [personimportante]
b)	[<u>una</u> <u>empresa</u>] _C de nivel internacional [unempresa]

Nota-se que em (a) tem-se também a possibilidade de ocorrer a ditongação de [a] mais [i], além, obviamente, do apagamento de [a]. Bisol (1996b, p.69), apresenta três características que norteiam e distinguem o grupo clítico na língua portuguesa da seguinte maneira:

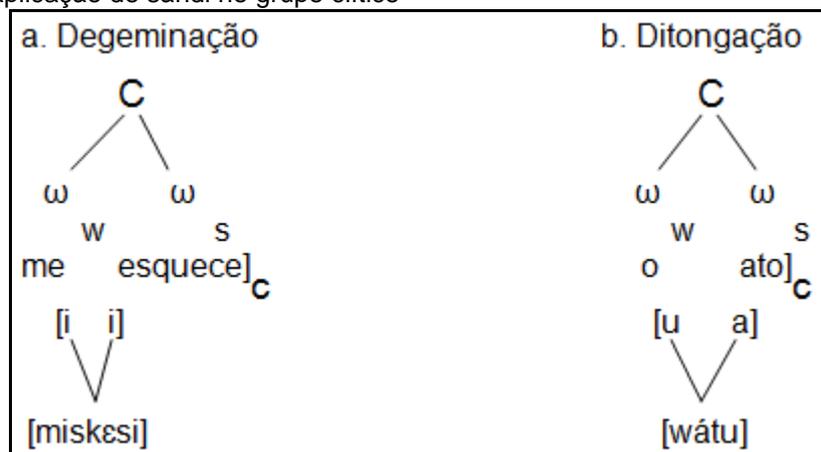
- a) sua natureza híbrida: enquanto na sintaxe é claramente clítico, fonologicamente ora se porta como se fosse afixo, ocupando uma posição determinada, como, por exemplo, o artigo: o livro; ora se mostra como vocábulo independente a ocupar diferentes posições: eu lhe disse; disse-lhe; dir-lhe-ei;
- b) a regra de acento não o leva em conta, pois sua anexação a um vocábulo pode extrapolar o limite das três janelas, como se dela não fizesse parte: *contávamos-lhe*;
- c) as regras de sândi externo encontram no grupo clítico um contexto favorável de aplicação, como se o clítico fosse uma palavra independente.

Mattoso Câmara (1973, p.36) argumentou a favor de considerar o grupo clítico como parte da palavra fonológica adjacente. O autor apresentou evidências como *sefala* e *olivro*, que eram encontradas em copistas medievais e na escrita de pessoas mal alfabetizadas. Mattoso Câmara, no entanto, destaca ainda um paradoxo que fica por se resolver:

Cabe apenas uma ressalva importante em referência ao vocalismo átono dessas partículas. Se postônicas, elas só podem ter evidentemente o quadro vocálico átono final (/fálasí/fala-se etc). Se pretônicas, nelas não aparecem as vogais médias, que seriam de esperar dessa posição. Elas baixam, ao contrário, ao quadro das vogais átonas finais. E há neutralização entre as vogais médias e as altas correspondentes, em proveito destas últimas. Assim, se opõem /por'tEla/portela, substantivo, e /pur'tEla/por tela ou /sidenta/se senta e /seseNta sessenta (MATTOSO CÂMARA, 1983, p.64 *apud* BISOL, 1996b, p.70)

Bisol (1996b, p.70) destaca que caso o clítico seja interpretado como palavra fonológica independente, domínio da regra de neutralização que constitui com a palavra-conteúdo adjacente um só grupo, tal problema desaparece. Como referido anteriormente, é a partir desse nível da hierarquia prosódica que os processos começam a se manifestar. Abaixo, dois exemplos destacados pela autora, uma degeminação e uma ditongação, ambos do português:

Figura 2 – Aplicação de sândi no grupo clítico



Fonte: Bisol (1996b, p.70)

A partir da ocorrência do sândi entre dois elementos de um grupo clítico, como demonstrado acima por Bisol, a reestruturação silábica converte os dois elementos em uma só palavra fonológica. Neste tipo de ocorrência, o clítico deixa de ser independente e torna-se parte da palavra-conteúdo adjacente.

2.1.2 A frase fonológica (ϕ)

A unidade imediatamente a seguir do grupo clítico é a frase fonológica (ϕ), sendo este constituinte responsável por agregar um ou mais grupos clíticos, ou seja, palavra fonológica e o próprio grupo clítico, neste nível. (BISOL, 1999, p.266)

Nespor e Vogel (1986, p.168) propõem os seguintes princípios quanto à definição da frase fonológica:

I. *Domínio de ϕ*

O domínio de ϕ consiste em um C que contém um cabeça lexical (X) e todos Cs de seu lado não-recursivo até o C que contém outro cabeça fora da projeção máxima de X.

II. *Construção de ϕ*

Junte em um ϕ de ramificação n-ária todos Cs incluídos em uma cadeia delimitada pela definição de domínio de ϕ .

III. *Proeminência relativa de ϕ*

Em línguas cujas árvores sintáticas são ramificadas à direita, o nó mais à direita é rotulado s; em línguas cujas árvores sintáticas são ramificadas à esquerda, o nó mais à esquerda da ϕ é rotulado w. Todos nós irmãos de s são rotulados w.

Outra observação a se fazer é que, o cabeça da frase fonológica encontra-se quase sempre à direita. Nespor e Vogel observam ainda que, em línguas romanas, os adjetivos como complemento do nome, podem estar marcados tanto à esquerda quanto à direita do nome. Assim sendo, as categorias sintáticas maiores são denominadas como cabeças de constituinte, quando em posição não-marcada, como o exemplo de Bisol (1999, p.267):

- a) [O dia sombrio]SN[entristecia o solitário viajante]SV
- b) [O dia] ϕ [sombrio] ϕ [entristecia] ϕ [o solitário viajante] ϕ
- c) [O dia sombrio] ϕ (reestruturação)

Bisol (1999, p.267) destaca ainda que outro processo de sândi externo que tem por domínio a frase fonológica, embora este não seja seu único, é o processo de degeminação. A autora destaca alguns exemplos de degeminação no interior de frase fonológica:

[frutas] ϕ [que eu] ϕ [nunca havia visto] ϕ (NURC)

[nuŋkavia vistu] ϕ

[você] ϕ [está atravessando] ϕ [Dardanelos] ϕ (NURC)

[istatradesãndo] ϕ

[como o velho David] ϕ [tocando] ϕ [harpa] ϕ (NURC)

[komuveλu davi] ϕ

Para Bisol (1999, p.252), "O sândi no interior da frase fonológica está diretamente relacionado à reestruturação de unidades prosódicas imediatamente mais baixas, o grupo clítico e a palavra fonológica". No caso de existir uma relação com a unidade sintática, esta relação é desfeita, pois, uma sílaba é perdida na sequência de duas sílabas e a restante fica sob o domínio do acento principal. Compreende-se por acento principal o acento forte mais à direita.

- a) [Eles]φ[me deram de volta]φ[uma série de duplicatas]φ (NURC)
[me dɛrãw de vɔltuma série de duplicatas]φ
- b) [samba]φ[é uma beleza]φ (NURC)
[sãmbɛwma beleza]φ
- c) [drama]φ[já basta]φ[a vida]φ (NURC)
[ʒabastavida]φ

Podemos observar nos exemplos de Bisol (1999, p.252) que quando o sândi externo ocorre entre duas frases fonológicas, o resultado é uma só frase.

2.1.3 A frase entonacional (I)

Frase entonacional (I) é definida por Nespor e Vogel como o conjunto de uma ou mais frases fonológicas (φ) com base na informação fonológica, sendo esta unidade logo acima da frase fonológica na hierarquia prosódica.

A regra básica da formação de I baseia-se na noção de que a frase entonacional é o domínio de um contorno entoacional e que os afins de frases entonacionais coincidem com posições em que pausas podem ser introduzidas em uma sentença (NESPOR & VOGEL, 1986, p.188)

Nespor e Vogel (1986, p.187) definem algumas características para a identificação de frases entonacionais:

[...] I agrupa uma ou mais ϕ s na base da informação sintática, mas a natureza desta informação é mais básica do que aquela necessária para a definição do domínio de ϕ . Isso mostra claramente que quanto mais alto o constituinte na hierarquia prosódica, mais básica se torna a natureza de sua definição. Em adição aos fatores sintáticos básicos que desempenham um papel na formação de frases entonacionais, também existem fatores semânticos relacionados a fatores de proeminência e performance, tais como velocidade da fala e estilo, que podem afetar o número de contornos de entonação contidos em um discurso. Portanto, qualquer definição do domínio de I deve permitir essa variabilidade. Enquanto o grau relativamente alto de variabilidade na organização de uma cadeia nas Is difere I de outros constituintes prosódicos, existem restrições sintáticas e semânticas no que pode constituir uma frase entonacional. Será demonstrado, além disso, que as cadeias delimitadas pelo constituinte I não apenas dão conta para 'o domínio sobre o qual um contorno entonacional é "espalhado" (Selkirk, 1978b:130), mas também representam o domínio de aplicação de varias regras fonológicas segmentais [...]

Bisol (1996b, p.72) destaca a ocorrência de sândi neste nível prosódico:

a. entre Is:

[Eduardo]_I [espere um pouco]
 \ /
 [dwis] DI

[Fizeram uma confusão tremenda]_I [e me fecharam a conta]_I
 \ /
 [di] EL

b. no interior de Is:

[Já o poeta]_I [como você sabe]_I [não precisa mais] ficar tuberculoso e
 morrer de fome]_I \ /
 [zwi] DI

Conforme o exemplo de Bisol, o sândi ocorre entre Is (a) e no interior de I (b), mas ambos os exemplos indicam que o sândi tem por propriedade a alteração de frases entonacionais. A seguir, vejamos, por fim, o constituinte de maior nível hierárquico na fonologia prosódica.

2.1.4 O enunciado (U)

O último constituinte fonológico é o enunciado fonológico (U), o maior constituinte da hierarquia prosódica. Segundo Nespor e Vogel (1986, p.221) um U é composto por uma ou mais frases entonacionais, a categoria logo abaixo na hierarquia prosódica sendo que, geralmente, o enunciado se estende pelo comprimento da cadeia dominada pelo nó mais elevado da árvore sintática, X^n , identificado pela proeminência relativa, que atribui o *status* de cabeça ao forte mais à direita. O constituinte U comporta todos os Is correspondentes a X^n na árvore sintática.

Nespor e Vogel, (1986, p.240) estabelecem requisitos que a reestruturação deve atender:

Condições Pragmáticas

- a) As duas sentenças devem ser pronunciadas pelo mesmo falante.
- b) As duas sentenças devem ser dirigidas ao(s) mesmo(s) interlocutor(es).

Condições Fonológicas

- a) As duas sentenças devem ser relativamente curtas.
- b) Não pode haver pausa entre as duas sentenças.

Bisol (1999, p.271) dá exemplo de dois Us que estão claramente delineados pela pausa e tem o segundo introduzido pelo *agora*, com valor opositivo. No entanto, ambos os enunciados são pronunciados pela mesma pessoa, dirigidos ao mesmo interlocutor e curtos. Dadas as condições, pode ocorrer sândi externo:

Sem sândi

[Sim, passar passa.]U [Agora ocupa a estrada inteira.]U

Com sândi

[Siŋ pasar pasagɔɾɔkupajstradintejrɔ]U

Assim, tendo como base a teoria de Nespor e Vogel e, tendo como

objeto de pesquisa os processos de sândi externo no espanhol que se buscou apresentar os constituintes prosódicos a partir do grupo clítico e apresentar o sândi contextualizado dentro desta teoria.

Passa-se, na seção seguinte, a discorrer sobre os processos de sândi externo no espanhol.

2.2 OS PROCESSOS DE SÂNDI EXTERNO NO ESPANHOL

Em um discurso rápido ou coloquial é comum reduzir os hiatos, de maneira que estes sejam produzidos como uma só sílaba, inclusive entre palavras. Duas vogais em sequência, mesmo que façam parte de palavras diferentes, podem formar uma única sílaba, esse processo é conhecido como contração silábica, ou *sinalefa* (HUALDE 2010, p.98).

De acordo com Mattoso-Câmara (1986), sândi é o nome que era atribuído na gramática hindu do sânscrito às variações morfofonêmicas, condicionadas por fatores fonológicos da linguagem, que eram registradas na grafia. A partir do século XIX, no entanto, esse termo foi adotado para distinguir os processos recorrentes na língua oral que não eram registrados na grafia. Para tratarmos de sândi externo, porém, devemos compreender minimamente o conceito de *silabificação* e *ressilabificação*. O processo de *silabificação* consiste na organização de determinados segmentos, segundo determinadas restrições, formando assim, sílabas. No nível pós-lexical, no entanto, o choque entre palavras pode contribuir para a ocorrência de outro processo, responsável por reorganizar o encontro dessas palavras segundo a estruturação silábica da língua em questão. Tal processo é denominado por Bisol (2002) *ressilabificação*.

De acordo com Salcedo (2010, p.208), na gramática gerativa do espanhol podem ser aplicadas quatro regras, quando forem detectadas vogais em limites de palavras. Vejamos que a mudança será fomentada pelo processo de *ressilabificação* que, de maneira individual, caracteriza os três fenômenos

Assim, *casa humilde* [kàsúmilde] e *caso humano* [kàsumáno], mas *lo ataca* *[latáka]* viola a condição 1, *está ocupado*[estókupado]* viola a condição 2 e *lo importante*[limportánte]* viola a condição 3. [*asteriscos acima denotam uso incorreto]

(SALCEDO, 2010)

Vejam agora, de maneira mais aprofundada, cada um dos principais processos de sândi externo que ocorrem na língua espanhola.

2.2.1 Ditongos no espanhol

A fim de situar o leitor acerca dos fenômenos que iremos analisar, nesta seção buscar-se-á um melhor entendimento quanto à formação de ditongo e, logo após, quanto sua formação em fronteira de palavras.

Na língua espanhola, ditongos são caracterizados por uma sequência de duas vogais, em que uma se comporta como vogal e outra se comporta como semivogal. Nessa sequência, as vogais baixas e média /o/, /e/ e /a/ tendem a manter a característica de vogal, enquanto as vogais altas /i/ e /u/ tendem a se comportar como as semivogais [j] e [w], sendo representadas, de acordo com Hualde, Olarrea e Escobar (2001, p.91) como [i̯] e [u̯], respectivamente quando acompanham outras vogais. Cabe ressaltar, porém, que a elevação das vogais médias-altas em vogais altas é altamente estigmatizada. Os ditongos podem ser caracterizados de duas maneiras: ditongos crescentes, com uma semivogal ocupando a posição de V1 e a vogal de V2, ou como decrescentes, em que a vogal ocupa a posição de V1 enquanto a semivogal ocupa a posição V2, conforme ilustração da figura 3 a seguir:

Figura 3 – Diftongos crescentes e decrescentes do Espanhol

Fonte: Hualde, Olarrea e Escobar (2001, p.90)

No presente estudo, não trabalharemos com o ditongo em interior de palavra, mas com o ditongo criado pelo choque de vogais em posição de fronteira de palavras, como, por exemplo, na sequência "*decidimos la independencia primero*". Ao pronunciar essa sequência, em velocidade normal de discurso, o falante tende a agrupar as palavras, causando o choque entre essas duas vogais que estão em fronteira, em contato: "*la independência*". Neste caso, a vogal /a/ exerce a função de vogal enquanto /i/ exerce o papel da semivogal [j], gerando a sequência "*decidimos [aj] independencia primero*". Neste caso, é visível a ocorrência do processo. Para que isso aconteça, no entanto, alguns parâmetros devem ser seguidos. Utilizando como exemplo a sequência "*La independência*", é possível visualizar o contexto que permite que a regra de ressilabação seja aplicada. O que podemos notar é que em função da V2 não ser acentuada, o processo de ditongação é aplicado. Porém, vejamos que, caso contrário, tratando-se de uma V2 portadora de acento, a aplicação da regra de ditongação será banido, como, por exemplo: *La **isla***, em que em virtude da tonicidade da V2 do conjunto, /i/, torna-se impossível a aplicação da regra.

Hualde, Olarrea e Escobar (2001, p.91) destacam a existência de 8 tipos de ditongo crescente, sendo estes *ia, ie, io, iu, ua, ue, uo* e *ui*; e seis tipos de ditongo decrescente, sendo estes, *ai, ei, oi, au, eu* e *ou*.

Nos dados de entrevistas analisados, no entanto, não foram encontradas ocorrências dos ditongos *ie, iu, ua, ue, uo* e *ui* em fronteira de palavras. Como não encontramos exemplos de ditongos crescentes em fronteira de palavras, destacamos apenas alguns exemplos de ditongos decrescentes, como no caso dos ditongos *ai* - "*decidimos la independencia primero*" - *decidimos [aj] independencia primero*, *ei* - "*agencia nacional de investigación*" - *agencia nacional d[ej] investigación*, *au* - *internacionales com la unión* » *internacionales*

como [aw]nión europea e ou - "*Hubo una investigación*" - Hub[ow]na investigación.

É possível notar, observando os dados acima, que os ditongos decrescentes *oi* e *eu* não foram encontrados nos dados desta pesquisa. O encontro entre essas vogais, em situação de fronteira de palavras, poderia acarretar a elevação da vogal média à situação de vogal alta, a qual pode então passar a semivogal, o que dificilmente ocorreria nesta amostra, pois as entrevistas com as quais se trabalhou são de informantes com formação em nível superior.

Porém, essa elevação pode ocorrer, mas é altamente estigmatizada e tende a ser produzida por pessoas de baixa escolaridade. Além disso, o espanhol do Uruguai não tende a elevar as vogais médias /e/ e /o/ a altas /i/ e /u/, respectivamente.

A seguir, vejamos a ocorrência de ditongos em fronteira de palavras, devido ao choque de vogais em velocidade normal de discurso.

2.2.2 Processo de sândi externo: Ditongação

A ditongação, diferente dos processos de degeminação e elisão, é o único processo de sândi que não produz uma sílaba CV como resultado da ressilabificação. Hualde (2010, p.98) destaca que como consequência da contração silábica podemos ter tanto semivogais altas quanto médias. No caso das vogais terem diferentes alturas, como no caso da ditongação, a mais alta tende a se converter em semivogal. Navarro Tomás (1918, p.124) destaca que as vogais /i/ e /u/, quando não acentuadas, soam como semivogais no choque entre vogais átonas diferentes. Contreras (1966, p.3) cita como exemplo dessa ocorrência a sequência "*casa humilde*" - [kàsaụmílḍe], em que [ũ] se torna [u]. Abaixo, no quadro 3, conforme demonstrado em Hualde (2010, p.98), a semivogal é indicada pelo sinal diacrítico [̣] abaixo do segmento:

Quadro 3 – Exemplos do processo de sândi externo: Ditongação

<i>mi</i> <u>a</u> migo [i̯a]	<i>tu</i> <u>a</u> migo [u̯a]
<i>perla</i> <u>i</u> taliana [ai̯]	<i>mucha</i> <u>u</u> nidad [au̯]
<i>perla</i> <u>e</u> spantosa [ae̯]	<i>perla</i> <u>h</u> orrorosa [aɔ̯]
<i>te</i> <u>a</u> comoda [ea̯]	<i>lo</i> <u>a</u> guardaba [ɔ̯a]

Contreras destaca ainda que isso também pode acontecer com as vogais [õ] e [ě], como nos exemplos "*palabra osada*" - [palàbraɔsáda], "*todo entero*" - [tòdɔentéro] e "*viene alguen*" - [biènɛálgɛn], em que a vogal [õ] se torna a semivogal [ɔ̯] e a vogal [ě] se torna a semivogal [ɛ̯]. Hualde afirma que, no caso de as vogais terem a mesma altura, a primeira se torna semivogal. Vejamos exemplos no quadro 4:

Quadro 4 – Exemplos do processo de sândi externo: Ditongação

<i>bicij</i> <u>u</u> sada [ju̯]	<i>espíritu</i> <u>i</u> nsaciable [ui̯]
<i>este</i> <u>o</u> sito [ɛɔ̯]	<i>lo</i> <u>e</u> speraba [ɔ̯e]

Como podemos observar, a semivogal está representada com o sinal diacrítico, pois no choque entre duas vogais é necessário que uma delas passe a ser semivogal.

De acordo com o trabalho de Penny (1986, p.498), podemos observar alguns fonemas que favorecem a ocorrência do processo de ditongação e como esses se comportam:

O primeiro, relativo aos fonemas /i/ e /j/, na posição de final de morfema, /j/ é excluído e /i/ é limitado a um número restrito de ocorrências (PENNY, 1986, p.498), mas mantendo-se como pronome possessivo, *mi*, “meu” em português. Este pronome é considerado uma exceção, tendo em vista que o /i/, por apresentar uma grande restrição, limita-se a um pequeno conjunto de palavras na língua espanhola. Esse, quando acentuado, será sempre articulado como [i̯], vedando qualquer tipo de variação. No entanto, quando não acentuado, pode variar das seguintes maneiras (PENNY, 1986, p.498):

Quando entre vogais e consoantes, [i̯] se apresenta da seguinte maneira, como, por exemplo: “*tú y María*” – “*Me irrita*” (port. Tu e Maria – Me

irrita). Quando entre consoante e vogal, este fonema se apresenta como [j], conforme os exemplos a seguir: “*Juan y Antonio*” – “*mi amigo*” (port. João e Antônio – Meu amigo). Quando se apresenta entre vogais, o fonema /i/ é representado por [i], a exemplo: “*calla y escucha*” – “*hay uno*” (port. Cala e escuta – Há um).

Quanto ao fonema /u/, este ocorre em posição de morfema final em um número reduzido de palavras, como, por exemplo, nos pronomes *tu* e *su* (port. teu e seu). Nesta posição, o fonema /u#/ é articulado como [u], quando antes de uma consoante, conforme Penny, 1986, p.499-500 e Contreras (1966, p.5), no caso de *tu casa* (port. tua casa), onde há contato entre a vogal e a consoante. Outro caso está relacionado ao [w] quando posicionado antes de uma vogal, conforme Penny (1986), *su amigo* (port. seu amigo). Esse fonema pode apresentar variação quando em posição de início de morfema, bem como, quando estiver compondo a frase fonológica. Vejamos a seguir, duas das quatro variantes ocupadas por /u/ átono:

— Entre vogais e consoantes, [ɥ], como em *la universidad* (port. a universidade).

— Na sequência /#u#/, [w], como em *uno u otro* (port. um ou outro).

Uma limitação adicional sobre a distribuição de alofones de / u / é refletida pela variante 4. Se / u / é precedido e seguido de # (i. e. no conjunto u "ou", que aparece somente antes de /ó/), a fricativa alternante [ɥw] é excluído; apenas [ɥ] ou, mais geralmente, [w] podem aparecer. Neste caso, podemos observar um dos raros casos em espanhol, em que a seleção de um alternante é determinada por um limite seguinte (que, além disso, pode não coincidir com o final da frase fonológica) (PENNY, 1986, p.500).³

Acima, foram apresentados casos referentes ao processo de ditongação, sob o qual não há perda de nenhum segmento durante a ressilabificação, bem como as vogais que podem sofrer tal processo.

³ A further restraint upon the distribution of allophones of / u / is reflected by variant 4. If / u / is preceded and followed by # (i. e. in the conjunction u "or", which appears only before /o/), the fricative alternant [ɥw] is excluded; only [ɥ] or, more usually, [w] may appear. In this instance, we can observe one of the rare cases in Spanish in which selection of an alternant is determined by a following boundary (which, additionally, may not coincide with the end of the phonological phrase).

2.2.3 Processo de sândi externo: Degeminação

O segundo processo de sândi externo, a degeminação, caracteriza-se pelo encontro de duas vogais idênticas, pertencentes a diferentes palavras. De acordo com Hualde (2010, p.98), esse processo acontece quando duas vogais idênticas se chocam, ocasionando um processo de ressilabificação, reduzindo a sequência à duração de uma única vogal, como nos exemplos apresentados no quadro 5:

Quadro 5 – Exemplos do processo de sândi externo: Degeminação

<i>estaba <u>h</u>ablando</i> [a]	<i>otro <u>o</u>sito</i> [o]
<i>te <u>e</u>speramos</i> [e]	<i>mí <u>i</u>dea</i> [i]

Navarro Tomás (1918, p.119) apresenta a degeminação como o processo em que duas vogais iguais não-acentuadas e sucessivas são pronunciadas como uma só vogal não-acentuada. O autor apresenta como exemplo a sequência "*ángulo oscuro*", em que o choque entre as duas vogais em fronteira de palavra, nesse caso, /oo/ sofre apagamento. Dessa maneira, a sequência é pronunciada "*ánguloscuro*" - *ángul[o]scuro*. Outro contexto de aplicação da regra de degeminação, segundo Navarro Tomás (1918, p.119), é o choque entre vogais iguais, porém sendo a V2 portadora de acento primário, como, por exemplo a sequência *el "aire entra silbando"*, ou seja, as duas vogais em fronteira de palavra serão pronunciadas como se houvesse somente uma vogal "*aire entra*" - *air[e]ntra*. Navarro Tomás destaca ainda que tal processo pode também ocorrer no interior de palavras, mas, este não sendo o objeto do estudo, não será discutido neste trabalho.

Contreras (1966, p.4) define que, no choque entre duas vogais idênticas, contanto que a segunda vogal não seja acentuada, ela sofrerá apagamento, como nos exemplo "*puente estrecho*" - [puèntestréčo] e "*está armado*" - [estàrmádo]. De acordo com Hogetop (2010, p.53), onde há duas sílabas que apresentam núcleos idênticos, uma delas é extraviada e a ressilabação acontece. Em se tratando de vogais idênticas, ocorre fusão entre elas, tendo

por resultado o encurtamento da sequência. Ambas as vogais passam a ser representadas por uma só, no nível melódico, já que o Princípio do Contorno Obrigatório⁴ proíbe sequência de vogais idênticas. Como exemplo deste processo: "*una figura altamente politizada*", na sequência "*figura altamente*", a partir do choque, se ressilabifica: *una figur[altamente] politizada*.

Penny (1986, p.500) destaca um caso de ocorrência de degeminação no espanhol. Segundo o autor, uma sequência de vogais pode ser representada como /V#V/ e posteriormente realizada como /V/. A exemplo do que ocorre com /'kwatro#oxos/ ['kwa'troxos], em que a V1 não é acentuada, mas a V2 o é. Assim sendo, podemos observar que a juntura de ambas as vogais em fronteira de palavra – V1 e V2 – propiciou o desaparecimento de V1, em /'kwatro/, resultando na permanência da V2 tônica, oxos. Note-se que em tal exemplo recai sobre V2 o acento principal, sem que isso impeça o processo de degeminação de ocorrer.

Desta maneira, foi apresentado o processo de degeminação no espanhol, trazendo alguns exemplos a fim de facilitar a compreensão por parte do leitor.

2.2.4 Processo de sândi externo: Elisão

O terceiro e último processo de sândi externo é denominado elisão. Este, segundo Contreras (1966), é apresentado como um processo em que há duas vogais distintas, V1 e V2, contanto que a V1 não seja portadora do acento e que a V2 da fronteira de palavra seja mais alta que a V1, porém átona. Contreras destaca ainda que, além desse contexto, a elisão também ocorre quando duas vogais adjacentes são idênticas em traços segmentais, contanto que a segunda não seja acentuada. Em exemplos como "*mi hilo*" [mílo] a regra não se aplica. Casali (1997, p.493) destaca que, pelo fato de muitas línguas não tolerarem o hiato de vogais, uma estratégia comum para resolver essa

⁴ Princípio do contorno obrigatório (OCP) - conceito da teoria autosssegmental, o qual proíbe a sequência de dois elementos adjacentes e iguais.

situação é elidindo uma vogal adjacente. Calabrese (2005, p.84) destaca, por sua vez, que vogais baixas não se tornam glides, mas são apagadas. Podemos citar um exemplo desse tipo de ocorrência, em "*una escoba*" - *un[e]scoba*.

Outro caso que também pode ser citado como processo de elisão, é o que ocorre quando há o choque de duas vogais (V1 e V2) distintas, porém idênticas em traços segmentais. Nesse caso existe a necessidade de que a segunda vogal seja átona. A seguir, no quadro 6, há exemplos em que esse processo é ocasionado:

Quadro 6 – Exemplos do processo de sândi externo: Elisão

la escolta » [e]scolta gaucha
había empezado » Ya habí[e]mpezado la época

Pode-se notar que em ambos os exemplos a formação é bem aceita, pois não viola nenhum dos requisitos supracitados, e é condizente com uma das regras. A seguir, no quadro 7, temos um caso em que não ocorre o processo de elisão, apesar do contexto favorável:

Quadro 7 – Exemplo em que o processo de elisão não ocorre

cosa importante » cos[i]mportante*

Neste exemplo, o processo é bloqueado em virtude de que no choque de V1 e V2, a V2 por ser mais alta, bloqueia a ocorrência do processo de elisão. Casali (1997, p.496) destaca que a elisão de V1 é muito mais comum que a elisão de V2, tendo catalogado 85 línguas que elidem a V1 e apenas 30 que elidem a V2. Contreras destaca ainda que, no caso de choque entre [ö] e [ü], como no exemplo da sequência "*caso humano*" [*kàsumáno*], o [ö] cai, mas na sequência "*caso ilustre*" [ö] não cai, portanto essa sequência não se torna *[*kásilústre*]. Casali (1997, p.496) demonstra uma série de padrões de elisão:

1) Na fronteira entre duas palavras lexicais, a elisão é sempre da V1. Exceções ocorrem somente sob circunstâncias muito especiais, como aquelas envolvendo o comportamento idiossincrático de vogais em particular em algumas línguas.

- 2) Na fronteira entre uma Palavra lexical e uma Palavra funcional, a elisão de V1 tende a ser mais comum. Casali destaca, porém, a existência de 12 línguas que elidem a V2 nessa situação.
- 3) Somente a elisão da V1 ocorre na fronteira entre um prefixo CV e uma raiz.
- 4) Na fronteira entre uma raiz e um sufixo, tanto elisão de V1 quanto de V2 são possíveis.

De acordo com Casali (1997, p.494) pode-se supor que as línguas fazem um esforço maior para manter segmentos que são claramente audíveis, o que, de acordo com o autor, pode ser a razão para a tendência de vogais tônicas serem mais resistentes à redução do que vogais átonas.

Passa-se, no próximo capítulo, à exposição da metodologia empregada neste trabalho.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os métodos utilizados na elaboração do presente trabalho. Este capítulo é composto por dados de pesquisa, método de análise, instrumentos de apoio, bem como os critérios para seleção de cada informante, além das variáveis controladas na pesquisa.

3.1 CORPUS DE ANÁLISE

Para a construção do *corpus*⁵ de análise foram selecionados dois programas televisivos do Uruguai e um programa de internet, todos disponíveis no site de compartilhamento de vídeos Youtube.com. Para selecionarmos as entrevistas o tempo médio de duração de aproximadamente 24 minutos foi levado em consideração. A fim de se obter um número significativo de ocorrências dos processos analisados, foram analisadas 10 entrevistas ocorridas entre os anos de 2012 e 2014.

Um dos programas escolhidos para coletar entrevistas foi o *Telebuendía*, programa jornalístico matinal que vai ao ar de segunda à sexta-feira, às 07h00min, e tem apresentação de Daniel Castro e Adriana de Capellán. Deste programa foram coletadas 8 entrevistas, com 4 homens e 4 mulheres. O programa pertence ao canal Monte Carlo TV, sendo este o segundo canal mais antigo do Uruguai.

Outros dois programas foram utilizados para a coleta de entrevistas — um foi o programa *Historias invisibles*, da televisão estatal Televisión Nacional de Uruguay (TNU). O programa é uma série documental sobre pessoas comuns vistas de um modo diferente e vai ao ar todas as sextas-feiras, às 23h30min. Foi utilizada uma entrevista deste canal.

O outro programa que foi utilizado para a coleta de entrevistas foi o programa de televisão do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*⁶

⁵ Os dados-base foram alterados em relação à qualificação, devido à preferência de se trabalhar somente com uruguaios nativos residentes em Montevidéu.

⁶ Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

(CLACSO). O CLACSO é uma instituição não-governamental internacional criada em 1967, a partir de uma iniciativa da UNESCO.

3.2 OS INFORMANTES

Para a presente pesquisa foram selecionados 10 adultos, sendo cinco informantes masculinos e cinco informantes femininos. Para tal seleção, foram estabelecidos somente dois critérios: ser falante nativo de espanhol e residir no Uruguai. Todos os informantes cujos dados compõem esta análise foram catalogados com nomes fictícios, preservando assim, suas identidades.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os resultados obtidos neste trabalho foram atingidos através da realização de alguns procedimentos fundamentais:

- Estabelecimento dos critérios e fatores linguísticos para formação do *corpus* a ser utilizado;
- Seleção das entrevistas para formação do *corpus*;
- Transcrição fonética dos choques de vogais que resultam nos processos de sândi externo;
- Catalogação dos dados de acordo com os processos de sândi externo e a partir das variáveis linguísticas levadas em consideração;
- Descrição e análise dos dados encontrados.

Os dados foram selecionados a partir de entrevistas televisivas disponibilizados na internet e analisados, levando em consideração a ocorrência de processos de sândi e os contextos em que estes ocorreram. Estas entrevistas foram transcritas e analisadas por dois julgadores, professores de língua, sendo um deles nativo do Uruguai. O outro julgador tem

qualificação, ainda, na área de tradução.

Optou-se por trabalhar com dados oriundos de entrevistas televisivas de falantes nativos do idioma, encontrados na internet, pois, de acordo com Labov (1972), é válido obter dados de programas de rádio e de televisão, principalmente no caso de entrevistas, palestras ou debates. Um fator determinante na escolha das entrevistas selecionadas é a não interferência de um contexto que pudesse influenciar o ritmo dos falantes, optando somente por programas de emissoras do Uruguai. Assim sendo, foi a partir desta metodologia que os dados foram selecionados, catalogados de acordo com a ocorrência de processos de sândi e, posteriormente, descritos e analisados.

3.4 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

As variáveis utilizadas na análise dos dados da presente pesquisa classificam-se em:

- Qualidade da Vogal;
- Constituinte Prosódico;
- Acento.

Vejam, a seguir, o que a literatura da área apresenta sobre cada uma das variáveis referidas e suas contribuições para este trabalho.

3.4.1 Qualidade da Vogal

No contexto de aplicação de regra de elisão, deve-se levar em consideração a qualidade das vogais em choque. O primeiro ponto a considerarmos a respeito de variáveis linguísticas é a qualidade das vogais examinadas.

Acredita-se, assim, que por se tratarem de línguas-irmãs, neolatinas e com muita similaridade quanto à organização de seus sistemas vocálicos - ao

menos na pauta pretônica, é possível investigar se a qualidade da vogal, na língua espanhola, teria o mesmo comportamento encontrado na língua portuguesa.

3.4.2 Constituinte Prosódico

A segunda variável linguística levada em consideração neste trabalho foram os constituintes prosódicos. Dentro deste grande grupo, esta análise buscou olhar para os constituintes a partir do grupo clítico, pois, de acordo com Bisol (2003), as regras de sândi são, por definição, pós-lexicais, ou seja, atingem a palavra fonológica. Portanto, olharemos para o grupo crítico e a frase fonológica a fim de apresentar o contexto mais facilitador para a ocorrência dos processos de sândi externo.

3.4.3 Acento

A terceira e última variável a ser analisada é o acento. De acordo com Bisol (2003), ao acrescentarmos uma nova palavra na frase, o acento principal da palavra irá variar de posição. Assim, levando em consideração o que já foi proposto pela autora, buscou-se investigar, nos dados desta pesquisa, as ocorrências destes três condicionadores da regra: sem acento, acento primário e acento secundário, verificando o mais favorável para aplicação dos processos de sândi externo.

Assim sendo, foram apresentados os procedimentos para que se chegasse aos resultados da pesquisa, bem como as variáveis linguísticas que serão analisadas, deixando evidente que variáveis extralinguísticas não farão parte da investigação do presente estudo. A seguir, será apresentada a descrição e a análise dos dados. Posteriormente a essa etapa, buscou-se um resultado referente ao processo mais recorrente na língua alvo deste estudo.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base na amostra de dados, é que se torna possível o desenvolvimento do presente estudo. Esta seção tem por finalidade verificar, levando em consideração os fatores linguísticos condicionadores, as ocorrências de cada processo de sândi externo na língua espanhola. A seguir, no quadro 8, temos uma amostra de ocorrências encontradas no *corpus* de cada um dos processos de sândi externo verificados.

Quadro 8 – Amostra de ocorrências de sândi externo

Ditongação	Degeminação	Elisão
De toda la información » De toda l[aj]nformación	Esa frase es contundente » Esa fras[e]s contundente	Me preocupa el tema» Me preocup[e]l tema
Toda una interacción » Toda un[aj]nteracción	La soberanía alimentaria » La soberaní[a]limentaria	En una coyuntura especial » En una coyuntur[e]special
Que nos hace individuales » Que nos hac[ej]ndividuales	Ya estamos teniendo ofertas » Ya estamos teniend[o]fertas	Para gastarlo en otras cosas » Para gastar[e]n otras cosas
Comercial o secreto industrial » Comercial o secret[o]ndustrial	Ser humano que está trabajando » Ser humano qu[e]stá trabajando	Con la escolta gaucha » Con l[e]scolta gaucha
Para Uruguayo en biotecnología » Par[aw]ruguayo en Biotecnología	Fria para...para actuar » Fría para...par[a]ctuar	Una erogación importante» Un[e]rogación importante
Precisa la integración de todo » Precisa l[aj]nterogación de todo	Llama la atención o que lo » Llama l[aj]tención o que lo	Es una empresa de nivel » Es un[e]mpresa de nivel
Bajo amenaza la clasificación » Baj[wa]menaza la clasificación	Humanos de excelente calidad » Humanos d[e]xcelente calidad.	Realizando un gran impulso» Realizand[u]n gran impulso

Ao observarmos o quadro acima, pode-se notar que, ocorrendo o choque entre duas vogais em fronteira de palavras, cria-se um ambiente favorável para a ocorrência do processo de juntura. Nota-se, também, que, na ocorrência do processo, as vogais podem se portar de duas maneiras: uma das

vogais sofre apagamento ou ocorre a ditongação. Vejamos, neste capítulo, a descrição e análise dos dados coletados.

4.1 DADOS DO ESPANHOL

Os dados descritos a seguir são oriundos da fala de nativos de língua espanhola, levando em conta o processo de juntura ocorrido. Vejamos, a seguir, na tabela 1, o número de vezes que cada processo ocorreu:

Tabela 1 – Valores gerais referentes aos processos de sândi encontrados na amostra

	Ocorrências	%
Degeminação (DE)	261	70,16%
Elisão	75	20,16%
Ditongação (DI)	36	9,67%
TOTAL	372	100%

Os dados de sândi externo encontrados nos dados em estudo totalizaram 372 casos. Destes 372 vemos como se apresentam cada processo, bem como o número de ocorrências que cada processo somou.

Dentre os três processos investigados, o que obteve o maior número de casos, totalizando 261 ocorrências, sendo responsável por 70,16% dos casos, foi o processo de degeminação. Já o segundo processo mais recorrente, nos dados analisados, totalizando 75 ocorrências, ou seja, 20,16% do total, foi o processo de elisão. Por último, é possível observar o baixo número de ocorrências do processo de ditongação, com 36 casos, o menos recorrente entre os três, com apenas 9,67% do total.

Levando em consideração os processos em que a regra de ressilabação foi aplicada, não poderíamos deixar de apresentar na tabela 2, o elencamento dos casos em que os processos tiveram contexto para aplicar, mas que não ocorreram:

Tabela 2 – Aplicações de sândi externo

	Ocorrências	Total de dados	%
Degeminação (DE)	261	275	94,90%
Ditongação (DI)	36	53	67,92%
Elisão (EL)	75	85	88,23%
TOTAL	372	413	90,07%

Pode-se observar, na tabela 2, o número total de dados passíveis de sofrer processos de sândi externo e o número de vezes em que as regras foram, de fato, aplicadas. A partir das porcentagens de possíveis aplicações da regra, o processo que teve maior aplicabilidade foi a degeminação. De um total de 275 casos, houve uma grande maioria de ocorrências do fenômeno de degeminação, perfazendo 261 dados, sendo 94,90% de sua totalidade. A elisão é o segundo processo de maior aplicabilidade, pois de um total de 85 casos, 75 vezes a elisão foi aplicada, totalizando 88,23% de ocorrências. Por último, e com menor número de aplicação da regra, a ditongação. Dos 53 possíveis casos em que a regra poderia ser aplicada, somente em 36 casos foi aplicado, totalizando 67,92%.

No decorrer do trabalho, buscaremos apresentar explicações acerca da grande diferença na quantidade total de aplicações de cada um dos processos, seguindo essa mesma ordem.

Vejamos, a seguir, alguns exemplos em que as regras de ressilabação foram utilizadas.

4.1.1 Degeminação

A degeminação é caracterizada pelo aparecimento de uma única vogal a partir do choque de vogais (VV) idênticas em fronteira de palavras. Vejamos, abaixo, no quadro 9, uma pequena amostra em que o processo ocorreu:

Quadro 9 – Aplicação da regra de degeminação no espanhol uruguaio

Argentina arranca con el dólar » Argentin[a]rranca con el dólar
Que no iba aumentar la edad» que no ib[a]umentar la edad
Ya Teniendo ofertas » Ya estamos teniend[o]fertas
Cuando ocurrió el evento» cuand[o]currió el evento
El procedimiento debe estar pasando» el procedimiento deb[e]star pasando
Que puede estar pasando la familia » que pued[e]star pasando la familia

Conforme podemos observar em "*Argentina arranca con el dólar*" - *Argentin[a]rranca con el dólar*, "*ya estamos teniendo ofertas*" - *ya teniend[o]fertas*, "*el procedimiento debe estar pasando*" - *el procedimiento deb[e]star pasando*" e nos demais exemplos, como resultado do choque entre vogais idênticas, é possível observar o aparecimento de uma única vogal, como resultado dessa fusão.

Esse processo apresenta-se como o mais recorrente, entre os processos de sândi em questão. É o único que não divide contextos de aplicação com outras regras, pois havendo em fronteira de palavra duas vogais iguais átonas ou apenas a V1 acentuada o processo ocorrerá naturalmente. Porém, se tratando de V1 e V2 diferentes, a ditongação é uma opção para alguns casos de elisão.

Segundo Bisol (1992, p.88), no caso de a segunda vogal não estar acentuada, a degeminação não deve ser interpretada como fusão de segmentos, uma vez que as vogais presentes no choque têm traços fonéticos diferentes se considerarmos as palavras isoladamente, oriundos da diferença de pauta prosódica. Segundo a autora, pode-se interpretar tais casos como apagamento da vogal mais fraca. A autora, porém, salienta que os fenômenos de sândi externo são governados pela ressilabação, que ocorre automaticamente no encontro de palavras que formem a sequência VV nas suas fronteiras, independentemente da categoria das vogais. Ocorrida a ressilabação com vogais da mesma categoria, as diferenças fonéticas provenientes das posições que cada uma ocupava nas respectivas palavras desaparecem. Dessa maneira, ao perder-se o limite entre as palavras, perdem-se, também, as variantes posicionalmente condicionadas. Tal fato, como

salientado por Bisol, permite que tal processo seja interpretado como fusão dos segmentos. Tomando por exemplo "*lba_umentar*", o encontro entre as duas vogais (VV), neste caso átonas, oferece as condições necessárias para que seja criada a estrutura do processo de sândi, contanto que essas palavras sejam pronunciadas sem pausa, inseridas em uma unidade prosódica maior — frase fonológica, frase entonacional ou enunciado, devendo ocorrer a ressilabificação do segmento.

De acordo com Hualde (2005, p.90), no espanhol, é frequente que sequências de vocoides em fronteira de palavras se agrupem formando uma única sílaba. O autor destaca que isso é especialmente comum quando uma palavra terminando em uma vogal não acentuada é seguida por uma palavra que se inicia com uma vogal não acentuada.

No caso da degeminação, Hualde destaca que as vogais da sequência VV podem ser reduzidas à duração de uma só sílaba. Navarro Tomás (1977, p.148-49) afirma que, se as vogais não são portadoras do acento, sua redução se produz mais facilmente do que no caso de uma vogal acentuada. No caso de vogais iguais, se contraem mais facilmente do que se fossem diferentes.

Analisando a amostra, dentre os processos de degeminação pudemos constatar quais os contextos, referentes ao acento, mais favoráveis à aplicação das regras de degeminação. A seguir, vejamos na tabela 3 o quadro das ocorrências.

Tabela 3 – Ocorrência dos acentos em degeminação

Fatores	Aplicação	Percentual
V1 e V2 sem acento	233	89,27%
V1 com acento	20	7,66%
V2 com acento	9	3,44%
TOTAL	261	100%

Como podemos observar, dentre os 261 casos em que a regra de degeminação foi aplicada, o contexto que mais favorece a degeminação é o choque entre duas vogais átonas em fronteira de palavra. Esse apresentou um elevado índice de ocorrências, totalizando 233 casos de aplicação, sendo responsável por 89,27% das ocorrências. O segundo processo de maior

incidência totalizou 20 casos, dos 261, totalizando 7,66%, nos quais a V1 é portadora do acento. Por último, a V2, quando portadora do acento, resultou em 9 ocorrências de aplicação, obtendo, assim, um índice bastante reduzido, comparado aos outros dois fatores, com 3,45% de aplicação. Isso pode ter ocorrido devido ao fato de este ser um bloqueador da regra de degeminação e não um facilitador. A literatura (BISOL, 2003; CASALI, 1997) aponta que, em se tratando do apagamento de uma das vogais, o elemento preservado é a V2. Já no que diz respeito ao acento primário, tanto V1 quanto V2 com acento primário permitem que ocorra o processo. O que podemos observar é que de acordo com os autores, os dados confirmam que V1 e V2 não portadoras de acento, são o contexto de melhor e maior aplicabilidade da regra de degeminação.

Vejam, por exemplo, ocorrências deste fenômeno observadas no desenvolvimento do presente trabalho. Como exemplo do choque de vogais desprovidas de acento, o contexto mais favorável para a aplicação da regra de degeminação, temos a sequência "*llevaba para a delante*" - *llevaba par[a]delante*, em que ambas as vogais /a/ e /a/ são desprovidas de acento, sendo uma delas apagada. Somado a isso, por se tratarem de vogais idênticas, compartilhando traços, a aplicação do processo de degeminação é ainda mais favorável. Como exemplo de choque de vogais em que a V1 é acentuada podemos destacar a sequência "*porque e estuvieron*" - *porqu[e]stuvieron*. Finalmente, como exemplo de ocorrência de degeminação em que a V2 é acentuada, podemos citar a sequência "*que personalmente es la que prefiero*" - *que personalment[e]s la que prefiro*, em que a V2 é a vogal portadora do acento.

Morris (1998, p.80 *apud* BISOL 2003, p. 195) destaca que a presença de acento em uma sequência de vogais é tratada de maneira diferente por diferentes dialetos. Por exemplo, no Espanhol Peninsular e no Espanhol Chicano o sândi externo ocorre livremente independentemente da presença de acento de palavra, enquanto no Espanhol Mexicano, ele é forçado pela presença de acento em qualquer uma das vogais no hiato. Bisol destaca que, em discurso conectado, o contexto mais favorável é uma sequência de duas vogais não acentuadas, o acento primário de V1 e V2 tende a não ser um

obstáculo categórico, enquanto que a perda de vogais por degeminação ou elisão é sempre bloqueada no caso de o principal acento frasal ser na V2.

Por fim, podemos ressaltar ainda que, os processos de sândi externo, segundo Núñez-Cedeño (1999, p.186), podem ser também denominados de *sinalefa*. Para o autor, a degeminação ocorre quando duas vogais idênticas em fronteira de palavras são reduzidas a duração de uma só vogal. A seguir, os exemplos quanto à ocorrência da ditongação encontrados nos dados da presente pesquisa.

4.1.2 Ditongação

Dentre os processos analisados, no presente trabalho, está a ditongação. Tal processo é caracterizado pelo choque entre duas vogais, em alturas diferentes.

4.1.2.1 Ditongação em fronteira de palavras

Esse processo é definido como o processo de formação de ditongos com o choque da vogal final de um vocábulo (V1) com a inicial de outro (V2), desde que uma das vogais da sequência seja alta e átona. Vejamos, a seguir, no quadro 10, exemplos de aplicação da regra de ditongação e o estudo sobre este fenômeno:

Quadro 10 – Aplicação da regra de ditongação no espanhol uruguaio

La independencia » decidimos l[aɪ]ndependencia primero
La interacción » a l[aɪ]nteracción del genoma
Hace individuales » que nos hac[ej]ndividuales
Parte investigadores » la mayor part[ej]nvestigadores
Secreto industrial » comercial o secret[oɪ]ndustrial
Poco agraciada » consecuencia poc[wa]graciada

No quadro 10 podemos observar o processo de ditongação, na fala de nativos do espanhol uruguaio. Retornemos ao conceito de ditongação para melhor apresentar as ocorrências encontradas neste banco de dados.

No espanhol, as cinco vogais pertencentes a esse idioma — /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/ — comportam-se de maneira que esse processo de sândi externo venha ocorrer. A vogal /a/, na língua espanhola, é considerada uma vogal aberta, sendo, portanto, um elemento facilitador da ocorrência de ditongos.

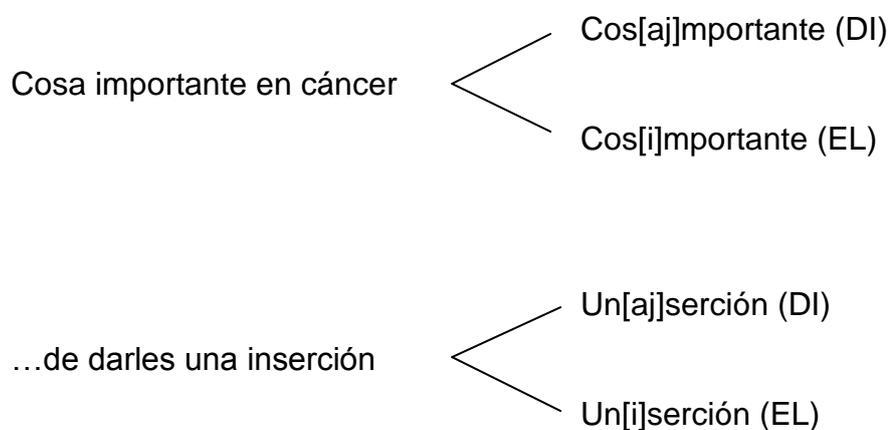
No processo de ditongação não ocorre apagamento de nenhum segmento, ocorrendo apenas a sua ressilabificação. Núñez-Cedeño (1999, p.186) afirma que, no contato entre duas vogais de diferente altura em fronteira de palavras, a mais alta das duas se converterá em semivogal. A formação de ditongo ocorre a partir de uma vogal núcleo e outra que se comporta como um glide. As vogais que exercem função de semivogais são duas, /i/ e /u/. De acordo com Bisol (2002, p.235), esse processo perde uma sílaba, mas não perde segmentos, pois, nesse choque silábico, a sílaba apagada se apresenta como glide, na forma resultante.

Os dados de ditongação mostrados acima apresentam-se da seguinte maneira: no exemplo "*consecuencia poco agraciada*" - *consecuencia poc[wa]graciada*, podemos observar que a variação acontece com a vogal /o/, que passa a se comportar como uma semivogal [w], em que, sendo átona, passa a exercer o papel de glide, acompanhando a vogal núcleo /a/. Navarro Tomás destaca que "Em discurso conectado, é frequente no Espanhol que sequências de vocoides sejam agrupados em uma única sílaba através do limite de palavras." (1977:147-58 *apud* HUALDE 2005, p.90)

Isto é especialmente comum quando uma palavra terminada em uma vogal não acentuada é seguida por outra palavra começando com uma vogal não acentuada [...] Isso afeta ambas as sequências contendo /i, u/ não acentuados, os quais são silabificados como tautossilábicos quando ocorrendo dentro de uma palavra, e sequências de vogais não-altas, as quais são heterossilábicas em forma de citação. [...] tanto vogais altas quanto vogais médias podem se tornar glides por esse processo de contração. A mais alta das duas vogais na sequência é a que tende a sofrer maior encurtamento, produzindo a percepção de um glide. Se as duas vogais têm a mesma altura [...] a primeira das duas se torna um glide. (HUALDE, 2005, p.90) (tradução nossa)

Assim sendo, a partir da afirmação de Hualde (2005), é possível justificar a ocorrência da ditongação exemplificada acima. Conforme citado anteriormente, a ditongação não apresenta um índice mais alto de ocorrências devido a seu compartilhamento de contextos de aplicação com o processo de elisão.

A seguir, alguns exemplos em que essa concorrência entre os dois processos — ditongação (DE) e elisão (EL) — pode ocorrer.



Assim, podemos observar que nos exemplos demonstrados acima, tanto o processo de ditongação quanto o de elisão podem ser aplicados. Por estarmos tratando de uma concorrência entre dois processos, esses têm o seu índice de aplicação reduzido. Conforme demonstrado nos exemplos acima, a elisão também pode ocorrer nesses casos, haja vista que há contexto favorável para os dois processos. Embora haja essa concorrência, existe uma tendência maior pela elisão, pois as vogais /o/ e /e/ dificilmente se elevam para [u] e [i], podendo dificultar a ocorrência do processo de ditongação. Os dados desta pesquisa comprovam que a ditongação é, de fato, o processo de menor recorrência na língua espanhola.

A seguir, na tabela 4, vejamos como o acento se comporta nos dados de ditongação:

Tabela 4 – Condicionadores linguísticos para ditongação

Fatores	Aplicação	Percentual
V1 e V2 sem acento	37	94,87%
V1 com acento	0	0,00%
V2 com acento	2	5,12%
TOTAL	39	100%

Como podemos observar, nos casos em que ambas as vogais são átonas, como no caso de "*secreto industrial*" - *secret[oj]Industrial*, o índice de aplicação foi bastante elevado, com 37 casos ou 94,87% das ocorrências. Nos casos em que a V1 ou V2 são acentuadas, o índice de ocorrência da regra de ditongação é muito mais baixo. No caso da V2 acentuada como, por exemplo, "*Si esto*" - *S[je]sto* o índice foi de 5,12%. Porém, no presente trabalho não foram encontrados nenhum caso em que o processo de ditongação ocorresse, tendo na sequencia de vogais a V1 acentuada.

Vejamos, a seguir, mais detalhes do processo de elisão.

4.1.3 Elisão

Bisol (2003, p.232) define a elisão como o apagamento de uma das vogais, acarretando a perda de uma sílaba e a ressilabificação da consoante flutuante como ataque da sílaba subsistente. A seguir, no quadro 11, serão apresentados exemplos retirados do *corpus* em que a regra de elisão ocorreu.

Quadro 11 – Aplicação da regra de elisão no espanhol uruguaio

Con la escolta gaucha » con l[e]scolta gaucha
Es una empresa de nivel » es un[e]mpresa de nivel
En una infusión » en un[i]ninfusión
Eres una persona importante » eres una person[i]mportante
Puede asegurarles trabajo » pued[a]segurarles trabajo
Seguimos siendo un país » seguimos siend[u]n país

A respeito do processo de elisão, bem como na degeminação, podemos destacar que este resulta, após a ressilabificação de dois segmentos —V1 e V2—, no apagamento de uma das duas vogais. O que diferencia os processos entre si é o fato de que, na elisão, as vogais envolvidas neste choque não são idênticas. Nos exemplos "*la escolta*" - *l[e]scolta*, "*le había*" - *l[a]bia*, "*para el*" - *par[e]l* e "*una empresa*" - "*un[e]mpresa*", podemos notar que, V1 e V2 sendo átonas, ocorre o desaparecimento da vogal /a/, esteja ela em V1 ou V2 o que os faz diferentes é a palavra que abriga essa vogal (la -había - para- una).

Levando em consideração as vogais elididas, /a/, /e/ e /o/, a partir dos dados foi feita uma análise da porcentagem de ocorrência de cada uma.

Dos 75 casos de elisão detectados na amostra, a vogal /a/ foi elidida em 58 oportunidades, totalizando 77,33% das ocorrências nos dados desta amostra, como, por exemplo, "*era un hombre*" - *er[u]n hombre*. A vogal /o/, por sua vez, foi elidida em 13 oportunidades, totalizando 17,33% dos casos, como, por exemplo, "*del mundo emergente*" - *del mund[e]mergente*. Sobre a vogal /e/, aplicou a regra somente em 4 oportunidades, totalizando 5,33% dos dados, como, por exemplo, "*eres una personaje importante*" - *eres una personaj[i]importante*.

Algo que deve ser salientado, no que diz respeito aos dados de elisão, acima mencionados, é a ocorrência de elisão da vogal /o/, fato que teve mais casos do que a vogal /e/. Porém, como são poucos os dados desta amostra em que ocorre esta elisão, não se pode concluir, de maneira geral, que esta vogal tenha maior probabilidade de elisão, comparativamente ao processo de elisão envolvendo a vogal /e/.

Assim como mencionado anteriormente, o que pode justificar o índice de aplicação da regra de elisão para a vogal /o/ é o fato de que, no espanhol, essa vogal não se eleva para [w] quando em posição de semivogal. Por ela não ser elevada, tende a ser elidida.

Como citado anteriormente, Bisol (1992, p.95) destaca, como regra geral, que a vogal elidida é a V1, sendo átona, pois, à primeira vista, pareceria estranho que houvesse restrições para a direita. No exemplo citado acima, a vogal /o/, à esquerda, é elidida, restando somente a vogal /e/ à direita da

sequência de vogais, como V2. Um fator determinante que levamos em conta para a análise das ocorrências do processo de elisão foi a qualidade da vogal apresentada em fronteira de palavras, o qual veremos a seguir.

4.1.3.1 Qualidade da vogal

A partir dos dados analisados, foi possível obter o seguinte resultado referente à qualidade da vogal envolvida no processo de sândi externo, nos dados de elisão. A seguir, na tabela 5, vejamos os resultados referentes à qualidade da vogal:

Tabela 5 – Qualidade da vogal

Fatores	Ocorrências	Percentual
Frontal	6	8,00%
Posterior	69	92,00%
TOTAL	75	100%

São consideradas vogais frontais: /i/ e /e/. Já, as vogais posteriores são: /u/, /o/ e /a/. O que podemos observar é que a elisão da vogal baixa posterior /a/ é mais favorecida quando a posição de V2 é ocupada por uma vogal frontal, /e/, como por exemplo em "*conyuntura especial*" - *conyuntur[e]special*. Esse fator corresponde a 92,00% dos casos das ocorrências totais de elisão, envolvendo a elisão da vogal /a/, seguida da vogal /e/. Já, quando a V2 é ocupada por uma vogal posterior, como, por exemplo, "*puede asegurarles*" - *pued[a]segurarles*, houve poucos casos dessa ocorrência, totalizando somente 8,00% dos casos. A seguir, alguns exemplos de ocorrências encontradas nos dados analisados.

Pode-se notar, no caso da elisão, um alto índice de vogais posteriores elididas, em relação às vogais frontais. Nos dados, temos exemplos como "*del mundo emergente*" - *del mund[e]mergente*, pertencente aos dados de elisão da vogal posterior, nesse caso a vogal /o/ foi elidida. Referente aos dados de elisão em que a vogal que sofre apagamento é uma vogal frontal, encontramos

nos dados exemplos como: "*personaje importante*" - *peronaj[i]importante*, em que havendo essa fusão, a vogal que sofre apagamento é frontal /e/ seguida de outra frontal e alta, [i].

Assim, é possível concluir que as vogais posteriores apresentam uma melhor condição para sofrerem apagamento, ou elisão, na língua espanhola.

Levando em consideração mais um fator, possível desencadeador dos processos de sândi externo, vejamos a seguir, na tabela 6, como o acento influencia no desencadeamento do processo de elisão.

Tabela 6 – O acento e a regra de elisão

Fatores	Ocorrências	Percentual
V1-V2 átonas	67	89,33%
V1 tônico	05	6,66%
V2 tônico	03	4,00%
TOTAL	75	99,00%

Dentre os 75 casos em que houve possibilidade de aplicação da regra de elisão, o mais comum é que a elisão ocorra entre vogais não acentuadas, sendo este contexto responsável pelo maior número de casos, com 67 ocorrências, totalizando 89,33%. Bisol (2003, p.239) destaca que "O melhor contexto é o das vogais átonas[...]". Vejamos, por exemplo, que na expressão "*Para estar*", o processo ocorre naturalmente, em virtude de estarmos trabalhando com duas vogais átonas. Logo após, aparece os casos em que a V1 é tônica, sendo esse o segundo maior contexto de aplicação da regra de elisão, com 5 ocorrências, totalizando 6,66%. Por fim, o acento recai sobre a V2, provocando um número baixíssimo de ocorrências, se comparado aos outros contextos, 3 ocorrências, totalizando 4,00%, o que torna evidente a dificuldade de uma vogal ser elidida neste meio. Por exemplo em "*Hecho una*" a V2 é acentuada, hech[u]na.

4.2 NÃO APLICAÇÕES DA REGRA

Vejamos, no quadro 12, casos em que a regra de sândi externo poderia ter sido aplicada, mas que o informante não realizou o processo de juntura.

Quadro 12 – Não aplicação das regras de juntura no espanhol uruguaio

Degeminação	Ditongação	Elisão
También que existen » también que existen	Eh... Nuestro estatuto, mismo » Eh... Nuestro estatuto, mismo	A una empresa líder » A una empresa líder
Varios Que estar en una » Varios que estar en una	Hay oportunidad de preparar » hay oportunidad de preparar	Es una empresa marginal » Es una empresa marginal
Gente que estamos » Gente que estamos	Continuidad totalmente alienada » Continuidad totalmente alienada	Todavía falta evidencia » Todavía falta evidencia
Es una actitud correcta » es una actitud correcta	Y hoy está cerca » Y hoy está cerca	Cosa importante en cáncer » Cosa importante en cáncer

Conforme podemos observar, no exemplo "*Una actitud*", o contexto se faz favorável pela presença de duas vogais idênticas em fronteira de palavras, sendo V1 e V2 átonas, favorecendo o processo de degeminação. Isto, no entanto, não ocorreu.

No caso de "*Totalmente alienada*", existe contexto favorável ao processo de ditongação, haja vista que há o choque entre os fonemas /i/ e

/a/, sendo a V1 uma vogal alta e o /a/ uma vogal átona. Aqui, no entanto, o falante não aplica o processo de ditongação pela diferença de altura nas vogais envolvidas.

Por fim, no caso de "*Una empresa*", o contexto é mais propício à aplicação da regra de elisão, haja vista que o lugar da V1 é ocupado pela vogal átona e posterior /a/ e a V2, no caso /e/, também átona, mas frontal. Neste caso, a V1 sofreria apagamento, pois este contexto — /a/ como V1 — é o mais favorável como alvo de aplicação da regra.

4.3 CONTEXTOS DE APLICAÇÃO

Depois de feita a classificação dos dados, foi possível observar que alguns dos constituintes não apresentaram dados expressivos a ponto de serem abordados aqui. Assim, três fatores foram levados em conta: Clítico + Palavra Lexical, Palavra lexical + Palavra lexical e Palavra lexical + Clítico.

Na tabela 7, vejamos quais os resultados obtidos a partir da análise de cada um deles:

Tabela 7 – Fatores de contexto

Fatores	Degeminação	Ditongação	Elisão	TOTAL
Clítico + Palavra Lexical	144	25	39	208
Palavra Lexical + Clítico	79	00	21	100
Palavra Lexical + Palavra Lexical	39	11	35	85
TOTAL	261	36	75	372

Entre os fatores de contexto analisados neste trabalho, o que apresentou mais ocorrências foi o choque entre Clítico e Palavra lexical, com o

total de 208 ocorrências, na sua maioria casos de degeminação com 144 casos. O processo de ditongação teve 25 ocorrências e a elisão apresentou 39 casos.

O choque entre Palavra lexical e Clítico foi responsável por 100 ocorrências, sendo, na maior parte, casos de degeminação, com 79 ocorrências. O processo de ditongação não apresentou nenhuma processo nesse contexto e, o processo de elisão contabilizou 21 casos.

Já, o encontro de duas Palavras lexicais, foi o responsável por somente 85 ocorrências, sendo estas distribuídas de maneira quase uniforme entre os três processos de sândi externo. A maior parte das ocorrências foram de degeminação, com 39 ocorrências nesse contexto, seguido pelas ocorrências de elisão, com 35 casos e, por fim, o processo de ditongação, com 11 ocorrências.

4.3.1 Clítico + Palavra Lexical

Podemos observar que o processo que mais classificou os dados pertencentes a sua classe foram as ocorrências de Clítico + Palavra Lexical como, por exemplo: "*La audiência*" - A audiência, "*La independência*" - A independência e "*La escolta*" - A escolta. É possível constatar que, em muitos casos, a necessidade que a língua espanhola tem de apresentar um artigo acompanhando o substantivo foi fundamental para que os clíticos fossem os mais recorrentes nesta análise. Visando esta grande ocorrência, buscou-se investigar os clíticos mais encontrados nos dados analisados.

Os clíticos *Que*, *La* e *De* foram analisados e constataram-se os seguintes resultados: o clítico *Que* foi o de maior ocorrência, totalizando 61 ocorrências, como, por exemplo: *Que heredé*. O segundo clítico que mais apareceu nos dados deste trabalho foi o *De*, que contabilizou 40 vezes, como, por exemplo em "*De investigación*" - De investigação. Já, o clítico que menos apareceu nos dados foi o artigo *La* com apenas 39 ocorrências, como, por exemplo: "*La independência*".

4.3.2 Palavra lexical + Clítico

Esse grupo teve o segundo maior número de ocorrências pois, na classe dos clíticos, apresentam-se artigos e pronomes, como *El* e *La*, o que pode colaborar positivamente para a quantidade de ocorrências. Vale ressaltar que, nesta amostra, serão somente estes os clíticos evidenciados. Vejamos, a seguir, alguns exemplos retirados dos dados utilizados no presente trabalho. Como o processo de ditongação não apresentou nenhum caso, traremos os exemplos de degeminação e elisão. Exemplos que apresentam ao envolvimento da palavra lexical mais o clítico, no processo de degeminação são: "*tienee el*" - *tien[e]l*; "*fuee en*" - *Fu[e]n* e "*hacee el*" - *Hac[e]l*. Já os dados de elisão encontrados no presente trabalho são: "*pasa el*" - *pas[e]l*; "*siendo un*" - *siend[u]n* e "*configura el*" - *configur[e]l*.

Como visto anteriormente, dos três processos o que mais apresentou ocorrências de degeminação foi a Palavra lexical + Clítico. Assim, o fato de a língua espanhola exigir, também, a preposição após o verbo como no caso de "*se va a dar publicidad*", é um fator determinante para o alto número de ocorrências de Palavra lexical + Clítico.

4.3.3 Palavra lexical + Palavra lexical

Esse, comparado aos outros dois grupos, foi o de menor índice de ocorrências, pois se trata de um grupo que não integra artigos em sua composição. A seguir vejamos alguns exemplos encontrados em cada um dos processos de sândi externo. Referente aos dados de degeminação, foram encontrados os seguintes exemplos: "*devee estar*" - *dev[e]star* e "*gentee empezó*" - *gent[e]mpezó*. No que se refere aos dados de ditongação, foram encontrados os seguintes exemplos neste contexto de aplicação: "*permitee identificarlos*" - *permit[e]identificarlos* e "*hacee individuales*" - *hac[e]individuales*. E, por último, nos processos de elisão, neste contexto de aplicação da regra, os seguintes

exemplos: "tercera edad" - tercer[e]dad e "mucha educación" -
much[e]ducación.

Passa-se, a seguir, às considerações finais do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente seção, tem como intuito apresentar as considerações e resultados que obtive neste estudo, levando em consideração os objetivos e as hipóteses delimitados no início deste trabalho.

Um dos primeiros objetivos ao qual busquei averiguar foi, fazendo o levantamento dos processos de sândi externo que ocorrem no espanhol uruguaio, qual é o processo de maior e, conseqüentemente, o de menor recorrência nos dados que constituíram o *corpus* deste trabalho, verificando, também, o ordenamento nos quase estes processos se apresentarem. Tendo por base esses objetivos, vejamos como os dados do presente *corpus* se apresentaram. O trabalho contou com um total de 413 dados, porém, as regras de sândi externo foram aplicadas em somente 372 casos, os quais foram divididos nos três processos: degeminação, ditongação e elisão.

O processo que contou com maior número de ocorrências, 261 realizações de um total de 275 possíveis aplicações da regra, foi o processo de degeminação. Esse processo totalizou 94,90% dos casos, um número bastante expressivo de ocorrências.

O segundo processo de sândi externo, detectado na fala dos informantes uruguaio, obteve uma porcentagem de dados de 88,23%, um número, também, bastante expressivo. Esse processo é o de elisão o qual obteve em sua somatória final 75 casos de aplicação da regra, de um total de 85 casos.

Por último, e com uma porcentagem bem reduzida, 67,92% dos casos, temos o processo de ditongação. Esse processo obteve um total de aplicação da regra em 36 casos, de um total de 53. Comparativamente aos outros dois processos apresentados, esse processo é menos aplicado.

Diante destes resultados, o que podemos diagnosticar são fatores de ordem lingüística que, possivelmente, vieram a desencadear os processos de sândi externo no espanhol do Uruguai: acentuação da vogal, qualidade da vogal e contexto de aplicação. Vale ressaltar que fatores extralingüísticos não foram levados em consideração para a realização deste trabalho.

Quanto à acentuação da vogal foi possível observar que, nos três processos apresentados, o melhor contexto de aplicação da regra é quando há a presença de duas vogais átonas em posição de fronteira de palavra, ou seja, o contexto ótimo. O que comprova essa afirmação, olhando para o *corpus* deste trabalho, é que dos 261 processos em que a degeminação foi aplicada, 233 deles ocorreram neste contexto ótimo de aplicação em que ambas as vogais são átonas, totalizando 89,27% dos casos. De um total de 75 casos de aplicação da regra de elisão, 67 casos apresentaram o envolvimento de vogais átonas, perfazendo 89,33%. Já, a ditongação, por sua vez, de um total de 39 ocorrências, 37 desses casos ocorreram no contexto envolvendo vogais átonas, totalizando 89,74%.

Em relação à qualidade da vogal, relativamente ao processo de elisão, a vogal que mais elidiu foi /a/ quando em posição de V1, seguida da vogal /o/, e, esta, da vogal /e/. Acredita-se, assim, que o contexto que mais favorece a aplicação da regra de elisão é quando a posição de V1 é ocupada pela vogal /a/.

Neste trabalho não tivemos um expressivo número de dados em que as vogais /o/ e /e/ fossem elididas, mas, ainda assim, podemos concluir que essas vogais sofrem apagamento no contexto de elisão.

Ainda referente à qualidade da vogal, as vogais que mais facilitam a ocorrência do processo de elisão são as posteriores. Essas, facilitaram a aplicação da regra em 92,00% dos dados analisados, foram 69 ocorrências de um total de 75 casos. Já as vogais frontais tiveram um contexto bastante reduzido, somente o restante de 8% da amostra, foram 6 ocorrências de um total de 74 casos.

No que diz respeito aos contextos de aplicação dos processos de sândi externo, o maior número de ocorrências se deu no choque entre um clítico e uma palavra lexical com 144 ocorrências de degeminação neste contexto, de um total de 208 casos. No contexto em que há o choque entre uma palavra lexical e um clítico, o processo que mais ocorreu neste contexto foi a degeminação com 79 realizações de aplicação da regra, de um total de 100 casos. Já no que diz respeito ao choque entre duas palavras lexicais, a degeminação apresentou 39 produções, de um total de 85 casos. Vale

ressaltar que a ditongação não obteve nenhuma aplicação da regra envolvendo uma palavra lexical e um clítico.

Portanto, esses são os resultados a que este estudo, referente ao sândi externo no espanhol uruguaio, chegou. Levando em consideração as hipóteses já mencionadas, a degeminação é o processo de sândi externo mais recorrente no corpus analisado, sendo seguida pela elisão e, por fim, a ditongação — o fenômeno de menor ocorrência nos dados de fala analisados.

REFERÊNCIAS

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1964.

_____. *Fonología española*. Madrid: Gredos, 1968.

ALBA, M. C. *Accounting for Variability in the Production of Spanish Vowel Sequences*. Selected proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium, ed. Nuria Sagarra and Almeida Jacqueline Toribio, 2730285. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2006.

BISOL, L. *Harmonia vocálica*. Rio de Janeiro, 1981. Tese de Doutorado – UFRJ.

_____. Sândi vocálico externo: degeminação e elisão. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, n.23, pp.83-101, 1992.

_____. O sândi e a ressilabação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUC-RS, v.31, n.2, pp.159-168, 1996a.

_____. Sândi externo: o processo e a variação. In: KATO, Mary. A. (Org.) *Gramática do português falado: convergências*. Volume V. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1996b.

_____. Os constituintes prosódicos. In: _____. (Org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. pp.229-241.

_____. A Sílabas e seus Constituintes. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Falado*, v.7. Campinas: ED. da UNICAMP, 1999.

_____. A degeminação e a elisão no VARSUL. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, C. R. (Orgs.) *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. pp.231- 250.

CALABRESE, A. Markedness and economy in a derivational model of phonology. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

CÂMARA JR. *Dicionário de linguística e gramática*. Pretópolis: Vozes, 1986.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. São Paulo: Vozes, 1973.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 34 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CASALI, R. F. Vowel elision in hiatus contexts: which vowel goes? *Language* n. 73, p. 493-533, 1997.

COLLISCHÖNN, G. A Sílabas em Português. In: BISOL, Leda (Org.) *Introdução a estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. pp.91-123. 2 Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999
_____. *Fonologia do português brasileiro, da sílaba à frase*. Porto Alegre: GRÁFICA UFRGS, 2006. pp.34-39.

CONTRERAS, H. *Spanish Sandhi and binary features*. Edrs Price: New York, 1966.

HARRIS, J. *Syllable Structure and Stress in Spanish: A Non Linear Analysis*. Cambridge, Mass.: MIT, 1983.

HOGETOP, D. N. A degeminação no italiano em frase fonológica reestruturada. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUC-RS, v.45, n.1, pp.49-60, jan./mar., 2010.

HUALDE, J. Silabeo y estructura morfé mica en español. *Hispania*. v.72, n.4 (dez., 1989), pp.821-831. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese.

_____. *On Spanish Syllabification*. In: CAMPOS, Héctor; MARTINEZ-GIL, Fernando (Eds.), *Current Studies in Spanish Linguistics*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1991. pp.475-493.

_____. *The sounds of Spanish*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HUALDE, J; OLARREA, A; ESCOBAR & TRAVIS. *Introducción a la lingüística hispánica*, 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HUTCHINSON, S. P. *Spanish vowel sandhi*. New York: Edrs Price, 1974.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 392p. (Lingua[gem]; 26).

NAVARRO TOMÁS, T. *Manual de pronunciación española*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1918.

NESPOR, M; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

NÚÑEZ-CEDEÑO, R.; MORALES-FRONT, A. *Fonología Generativa Contemporánea de la Lengua Española*. Washington: Georgetown University Press, 1999. pp.170-188.

PENNY, R. Sandhi phenomena in Castilian and related dialects. In: HENNING, Andersen (Ed.). *Sandhi Phenomena in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986, pp.489-504.

QUILIS, A; Fernández, J. A. *Curso de Fonética y Fonología Españolas*. Madrid: C.S.I.C, 1975.

QUINTANILHA-AZEVEDO, R. *A epêntese no Português Brasileiro (L2), em segmentos plosivos em codas mediais, por falantes nativos do Espanhol Colombiano (L1): Uma análise via Teoria da Otimidade Estocástica e Gramática Harmônica*. Dissertação (Mestrado em Letras). Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2011.

SALCEDO, C. S. *The Phonological System Of Spanish*. *Revista de Lingüística y Lenguas Aplicadas*, v. 5, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – AMOSTRA DOS DADOS DE DEGEMINAÇÃO

Buenos días a la audiencia	Buenos días a l[a]udiencia
De trabajadores que están, diariamente	De trabajadores qu[e]stán, diariamente
Hay riesgos de entrevistas en vivo	Hay riesgos d[e]ntrevistas en vivo
Como las que estamos viendo	Como las qu[e]stamos viendo
Nos tenemos que enfrentar	Nos tenemos qu[e]nfrentar
Y a empieza a haber todo	Y empieza [a]ber todo
De encontrar las raíces de nuevo	D[e]ncontrar las raíces de nuevo
Como que está mirando	Como qu[e]stá mirando
El terreno de enfermedades infecciosas	El terreno d[e]nfermedades infecciosas
Humanos de excelente calidad.	Humanos d[e]xcelente calidad.
Voy a hacer un posdoctorado	Voy [a]cer un posdoctorado
Vemos lo que está pasando	Vemos lo qu[e]stá pasando
Entren hacer una meta análisis	Entren hacer una met[a]nálisis
Creo que hemos superado	Creo qu[e]mos superado
Sector de la administración del gobierno	Sector de l[a]dministración del gobierno
Ministro de educación del partido	Ministro d[e]ducación del partido
Tener el derecho a agremiarse	Tener el derecho [a]gremiarse
De dinero que estaba creciendo	De dinero qu[e]staba creciendo
Del total de empleos que hay	Del total d[e]mpleos que hay
Para hacerlo bien breve	Par[a]cerlo bien breve
Revisarlo para ayer.	Revisarlo par[a]yer.
Cuando ocurrió el evento	Cuand[o]currió el evento
Apta para actividades industriales	Apta par[a]ctividades industriales
Porque estuvieron olvidadas	Porqu[e]stuvieron olvidadas
Porque estuvimos charlando	Porqu[e]stuvimos charlando
Poquito para atrás	Poquito par[a]trás

ANEXO B – AMOSTRA DOS DADOS DE DITONGAÇÃO

Decidimos la independencia primero	Decidimos l[aj]ndependencia primero
Internacionales como la unión europea	Internacionales como l[aw]nión europea
De la universidad de la república	De l[aw]niversidad de la república
Agencia nacional de investigación	Agencia nacional d[ej]nvestigación
A la interacción del genoma	A l[aj]nteracción del genoma
Grupos de investigación trabajando	Grupos d[ej]nvestigación trabajando
Nos accedían la información	Nos accedían l[aj]nformación
Tenía la información que tenía	Tenía l[aj]nformación que tenía
Que integra todos los elementos	Qu[ej]ntegra todos los elementos
Tenemos que informar	Tenemos qu[ej]nformar.
La información en esos temas	L[aj]nformación en esos temas
Ministerio de industria, etc.	Ministerio d[ej]ndustria, etc.
Determina la intendencia.	Determina l[aj]ntendencia.
De toda la información	De toda l[aj]nformación
Precisa la integración de todo	Precisa l[aj]nterogación de todo
La mayor parte investigadores	La mayor part[ej]nvestigadores
Esto permite identificarlos	Esto permit[ej]dentificarlos
Que nos hace individuales	Que nos hac[ej]ndividuales
Comercial o secreto industrial	Comercial o secret[o]j]ndustrial
Bajo amenaza la clasificación	Baj[wa]menaza la clasificación
Quiere informarse	Quier[ej]nformarse
Consecuencia poco agraciada	Consecuencia poc[wa]graciada
Que quiere abarcar 2010-2030	Que quier[ja]barcar 2010-2030

ANEXO C – AMOSTRA DOS DADOS DE ELISÃO

Hay una escasísima regulación	hay un[e]scasísima regulación
Una especie de decepción	Un[e]specie de decepción
Que configura el requisito	Que configur[e]l requisito
El cáncer se basa en modificaciones	El cáncer se bas[e]n modificaciones
Han hecho una gran guerra	Han hech[u]na gran guerra
Siendo un país tan chico	Siend[u]n país tan chico
Realizando un gran impulso	Realizand[u]n gran impulso
Solucionar el problema educativo	Solucionar el problem[e]ducativo
Una deuda explícita cuando	Una deud[e]xplicita cuando
Puede asegurarles trabajo	Pued[a]segurarles trabajo
La plataforma es de IBM	La plataform[e]s de IBM
Regocijo por un sistema eficaz	Regocijo por un sistem[e]ficaz
Elevado es un síntoma	Elevad[e]s un síntoma
Un mal sistema estadístico	Un mal sistem[e]stadístico
Para gastarlo en otras cosas	Para gastarl[e]n otras cosas
Mucha estadística sobre	Much[e]stadística sobre
La pluralidad era importante	La pluralidad er[i]mportante
Ya había empezado la época	Ya habí[e]mpezado la época
De darles una inserción	De darles una inserción
Para Uruguayo en Biotecnología	Par[au]ruguayo en Biotecnología
Para identificar casos	Par[aj]dentificar casos
Hasta incluso nos ha destrutado	Hast[aj]ncluso nos ha destrutado
Eres una persona importante	Eres una person[i]mportante

ANEXO D – ENTREVISTAS:

1. MB

Entrevistador (E.): — Seguimos adelante en Tele Buen Día, recibiendo esta mañana, con mucho gusto, al señor M.B.. Es secretario nacional de asuntos legales del Sindicato Único de Policías del Uruguay (SUPU). M.B; buen día. ¿Cómo le va?

M.B. (M.B.) — Buenos días, (E.). Buenos días a la audiencia.

E.: — Buen tuitero por otra parte. Por lo menos, muy activo en la cuenta, ¿no?

M.B.: — Sí, sí. Estar al día...

E.: — Estar al día en... El uso de las redes sociales, por ejemplo, ¿es algo que ustedes incorporan institucionalmente o son, de pronto, actitudes personales?

M.B.: — Eh... Es institucional. Hay una página que es triple doble v sindicato policial punto com punto uy, donde se da publicidad a todas las actividades de la organización a nivel nacional. Pero, este, la parte del twitter es un...es un vicio que heredé de mi padre.

E.: — Un vicio personal... Ah, y de su señor padre, al que saludamos con mucho gusto desde acá. Miguel, dígame: hay una... De hecho, hace un tiempo, se viene hablando de los sindicatos policiales y de, al menos, doce agrupaciones. Ustedes convocaron o promovieron lo que era la posibilidad de que la propia justicia civil determinara los índices de representatividad. ¿Cómo fue el proceso?

M.B.: — Bueno, el proceso se inició después de que, en varios diálogos, le establecimos al Ministerio la necesidad de conocer la representatividad de cada gremio. En ese marco, no se facilitaron los números a través del diálogo, y optamos por accionar a través de la ley de información y una petición administrativa, en principio, como marca la ley. En ese marco, no lo respondieron en el plazo perentorio que tenían de veinte días, se prorrogó a cuarenta, tampoco lo contestaron... Y fueron citados al tribunal administrativo, contencioso administrativo, allí brindaron los números y efectivamente se comprobó la representatividad que teníamos en relación a los demás sindicatos.

E.: — Y ¿cómo quedaron en la tabla, digamos?

M.B.: — Bueno, efectivamente, éramos los más representativos. Calculamos que hacía dos años o tres de que éramos los más representativos y, en virtud de eso,

este, iniciamos un expediente en el Ministerio de Trabajo para lograr ese...ese título que habilita la negociación colectiva.

E.: — ¿Se puede decir que el SUPU, hoy, es el gremio más fuerte dentro de la policía?

M.B.: — Yo no tengo dudas, sí, sí, sí.

E.: — ¿Cuántas personas representan ustedes hoy? ¿Cuántos policías?

M.B.: — Cinco mil y algo de policías.

E.: — Cinco mil... En un universo de tren... ¿Por que esa fragmentación, MB? O sea, ¿Por que estamos hablando de doce sindicatos policiales? Más allá de lo que decíamos: la importancia de esa representatividad, que alcanza a cinco mil agentes.

M.B.: — Bueno, eh... El SUPU lo que ha hecho es entrar dos veces en minoría en las unificaciones, es decir, relegando su representatividad y proporcionalidad a los efectos de lograr la unificación. Y aun así se ha puesto un cuestionamiento: los términos de la unificación [interrumpe].

E.: — ¿Quién lo ha cuestionado?

E.: — MB, ¿el funcionario hoy procesado es integrante del sindicato de ustedes?

M.B.: — No, no lo es, pero mantenemos diálogo con ellos, siempre brindándole el apoyo, si lo quieren al legal...

E.: — ¿El apoyo institucional, legal, digamos?

M.B.: — Sí, sí.

E.: — Bueno, ¿Ha aceptado la...la ayuda del SUPU en este caso?

M.B.: — Estamos en diálogo. De momento, había resuelto por un...una contratación privada, pero, este, entendemos que, por el tiempo que llevamos en la actividad, podemos brindarle alguna herramienta que le pueda ser útil.

E.: — ¿Conocen el perfil, el contexto social de este funcionario?

M.B.: — No.

E.: — ¿No deberían?

M.B.: — En realidad, sí, pero desde que se inició este procedimiento hasta que se finalizó lo primero que tienen que hacer los funcionarios, y así lo dispuso el Ministerio, es concentrarse en la parte psicológica. Es muy importante, incluso para la etapa de reconstrucción, que va a venir esa etapa en el proceso de investigación...y creemos que, en comunicación con ellos, nos pidieron eso, en particular uno de ellos que, generalmente, hace de nexo con los compañeros y creemos que tenemos que

respetar eso, de momento, y, posteriormente, sí entrar a dialogar con ellos una vez que estén siendo asistidos en ese sentido.

E.: — ¿Qué función cumple usted en la policía?

M.B.: — Ejecutivo. [interrumpe el entrevistador]

E.: — ¿O sea que anda ahí en la calle, digamos?

M.B.: — Como en toda institución. (Dos veces).

E.: — Hay trescientas bajas anuales.

M.B.: — Sí, pero no es [interrumpe el entrevistador].

E.: — A raíz de un caso por día... Usted, el otro día, me parece acertado, aclaraba también que son trescientas bajas, a veces, por faltas bastante menores. De cualquier modo, en ese universo de bajas, habrá actos de corrupción...

M.B.: — Sin duda. Pero, si comparamos cifras, estamos hablando de un uno por ciento o menos del uno por ciento.

E.: — Sin duda.

M.B.: — A nivel de Latinoamérica, estamos muy bien.

E.: — Bien. ¿Pero la corrupción policial no es acaso más grave? Digamos...

M.B.: — Siempre es más grave. Siempre es más grave.

E.: — Una fuerza armada, por otra parte.

M.B.: — Siempre es más grave la corrupción policial que cualquier otra. Siempre lo es.

E.: — ¿Qué hace el sindicato para controlar, moderar, expulsar esos brotes de corrupción? ¿Han detectado algún caso? ¿Han trabajado sobre eso?

M.B.: — Los denunciemos directamente a los asuntos internos.

E.: — ¿Tienen un número de denuncias, digamos, por año?

M.B.: — Por supuesto.

E.: — ¿Sobre qué tipo de caso? De todo, me imagino...

M.B.: — De todo. Lo que tiene que ver con...vales de nafta cuando se utilizaban mal...cuando se hace un mal procedimiento policial, cuando hay una jerarquía que toma decisiones que van contra el Derecho...

E.: — ¿Y les tocó vivir de cerca una circunstancia donde se acusa a un policía de plantar un arma?

M.B.: — No. En esos, casos, no. Nos han tocado otros...

E.: — ¿Pero les consta que sucede?

M.B.: — Es una... En lo particular, tengo que decir que debe ser como una leyenda urbana... Pero uno también cuando tiene un perfil dentro de una institución, la gente que no está en su perfil no se acerca a uno. Es decir, para nosotros, que somos divisibles e identificables dentro de la institución, este, ese es un elemento de evasión para los corruptos.

E.: — En pocos días, hubo cuatro muertes a mano...bajo fuego policial. Dos en El Comcar, una en la persecución allí en la zona del Pinar, tengo entendido, ¿no? Allí en...en la zona de Aeroparque. Y otra...esta de...de Santa Catalina. Entonces, se acuña el término de *gatillo fácil*. ¿Desde qué lugar observan ustedes este tipo de situaciones, donde, efectivamente, hubo muertes por bala policial?

M.B.: — Bueno, primero, quiero hablar solamente algo. Cuando nosotros cuestionamos los dichos del Ministro, lo hacemos con todo el respeto que se merece la figura de...y la investidura que tiene el Ministro del Interior. Pero hay subordinación, hay respeto, hay obediencia para con el Ministro, pero también tiene que considerarse que de este lado también hay dignidad y hay sensibilidad a sus palabras. La gran mayoría de los trabajadores policiales se sintió tocado cuando el dice que es una práctica, aunque sea de unos pocos...ofende, porque pone en tela de juicio. El ciudadano común no sabe cuál y cuál no.

E.: — Quedan todos bajo sospecha...

M.B.: — Exactamente. Entonces, por eso decimos que son infelices sus declaraciones.

E.: — Y ¿cómo se repara el daño, MB, de aquí en más?

M.B.: — Yo creo que, cuando uno no es claro en los conceptos, es mejor hacerlo a través de un comunicado, es mejor estudiar, asesorarse...cuál va a ser la exposición. Hay riesgos de entrevistas en vivo, como esta, pero quiero decir, este, hay oportunidad de preparar una salida...este, de manera de no exponer a todo el cuerpo policial por el acto, a veces, de dos o tres trabajadores.

E.: — Bien. Estaba respondiéndome a respecto de eso, ¿no? ¿No les parece, desde el cuerpo policial, grave que haya muertes, por lo menos dudosas bajo fuego policial?

M.B.: — Lo primero que hacemos es no generalizar: vamos caso a caso.

E.: — Bien. Vayamos a estos casos.

M.B.: — Bien. El primero que quiera discutir...

E.: — Tiene que ver con El Comcar, por ejemplo.

M.B.: — Bien, en El Comcar, debemos suscribir, casi casi, la versión del Ministro porque es impensado que, y el que conoce un poco de armas lo sabe, que se dispare a un grupo de personas con perdigones y estas no hagan blanco a menos de quince metros. Es una cosa que...

E.: — La situación de Aeroparque...

M.B.: — La situación de Aeroparque puede venir por una – esto es solamente una hipótesis, pero creemos que es la más objetiva. Puede venir por una mala interpretación de la ley de procedimiento policial, porque se confunde el artículo veinte de la ley de procedimiento policial, que habla de usar la fuerza legítima, en el inciso de...para detener vehículos, pero no habla de usar armas de fuego.

E.: — O sea, no disparar contra alguien...

M.B.: — No. Habla de, por ejemplo, usar, este...miguelitos... Habla de, por ejemplo, hacer una barrera de contención, de repente con autos... Este, tratar de sacar el vehículo de repente con el propio patrullero... Y se está confundiendo con el artículo veintitrés.

E.: — Bueno, y sobre el caso de Santa Catalina ya hemos hablado, ¿no? Hay que esperar entonces diligencias judiciales que se estarán procesando en estas horas.

M.B.: — Es verdad. Es verdad.

E.: — Bien. Usted mencionó el tema del procedimiento policial...ya nos queda poco tiempo... El Ministro decía ayer: esto está pasando, en alguna medida, porque también mejoró la capacidad de respuesta, también mejoró el servicio nueve once. Ahora la policía llega cuando muchas veces el delito está en curso. ¿Ustedes se sienten preparados? Allí ustedes han enfatizado la necesidad de mejor preparación, de mejor formación, para llegar y saber cómo actuar. Se citaba al caso...el Correo de Pocitos...donde la policía hace lo que corresponde: llega, pero tal vez luego tiene algunas debilidades en el procedimiento.

M.B.: — Bien... Para hacerlo bien breve y bien rápido: en el procedimiento de Pocitos, se le pedía a los trabajadores policiales que aplicarían un plan permanente de operaciones. Ese plan, no solamente no se está enseñando en el centro de formación — tanto de trabajadores policiales de personal subalterno como de superior, sino que tampoco incluye a la guardia republicana como un elemento de cooperación en el trabajo policial en el lugar. O sea que no sólo no se está enseñando, sino que está vetusto o no está actualizado. Respecto de llegar antes, implica tener una mayor capacitación, sí, pero siempre nos quedamos en el concepto. La realidad que se vive hoy dentro de la policía y los resultados que se tienen son producto de haberse quedado en los conceptos sin profundizarlos. El

Ministerio del Interior ha hecho una inversión importante en infraestructura para lo que tiene que ver con la movilización de los cuerpos policiales y todo lo demás. Pero sigue siendo una fuerza que se mueve por medios privados. Los trabajadores policiales se trasladan, incluso a veces por órdenes, a través de los ómnibus interdepartamentales, que tienen límite, ¿no? Este, tienen un límite para los kilómetros y tienen un límite para la cantidad de policías. Eso ya...hay que revisarlo para ayer. Segundo, este... La formación integral implica el conocimiento profundo de los derechos humanos. Nosotros tenemos el deber primero de defender la vida y segundo de respetar los derechos humanos y defenderlos. Ahí no se profundiza demasiado, generalmente, se dan...alguna...no quiero dar cifras para no errarle al número, pero se dan una cantidad que no es la...la adecuada, sobre todo, para aplicarlo en la realidad y en todos los procedimientos... y en lo que tiene que ver con acondicionamiento físico, entrenamiento, es un debe que tiene el Ministerio del Interior, tiene los mecanismos y, sin embargo, pudiendo hacer acuerdos, no los hace. Quiero hablar solamente dos cosas...

E.: — Sí, claro.

M.B.: — En materia de formación, nosotros hemos propuesto varias cosas. Entre ellas, que se hagan formularios de respuestas múltiples. Enseñarle al trabajador policial, porque lo tiene que hacer en la calle después, a decidir, en un segundo, lo que ya se ha planeado durante cuarenta y ocho horas. Y eso implica hacer un formulario de preguntas múltiples, para que el trabajador policial no haga un ejercicio de la memoria, sino que haga un ejercicio del razonamiento.

E.: — Claro. Activar un chip en el instante.

M.B.: — Exacto.

E.: — Bien.

M.B.: — Eso va a reducir la línea de error. Y, por último, lo que nosotros decíamos era que había que protocolizar algunas cosas. En Uruguay, se piensa que el protocolo es una pérdida de tiempo, dijo un ex jefe de policía de Montevideo, que era andar con un digesto abajo del brazo y...nosotros entendemos que el protocolo, aquí mismo, en Latinoamérica y en otras partes del mundo, salvan vidas.

E.: — ¿Cuántas veces tira usted por semana?

M.B.: — Bueno... Muy pocas. Generalmente, por impulso personal.

E.: — ¿No porque haya un protocolo que indique que usted tiene que practicar el tiro al blanco [interrumpe el entrevistado]?

M.B.: — No, pero, cuando hablo de protocolos, me refiero a situaciones en el marco del procedimiento policial.

E.: — No, desde ya. Pero, digo, estoy tomando un punto, ¿no? Que me parece además clave. Usted no dispara, digamos, por mandato de la autoridad en el...con la frecuencia que debería. ¿Está claro?

M.B.: — Sí. Hay cursos de tiros que se dan por órdenes, ¿no? Se lo manda...reinstrucción de tiro se llama, ¿sí?

E.: — Sí, un curso, perfecto, pero...disparar no porque capaz que...se gasta mucho.

M.B.: — Claro, no. Y se hace por impulso propio muchas veces.

E.: — Bueno... ¿Y contención psicológica existe...también como parte, digamos, de lo que debe ser el protocolo de actuación policial? ¿Ustedes se sienten amparados en ese sentido?

M.B.: — Hace un año, cuando ocurrió el evento trágico del Marconi, casi con similares consecuencias como las que estamos viendo en estos días, hicimos una propuesta al Ministerio del Interior, que venía... Sobre todo, la plasmamos por escrito, porque nosotros tenemos una frase, que decimos que hay que aterrizar las ideas para que se entiendan y discutir las... Fue la propuesta de darle al Ministerio del Interior una idea que era abrir dos oficinas en Montevideo que hicieran una atención preventiva en materia de salud psicológica, salud mental... Y, en el interior, por lo menos uno por Departamento, sin registro, para que el funcionario no fuera...

E.: — Estigmatizado...

M.B.: — Exactamente. Y, al mismo tiempo, se le fuera haciendo un seguimiento. Ahí el profesional, sin registro y aun así, puede determinar, en ese momento, si el funcionario está apto para seguir o no.

E.: — ¿En el Hospital Policial no funciona una unidad de esas características?

M.B.: — Funciona, pero tiene un efecto detonante sobre la carrera administrativa y le puedo asegurar que cuesta mucho que el funcionario vaya. Incluso así, van, voluntariamente, porque se sienten mal... este, y les cuesta muchísimo salir, les implica una importante...una importante quita del ingreso económico [interrumpe el entrevistador].

E.: — Peor el remedio que la enfermedad, digamos.

M.B.: — Sí, y además los obliga muchas veces a seguir prestando servicio en la unidad donde están, solamente que de civil y en tareas de apoyo.

E.: — Bueno. M.B; finalmente, la institución nacional de derechos humanos y defensoría del pueblo ha comunicado una resolución respecto a una orden de servicio número doce. Básicamente, ¿de qué se trata?

M.B.: — La orden número doce se aplica a partir del dos mil once, viene de un convenio colectivo que tenemos con el Ministerio del Interior, que hace pocos días

encontramos el original de ese convenio que...estaba perdido. Y tiene la particularidad de ser una orden policial que viola un convenio colectivo. Esto, en el marco de la organización colectiva no tiene para un gol. El SUPU inició un expediente en el Ministerio de Trabajo, en virtud de esto, que ahora y desde...yo quiero ser preciso con la fecha...desde el diez de abril del dos mil trece, de este año... El Ministerio del Interior conoce. No sólo conoce, sino que le pregunta a la institución de derechos humanos si...qué efecto puede tener esto. Y, bueno, la institución le establece que, claramente, que, cuando se establecen regímenes disciplinarios o quita de salario, lo corresponde es la suspensión de la tarea y no el trabajo forzoso, porque viola dos convenios de la OITE, dos pactos, sobre todo el trabajo forzoso y el derecho al salario.

E.: — Bien. Que además sobre estos salarios que usted mencionaba al principio todavía se afecta mucho más.

M.B.: — Exacto.

E.: — M.B; ha sido muy amable. Para más detalles sobre esto, ustedes tienen la página en internet, esta que usted decía, ¿no?

M.B.: — Sin duda. Sin duda, se va a dar publicidad. Tengo que decir que este impulso lo realizó otra organización hermana que tenemos, que es el SINPOLUR, pero este... Nosotros creemos que esto tiene que tomar otra relevancia, así que en estos días se está evaluando una acción...de denuncia ante la OITE, al Estado Uruguayo, justamente por no dar aplicación a esto.

E.: — Ha sido muy amable, M.B; ¿eh?

M.B.: — A ustedes. Muchas gracias.

2. C.V.

Entrevistadora (E.): — La gente del campo lleva generaciones emigrando a las ciudades para vivir mejor. C.V. un ingeniero agrónomo que eligió hacer el camino inverso. Se le escapó a la ciudad para crear una chacra ecológica. Piensa que a nivel mundial, el poder de producir alimentos se está quedando en manos de unos pocos, que las ciudades son inviables y que lo que comemos actualmente podría estar enfermándonos. Comunica sus preocupaciones de todas las formas que puede. A través de la radio, en cursos y en la actividad política.

¿Vos creés que el trabajo en el campo, el trabajo de chacrero, por ejemplo, está valorado correctamente?

C.V. (C.V.): — No. No está valorado. El trabajo con las manos no está valorado. Sea de ciudad o sea de campo. Estamos en una época medio aburguesada, muy tecnológica, muy cosomoderna y no está valorado. Creo que lo vamos a pagar caro.

E.: — Y en esa época que vos te viniste a estudiar a Montevideo ¿era común que alguien en tu familia pudiera encarar o venir a la universidad?

C.V.: — No, nada común. Pasamos un poco de hambre con unos cuantos compañeros acá mientras estudiábamos. Afanábamos manzanas en la facultad.

E.: — ¿Dónde vivías?

C.V.: — Íbamos al comedor de bienestar estudiantil y juntábamos todas las galletas, los vasos de leche y las milanesas de pescado. Un montón de nosotros. Acá en Montevideo, ¿dónde vivía? Vine a caer a Río Branco 935, apartamento 2, donde vivió la Rosa Luna. Sufrí mucho ahí.

E.: — ¿Sufriste por qué?

C.V.: — Porque me subí a un ómnibus y me bajé después de una vuelta porque no aguantaba mucho tanta gente. Siempre fui medio, ¿cómo le llaman?

E.: — ¿Huraño?

C.V.: — Huraño. Después me fui mudando a varios lugares, uno atrás del otro, hasta que unos compañeros de Paysandú dijeron “vamos para el apartamento nuestro”. Ya había empezado la época en que convenía más alquilar un apartamento entre varios que estar en una pensión. Me fui con ellos y saqué el cinco de oro ahí. Pasé bárbaro. Después me recibí, conocí a mucha gente, empecé a hablar en la radio de cuestiones vinculadas a la agronomía y ya arranqué a trabajar un poco antes de tener la tesis hecha, incluso.

E.: — ¿Vos estabas a favor del uso de pesticidas, herbicidas, en ese momento cuando recién salís?

C.V.: — Sí. Yo salí con la cabeza de que eso era lo normal. Es lo que se enseña. Bastante tempranamente empecé a ver que había muchos problemas, mucha gente intoxicada.

E.: — Vos mismo te intoxicaste.

C.V.: — Yo mismo sí, también.

E.: — ¿Cómo fue eso?

C.V.: — Fue poco, pero fue con el famoso glifosato. Terminé en el clínicas, me pasé rascando dos meses y...

E.: — ¿Qué es lo que genera?

C.V.: — El glifosato genera mucha ganancia para los que lo venden. Eso genera. Y está destruyendo nuestra tierra.

E.: — En su origen estos productos ¿para qué eran?

C.V.: — La industria arranca con la industria del armamiento, porque posguerra hay un montón de moléculas químicas, incluso fertilizantes, herbicidas, insecticidas... Con los fertilizantes hacían bombas, explosivos. Todavía están a la venta. Podemos fabricar explosivos en el Uruguay comprando fertilizantes. Con los herbicidas, por ejemplo, controlaron la población en Vietnam. Destruían la selva y veían a la guerrilla. Queda todo eso cuando termina la guerra, millones y millones de litros y se dice ¿qué hacemos con esto? Y no se les ocurrió mejor cosa que armar la Revolución Verde en los cincuenta y pico, sesenta. Y la Revolución Verde implicó el uso de semillas mejores, que son las híbridas. No pasa nada, porque son combinaciones de variedades. Pero eso después desencadenó en el transgénico, que sí pasa. Y, además, entonces empezaron a usar todos esos fertilizantes, plaguicidas, que es como usar droga. Las cosas vienen más rápido porque están drogadas. Si vos vas a correr una carrera drogada, capaz que la ganás. Pero ganás una, dos, tres, y después no ganás más, porque al físico le hace mal. A la tierra lo mismo.

E.: — ¿Y el que lo come, C.V.?

C.V.: — El que lo come, mal. Se está haciendo daño de forma crónica. Es decir, un poquitito todos los días. Chau. Entonces empieza aparecer más alergia, más asma, más cáncer, más problemas, más hospitales cada vez más llenos. ¿Qué es? La comida. Los animales, si les damos bien de comer, natural, como les damos acá, no se enferman.

E.: — ¿Y cómo llegaste a este campo?

C.V.: — Llegué también por casualidad y por haberme vinculado en el mercado modelo de los productores. Un productor vecino mío, Marrao, ni bien le pregunté, me dijo “tenemos unos ahorritos, de repente quisiera mover si algo como para vos”, porque él sabía mi idea. Dice: “Si vas arando de arriba pa'bajo, terminás en el mar”. Cuando me lo imaginé...

E.: — Ya lo querías.

C.V.: — Dije: Voy pa'hí. Era la cara del lejano oeste.

E.: — Eso te iba a preguntar. ¿Cómo era?

C.V.: — La entrada era un candado por alla adelante y caminando. Y todo esto era una selva.

E.: — ¿Y vos viniste a vivir acá con tu mujer e hijos chicos?

C.V.: — Y dos niños chiquitos.

E.: — ¿De qué edades?

C.V.: — En ese momento ellos tenían 4 y 6. Fue muy bravo.

E.: — ¿Cómo era la vida en esa...?

C.V.: — Muy bravo. Porque además, nosotros tuvimos una temporada entre El 2000 y el 2005, que hubo mucho viento. El 23 de agosto del 2005 acá se voló todo. Literalmente se voló todo. Ese viento se llevó aquellos techos y...

E.: — ¿Estaban construyéndose una casa?

C.V.: — Sí. Todos esos problemas conllevaron, creo, porque a Cristina, la mamá de mis guris le encanta el campo, nos motivaron a separarnos. Yo me quedé acá porque dije “voy a seguir acá”.

E.: — C.V.; y en ese momento, se te voló todo, no te planteaste... Si tu familia decide que se va, ¿por qué elegiste quedarte acá igual?

C.V.: — Yo le digo a la gente que estamos en un momento muy especial para el ser humano. Una encrucijada gigantesca. Y yo acá estoy encontrando soluciones para hacer lo que creo que hay que hacer.

E.: — En su campo C.V. busca generar todo lo necesario para sobrevivir. Su idea es ser lo más independiente posible del sistema industrial de alimentación. Produce vegetales, leche, carne, huevos. Todo es orgánico y natural. Transgénicos y pesticidas tienen prohibida la entrada a este campo.

C.V.; ¿qué cosas estás produciendo hoy en día en tu campo?

C.V.: — Producimos orgánico, lo que venga. Todo lo que se pueda. Queremos plantar todo lo que se pueda.

E.: — Variedad

C.V.: — Orgánico. Orgánico quiere decir sin usar elementos químicos de ningún tipo.

E.: — ¿No usás nada químico?

C.V.: — Nada. Absolutamente nada. Ni en la producción vegetal ni en la animal tampoco.

E.: — ¿No vacunás a los animales?

C.V.: — No, no los vacunamos. Siempre había sido así, hasta 1950 más o menos. Había sido así. Es volver a la fuente. Ni los animales, ni nosotros, que somos animalitos, seres humanos, distintos, pensantes, se supone, homo sapiens, no nos tenemos que enfermar. La condición es que estamos sanos, no que estamos enfermos. No podés usar un elemento de síntesis desconocido, una molécula desconocida. Porque después, la planta la absorbe, la come el animal, nosotros nos comemos al animal o nos comemos la planta, comemos la molécula desconocida y empieza a haber todo un proceso dentro del cuerpo, y ahí aparece un cáncer. Sé cómo se inventan los plaguicidas, por ejemplo. Hacen dos o tres millones de moléculas y las ponen sobre una planta y a una que anduvo: “ah, esa vamos a sintetizarla”. Es un azar, una locura lo qu[e]stán haciendo. Y con los transgénicos ni que hablar. Ese es un tema aparte.

E.: — Vos estás haciéndote, no sé si solo o con otras personas, un banco de semillas que no sean transgénicas.

C.V.: — Claro.

E.: — ¿Cómo las conseguís?

C.V.: — Las sacamos nosotros mismos. Y si no, conseguimos de otro productor. Ahora me trajeron una de zapallo criollo. Vemos como funciona, y si no, vamos a la agropecuaria a comprar, pero le pedimos variedad.

E.: — ¿Y qué quiere decir?

C.V.: — Variedad puede ser híbrido, que es cruza de variedades o transgénico, que es un híbrido, pero transgénico, hecho por el hombre, de síntesis, genéticamente manipulados. Esos no van con la producción orgánica ni con otra.

E.: — ¿Para nada?

C.V.: — Para nosotros es un gran error que va terminando en una hambruna del mundo.

E.: — ¿Por qué?

C.V.: — Ahora ya se ve que el glifosato ya no está funcionando bien. Hay malezas que se le están escapando y a la larga se le van a escapar todas. Cada vez tienen que aumentar más la dosis. Es como una persona que está enferma. El antibiótico, me cuentan médicos, jubilados, estudiosos, filósofos de la medicina, discípulos de Hipócrates, se empezó usando un poquito, parte de millones, no sé cuantos. Ahora es mucho más. Y cada vez mucho más. Lo mismo con el glifosato. Lo mismo con los plaguicidas químicos, agrotóxicos. Cada vez hay que usar más y más. ¿Esa es la solución? No.

E.: — Y con los animales también tuviste una búsqueda, que te llevó bastante tiempo para conseguir gallinas...

C.V.: — O chanchos.

E.: — ¿Chanchos también?

C.V.: — También. Los negros que son de origen de los que trajeron los españoles a toda esta zona de que ahora es Uruguay. Y la gallina, esa híbrida que venden, los huevitos vienen en avión de los Estados Unidos.

E.: — ¿Vienen huevos?

C.V.: — Sí, los huevos. De ahí sacan los padres y después vienen los nietos de aquellos que son los que andan a la venta. Por esa línea, siempre vamos a ser dependientes.

E.: — ¿Por qué? ¿Qué pasa si vos querés reproducir y querés tener pollitos de esas gallinas? ¿Podés?

C.V.: — Son súper híbridos y van para atrás.

E.: — Cuando vos me decís que va para atrás una generación y otra de esas gallinas híbridas, ¿qué quiere decir eso? ¿Salen cómo los pollos?

C.V.: — Claro. Por ejemplo, te salen unos pollos que de grandes... Te salen unos pollos que son chiquitos y siempre permanecen chiquitos. A mí me sucedió con uno. Entonces, yo estoy dejando la línea híbrida. No las voy a matar a las pobres gallinas, pero estamos con la pura. Con la pura vos siempre vas mejorando.

E.: — C.V; tu trabajo cotidiano, tratando de que la gente aprenda a plantar sus propios alimentos y promoviendo eso, ¿es una cuestión práctica o es una posición filosófica que tenés al hacer esto?

C.V.: — En eso yo pienso que van las dos cosas juntas, porque tal vez si el mundo fuera distinto en este momento, si fuera más parecido a cuando yo era chico, no me imagino a alguien de mi edad haciendo esto, tal vez. Fijate que ahora que nos estamos quedando sin energía, cada vez menos energía, cada vez más cara, nos estamos quedando, por lo tanto, con cada vez menos alimentos, cada vez más caros.

E.: — ¿Vos crees que va haber una crisis alimentaria?

C.V.: — Nos tenemos que poner a pensar que la crisis alimentaria está ahí en la puerta, golpeando.

E.: — Vos, además de preocuparte de aprender del tema de cómo la gente plantaba antes. También te interesan otros saberes. ¿Qué es esto de la rbdomancia?

C.V.: — Acá, mirá...

E.: — ¿Qué es lo que hay ahí?

C.V.: — Acá ay una veta de agua.

E.: — ¿Cómo te das cuenta?

C.V.: — Porque te tironea el alambre.

E.: — C.V; llegando a ese caso, ¿de qué no serviría el haber aprendido a plantar nuestros propios alimentos?

C.V.: — Siempre sirve, porque el alimento que produjiste vos misma con tu familia, con tus amigos, ese es distinto. Es decir, que tiene otro componente de amor. No es la misma lechuga. Y segundo, con crisis energética hay crisis alimentaria. Entonces, con más razón, previendo la crisis energética, ya estamos en crisis energética, por todos los motivos a mi me parece fabuloso que nosotros, en este mundo moderno, civilizado y hermoso también sepamos producir alimentos. Te da mucha libertad.

E.: — Nos mostraste acá algunas cosas que uno se imagina que podrían estar pasando en el futuro, pero a mí, por ejemplo, me dejó muy preocupada el tomate ese que nos mostraste.

C.V.: — Un productor sacó semilla de un tomate comprado, que era transgénico, pero el no sabía. Sacó semilla de ese tomate y lo plantó. Sacó muy lindos tomates, parecen de plástico, pero no maduran nunca. Está cumpliendo con nosotros doce semanas y no madura. Y seguramente que ni se va a pudrir ni va a madurar porque es artificial.

E.: — A mí lo que me inquieta es verlo y pensar “esto salió de una planta, pero me pregunto si esto está vivo o no está vivo”.

C.V.: — No. Está medio vivo. Un tomate que tiene genes de pescado. Y además tienen genes de bacterias. Y este, para mí, tiene el famoso gen terminator o destructor, que era el que decían que le iban a poner a las semillas para que el ser humano que quisiera sacar semilla de ahí, no pudiera. Para la profundidad hay varias maneras. Una es caminar contando. Esa es medio complicada, porque si hay montes o algo como acá... Entonces hay otra que es más fácil que es empezar a contar. Entonces uno cuenta. Arranca 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 metros. Cuando el alambre llega a la posición horizontal, o la vara, puede ser una vara verde, a 15 metros esta el agua. ¿Qué puede pasar en el organismo de ese ser humano, o de ese pollo, o de ese chancho al cual le estamos dando de comer ese transgénico? No se sabe, te dicen. Eso no es científico, porque el científico trabaja con el principio de precaución. Hay un montón de cosas que la gente está comiendo y que no sabe qué es y que no se sabe cómo va a terminar la historia.

E.: — ¿Cómo ves vos el futuro, C.V.?

C.V.: — Yo la veo partida entre seres dominados y seres libres. Los dominados por los que dominan, o sea, los Goldman, los Morgan, los Rockefeller, los Rothschild, los Welschap y toda esa barra, los Bill Gates... Con su arca de Noé los que dominan, los dominados y los libres. Los libres se tendrán que enfrentar en un mundo complejo, pero van a ser libres. Quiero estar en esa barra.

E.: — Por eso empezaste a trabajar en política, creando un partido que ya el nombre es toda una declaración de intenciones. ¿Por qué lo bautizaron Partido ecologista Radical Intransigente?

C.V.: — Porque ahora ya están gastadas todas las palabras. El sistema político se encargó de gastar todas las palabras. A vos ya no te convencen más hablando. Entonces nosotros para hacer algo, que era lo que querían muchos compañeros, le pusimos un nombre que trate de expresar lo que sentimos. Partido entero Ecologista, porque estamos por un ambiente para los hijos, los nietos, la humanidad, la especie humana. Ecologista. Radical, que viene de la raíz, de encontrar las raíces de nuevo. Intransigente porque en algunos temas ya no da para más, hay que ser intransigente.

E.: — Esto era muy común antes. Si alguien quería hacer un pozo en el campo llamaba a un baqueano o a un rbdomante que sabía buscar el agua. Vos, ¿cómo aprendiste?

C.V.: — Yo por curiosidad, pero después conocí 3 veteranos muy veteranos, que eran buenos rbdomantes y ellos me fueron enseñando. Ahora, esto es muy fácil de comprobar. Hacemos un pozo acá, entonces da 15 metros el agua.

E.: — La experiencia te dice que funciona.

C.V.: — Puede ser una casualidad, pero cuando vos hacés diez pozos seguidos y siempre te da la profundidad, yo te doy un papelito y te anoto tanto de profundidad y nadie lo sabe. Hace el pozo la máquina y da lo que dice el papelito. Uy, qué casualidad. Pero si la casualidad se repite y se repite es porque no es casualidad.

E.: — ¿Te gustan tus manos, C.V.?

C.V.: — Sí, me encantan mis manos. Las amo a mis manos.

E.: — ¿Por qué?

C.V.: — Porque amo a la gente que trabaja con sus manos, sin despreciar... Yo también trabajo con mi mente, ¿no? Soy, al fin y al cabo un intelectual también, porque pasé por la universidad, pero yo creo que el mundo lo hacemos juntos, no separados. Y en este momento me da la impresión de que el intelectual como que está mirando de arriba hacia abajo al ser humano que está trabajando con las manos. Creo que la persona se desarrolla mucho mejor como ser humano y llega mucho más lejos cuando trabaja con sus manos y con su mente y le pone corazón, alma y espíritu. Ahí vuela.

E.: — De la mano de C.V., el aparentemente tranquilo entorno de la chacra se quiebra con preguntas inquietantes acerca de semillas que no sirven para plantar y generar alimentos, de gallinas incapaces de reproducir pollos sanos, de tomates nacidos de una planta, pero que parecen de plástico. Sus preocupaciones son fundadas. Y también urgentes.

3. L.B.

Entrevistador (E.): — Seguimos adelante aquí en telebuendía. Es muy grato recibir a L.B., director ejecutivo del instituto Pasteur. Es un honor contar con L.B. en estas mañanas después de tanto tiempo. ¿Qué tal? ¿Cómo anda, doctor? ¿Todo bien?

L.B. (L.B.): — Buen día para todos. Gracias por la invitación.

E.: — Para hablar de muchas cosas que están pasando en el Instituto Pasteur. Recuérdanos cuándo nace aquella idea y luego se va cristalizando, por ejemplo en la planta física, en realizaciones bien concretas, tangibles.

L.B.: — Exactamente. Fue en el gobierno del doctor Valle, que se labra un acuerdo con Francia, entre Uruguay y Francia y se forma una fundación formada por el gobierno del Uruguay, la Universidad de la República y el Instituto Pasteur de Montevideo. Esa fundación, entonces sin fines de lucro, maneja una nueva institución que se llama Instituto Pasteur de Montevideo como una filial que lleva al nombre del reconocido Instituto Pasteur, que es un número uno en el mundo en el terreno de enfermedades infecciosas, vacunas, biotecnología.

E.: — De esos asuntos vamos a seguir hablando en este sobrevuelo por una actividad que es de todo punto de vista muy profunda, muy aplicada. ¿Allí hay cuántas personas trabajando hoy, Luis?

L.B.: — Hoy aproximadamente somos 150 y esto incluye a unos 50 estudiantes de maestría, doctorado. Estudiantes del exterior que están haciendo sus estudios en el instituto y un poco más de 100 personas que son funcionarias del Instituto, la mayor parte investigadores, y otros administrativos y funcionarios de base.

E.: — Correcto. De aquel primer impulso del gobierno del doctor Valle hasta ahora ¿sigue el estímulo necesario? ¿Ya se puede hablar allí de una especie de política de estado en la materia?

L.B.: — Sí, hubo una continuidad totalmente alineada. El instituto no es un proyecto de ningún gobierno, es un proyecto del estado y, hasta ahora, en cada ciclo de diferentes gobiernos ha recibido una financiación moderadamente creciente, pero que ha permitido el crecimiento constante del instituto al punto que hoy el instituto tiene un presupuesto de 93 millones de pesos anuales, los cual es muy buen presupuesto. Quiero aclarar además una cosa que la gente a veces no sabe: de que este instituto, en el 90%, está financiado por el gobierno de Uruguay. No tiene financiaciones de otros países. Obviamente que está recibiendo ayudas de programas internacionales como la unión europea que ha ayudado esta fundación con 4 millones de euros al instituto para programas específicos para repatriar investigadores jóvenes. Eso ha sido muy importante.

Y últimamente hemos iniciado un proyecto con FOCEM que es el Mercosur, y el instituto Pasteur tiene la suerte de formar parte del primer proyecto del Mercosur en ciencia.

E.: — Necesitados siempre de capital humano de alta calificación. En términos de formación de ese capital, esos recursos humanos, ¿cómo estamos?

L.B.: — Uno de los principales capitales que tenemos son los recursos humanos que tiene Uruguay. Somos vecinos de la facultad de ciencias, formamos parte de la movida de la Universidad de la república y por lo tanto, nosotros nos encargamos de la parte de posgrado, conjuntamente con el PeDeCiBa, de la universidad de la república.

E.: — ¿Y allí que notan en esa materia?

L.B.: — Ahí es reconocido por todos que Uruguay tiene recursos humanos de excelente calidad. Son muy competitivos, son muy apetecibles para que viajen del exterior. Nosotros traemos aproximadamente 80 profesores del extranjero cada año, que vienen a intercurso para el Uruguay y para todos los estudiantes de la región. Tenemos más de 140 estudiantes que vienen por año a cursos de alta especialización. Los profesores están muy tentados de invitar a los estudiantes para que vayan a hacer un doctorado, para que vayan a hacer un posdoctorado.

E.: — ¿Se superó aquella circunstancia compleja que era, ante esa seducción tan potente del exterior, había mucha gente con aquella vocación de decir “pero yo quiero seguir en mi país, quiero seguir contribuyendo en Uruguay”?

L.B.: — Esos desafíos tenemos hoy. Uruguay está completando un ciclo de aproximadamente 8 o 10 años de impulso a la ciencia con una nueva institucionalización, que es la agencia nacional de investigación, con una ley de ciencia y tecnología que se labró en 2006 y se está formando una generación de científicos, no solamente en nuestro instituto, sino en todo el Uruguay que es muy importante en número y en calidad. Hoy por hoy nos tenemos que ocupar de darles una inserción. De lo contrario, esos científicos van a tener que salir a buscar su porvenir en el exterior y va a ser toda una pérdida. Ese es el gran desafío que tenemos que hacer hoy y que ya se han tomado medidas para incentivar que esos jóvenes queden en el país. Obviamente, hay que decirlo, no todos van a poder quedar en el sistema académico, porque el sistema académico está llegando a un tope. Por suerte en los últimos años la universidad salió al interior y creó nuevos puestos de trabajo en el interior, lo que dio oportunidad a gente para que vuelva o que se reinserte ahí. Pero ahora el dilema está en que estos jóvenes se vuelvan microempresarios, se asocien con empresas y se inserten en sectores productivos, ya sea en empresas públicas, privadas y mejoren el valor agregado del producto de Uruguay.

E.: — Bien, porque ustedes también están destinando mucho esfuerzo y énfasis al emprendedorismo. Allí hay también una apuesta potente.

L.B.: — Totalmente. Hoy por hoy es el foco para los próximos dos años. La ANII ya a tenido una iniciativa importante en este sentido con un préstamo del BID, que va a hacerlo en todas las ramas del conocimiento. Nosotros vamos a participar en la parte de biotecnología. Hay enormes oportunidades para Uruguay en Biotecnología. Somos un país productor de alimentos, tenemos una industria veterinaria desarrollada, tenemos una industria farmacéutica interesante, que es competitiva, y tenemos buena cabeza en los estudiantes.

E.: — Volviendo un paso atrás, muchas veces uno dice que los números del exterior son atractivos para los jóvenes capacitados que además son tan sólidos desde el punto de vista intelectual, pero también dentro de las crisis hay ventanas de oportunidades. Esta crítica situación en los países desarrollados, en Europa, por ejemplo, ¿representó que Uruguay recibiera a profesionales que estaban ya radicados en esos países?

L.B.: — Ya estamos teniendo ofertas, de uruguayos mismos y también de personal argentino de muy alta capacitación, que están mirando las oportunidades que seguirán en Uruguay para volver a la región o volver al Uruguay. También hay empresarios de Uruguay. Nosotros en este proyecto, por ejemplo, estamos creando un espacio que va a ser exclusivo para empresas, para que empresas incuben proyectos de investigación y desarrollo y mejoren su competitividad; o para incubar también nuevos empresarios. En esos amagos que estamos haciendo se están aplicando uruguayos que tienen empresas en el exterior y que están interesados en venir aquí a hacer parte de su investigación y desarrollo, aunque el mercado esté en otras latitudes.

E.: — Exactamente. Pero esto de la globalización permite estas cosas. Alguien ha dicho lo de la globalización, como el colesterol, hay del bueno y del malo. En este caso estamos hablando del bueno. Hay algunas cuestiones bien puntuales, por ejemplo, lo qu[e] está desarrollando el instituto Pasteur respecto al cáncer de mama. Allí, no sé si es el número correcto, hay 1600 casos que se detectan anualmente aquí en Uruguay y ustedes están trabajando en algo así como el perfil molecular de la enfermedad. ¿Es correcto?

L.B.: — Exactamente. Este es un proyecto qu[e]l instituto centraliza pero que participa buena parte de la Universidad de la República, el Instituto Nacional del Cáncer... Es un programa nacional en donde a su vez Uruguay integra una red de varios países en donde está centralizado, por toda la experiencia que tiene el instituto nacional de cáncer de Estados Unidos. En estos días justamente se está teniendo lugar una reunión de análisis de estos datos en Buenos Aires y Uruguay, por suerte ha podido centralizar tecnológicamente esto. Es el país donde está la referencia tecnológica para el análisis molecular a nivel genómico de los diferentes tipos de cáncer y su respuesta al tratamiento y las oportunidades que hay ahí para identificar el tipo de cáncer que responda preferentemente a un tratamiento y no a otro, lo cual es benéfico para el paciente, que va directamente a la vía curativa y benéfico para el sistema de salud, que ahorra tratamientos que no son efectivos. Entonces ahí hay todo el conocimiento de genómica, todo el conocimiento de lo que nosotros llamamos

transcriptoma, que es como se transcribe la información genética, el análisis de los defectos genéticos que tienen las enfermedades oncológicas

E.: — Está laudada la explicación de que el cáncer es genético. Claramente lo es.

L.B.: — De eso no hay duda.

E.: — Y además heterogéneo.

L.B.: — El cáncer se basa en modificaciones genéticas establecidas en ciertos tipos de ciclos que después van a adquirir una agresividad especial con respecto a las otras que tienen comportamiento normal, entonces siempre hay cambios genéticos, hay cambios epigenéticos y hay cambios en el entorno celular.

E.: — Lo que llama la atención es que, salvada esa afirmación clara de que es genético, también se ha hablado ahora de que es heterogéneo. O sea, no es lo mismo un cáncer en estas latitudes que en Estados Unidos.

L.B.: — Obviamente que hay diferencias en la vulnerabilidad, y como buena parte de los tumores son debidos al ambiente, a la interacción del genoma del hombre con el ambiente, y como el ambiente es diferente, también el tipo de cáncer o la sutileza del cáncer es diferente. Eso hace que potencialmente los tumores sean diferentes también en su agresividad y en su respuesta a los tratamientos.

E.: — O sea, apuntar claramente a qué tipo de cáncer responde la persona es la forma de curar...

L.B.: — Exactamente. Esa es la tendencia mundial, hacer estudios genéticos personalizados para cada tipo de enfermedad. Esto es válido para el cáncer, es válido para otras enfermedades. Y sobre la base de estudios genéticos individualizados y personalizados se va a establecer el tratamiento adecuado. Para eso se precisa la integración de todo. De toda la información clínica, de toda la información genética y también de la información de la historia epidemiológica del paciente.

E.: — Esto ya tiene un largo período, ¿no? Creo que vamos en dos años ya de investigaciones en ese sentido.

L.B.: — Exactamente. También se está muy cerca de llegar a conclusiones importantes.

E.: — ¿Se puede adelantar algo preliminar?

L.B.: — No creo. No me animaría a decirlo porque aquí estamos jugando con cosas muy valiosas, muy sensibles para los pacientes, así que sepan perdonarme.

E.: — A la espera de esas noticias.

L.B.: — Obviamente. Creo que el panorama es alentador.

E.: — ¿El panorama es positivo o negativo? Auspicioso...

L.B.: — Siempre el aumento del conocimiento es positivo, va esclareciendo, va creando luz. La ciencia, cuando avanza, va creando luz en lugares que antes eran oscuros. Antes palpábamos en la oscuridad y ahora vemos lo que está pasando. Esa es la función de la ciencia. Pasito a pasito hay una frontera que se va a alumbrando y cuanto más vemos claro, más podemos actuar en ese sentido. Una cosa importante en cáncer: el Instituto Pasteur junto con la Universidad de la República pusieron la patente en este año para también, a través de estudios genéticos y del descubrimiento de enzimas vinculadas a los tumores, se adelantó un método potencialmente de diagnóstico para el cáncer de pulmón, para identificar casos que no responden a los tratamientos quimioterápicos. Eso es una patente que se puso a nivel internacional y que puede llegar a una aplicación relativamente rápida. Creo que es otro logro que ha tenido nuestro Instituto en este dominio.

E.: — Un logro notoriamente uruguayo. Hubo mucho de la celeste.

L.B.: — Un logro totalmente uruguayo, pero con ayuda de los bancos internacionales. Bancos internacionales de tejidos. Porque cuando uno tiene un descubrimiento y precisa saber en qué medida ese descubrimiento es válido clínicamente, tiene que ir a los grandes hospitales que han hecho bancos de tejidos, de tumores, con toda la historia clínica del paciente, con el tejido del paciente, y ahí uno coteja si su descubrimiento es predictivo en esas grandes poblaciones. Uruguay no lo tiene todavía.

E.: — Doctor, ¿es muy alto el porcentaje de casos resistentes a los tratamientos tradicionales?

L.B.: — Eso no lo tengo en mente. No es mi especialidad tampoco.

E.: — Pero en este escenario...

L.B.: — Hay un porcentaje significativo que escapa a los tratamientos convencionales.

E.: — Y eso vendría a salvar este aspecto.

L.B.: — Esto permite identificarlos. Por un lado los pacientes se salvan de tener ese tratamiento que no les iba a hacer efecto y, por otro lado, la medicina busca tratamientos alternativos para vencer al cáncer.

E.: — Con esto de la genómica también surgió la eventualidad de que tuviéramos algunas características muy peculiares en esta zona de américa.

L.B.: — En el terreno de la genómica estamos lanzando un proyecto que también es nacional, porque son temas muy ambiciosos, y Uruguay nunca ha explorado esto, pero es un esfuerzo de todo un equipo interinstitucional e internacional con equipos de Argentina y de Brasil para estudiar los genomas sudamericanos. En este proyecto también estamos involucrando, por ahora estamos en la etapa de negociación, a una empresa líder en el mundo que es coreana y que estaría interesada en participar en ese proyecto y asistirnos tecnológicamente, que es muy importante. Esto es un proyecto a largo plazo. Ustedes saben que hace pocos años se descifró el primer genoma humano. Eso fue motivo de muchas notas periodísticas.

E.: — Y ahora nos aproximamos al sudamericano, entonces.

L.B.: — A partir de ahí la tecnología avanzó dramáticamente. Hoy un genoma, al que antes llevó cinco años hacerlo, se puede hacer en pocos días. Se puede cifrar un genoma humano en pocos días y hoy ya tenemos artículos científicos que hablan de los datos conjuntos de mil genomas de todo el mundo. En estos datos, o en estos análisis, prácticamente en la parte sudamericana, desde el Caribe pare el sur, prácticamente no hay nada hecho. Entonces hay un gran agujero en el conocimiento y hay grandes intereses para que las instituciones vayan a hacer los diferentes genomas, porque hoy se sabe del análisis de mil genomas y más, que si bien somos el 99,9% muy parecidos, la pequeña diferencia que nos hace individuales, tanto de raza como entre los individuos, tienen un enorme impacto en algunas características, sobre todo en la vulnerabilidad a las enfermedades. Entonces, ahora hay que hacer el genoma humano, pero hacer foco en ese pequeñísimo porcentaje, que cuando uno lo mira en detalle, ese pequeñísimo porcentaje es todo un universo. Es una enorme complejidad que hay ahí adentro. Hay una enorme oportunidad con mentes con una visión de ingeniería, de matemáticas, de física, entren a hacer una meta-análisis de todos esos genomas, porque hay mucha información que no está perfectamente decodificada. Y ahí nosotros vimos que Uruguay tiene fortalezas para hacer eso, incluso esta empresa coreana también nos identificó en ese sentido y estamos por lanzar un proyecto. Un proyecto a escala nacional, a escala Mercosur. Esto ya se está hablando en el seno del Mercosur, porque obviamente precisa un apoyo básico de los diferentes gobiernos. Pero, de completarse esto en algunos años, habría un haber interesante en beneficio de la sociedad y también miles de oportunidades para empresas que brindan servicios para el diagnóstico genómico, porque es el nuevo escenario que vamos a tener, entonces ahí estamos.

E.: — Me pareció sumamente interesante esa imagen de hacer foco, como uno va acercándose, aproximándose a lo puntual, a ese puntito que somos en el mundo. De pronto hasta descubrimos aquello de la guerra de charrúa, de dónde nace todo esto...

L.B.: — Seguramente en las trazas está.

E.: — Seguramente estarán en las trazas. El instituto Pasteur, reconocido a nivel mundial por las investigaciones en enfermedades infecciosas, eso está clarísimo. ¿Cuál es precisamente el perfil del Instituto Pasteur Uruguay en esa materia?

L.B.: — El instituto Pasteur tiene un sector del instituto que está dirigido a enfermedades infecciosas. Tiene varios grupos de investigación trabajando en eso y está alineado a lo que es una red internacional del Instituto Pasteur. Hace poco tuvimos un congreso internacional en Montevideo, con más de 50 participantes extranjeros, que intentan cubrir a nivel mundial una suerte de investigaciones y una serie de vigilancia ante la emergencia de nuevos agentes infecciosos, que pueden ser viral, bacteriano, pueden ser parasitarios. Nosotros aquí somos una pequeña antenita que nos insertamos en esos grandes estudios de la red internacional Pasteur, con un aporte sobre todo molecular. Nuestro instituto es un instituto muy moderno y la mayor parte de los estudios que hace, lo hace en esta nueva visión que hay, molecular, genómica, proteómica de las enfermedades. Se participa con un componente bien informático, con componentes de biología estructural, con especialidades muy puntuales. Pero, ciertamente que hay un enorme interés en nuestro país. Hemos enfocado a ciertas enfermedades que tienen que ver con la salud animal y con la salud humana. Estamos en foco, por ejemplo, con la leptospirosis, que es una enfermedad que causa enormes estragos, trabajando junto con el INA, con DILAB que...es del ministerio de agronomía y pesca. Estamos dando una mano también en el estudio de la brucelosis, que también es una enfermedad que afecta sobre todo a los animales; estamos en la tuberculosis, una enfermedad que reaparece en el mundo cada vez más complicada, con cada vez más difícil tratamiento y también afecta al ganado bovino y, en esos casos, también produce estragos, porque la única forma de tratamiento es sacrificar al animal y también a todo el rodeo. Ahí hay muchas cosas por hacer, porque hay cambios genéticos en las microbacterias tuberculosas. Estamos siguiendo un poco las grandes emergencias que hay en el mundo. Estamos trabajando en virología. Estamos desarrollando una vacuna, o queriendo desarrollar una vacuna para la leucosis bovina, que es otra enfermedad que afecta una enorme cantidad de ganado de Uruguay y que es un virus muy relacionado al virus del sida, por lo tanto entramos en un tema muy sensible, donde lo que nosotros aprendamos para una enfermedad se puede ser transportable para la otra, porque saben que hay una carrera para llegar a la vacuna para el sida. Entonces, cada investigador tiene su mundo y cada investigador tiene sus ambiciones y sus proyectos y la suma de esto hace que el instituto sea muy interesante.

E.: — Sin duda, lo es. Además, seguramente en algún momento, remitiéndose a aquel origen del instituto y hablando de la rabia, que a veces se dice que es una enfermedad reemergente en algunos países. Es inquietante.

L.B.: — Alguno baja la guardia y aparecen las enfermedades otra vez, obviamente.

E.: — Después vamos a hablar, un día, de la biotecnología aplicada a nuestro sector productivo, o sea, aquello que, de pronto, en esta superficie producía 10, hoy puede llegar a producir 100.

L.B.: — Tanto a nivel vegetal, que se está produciendo una gran revolución, como a nivel animal y en toda la parte farmacéutica, porque hay una nueva farmacología de productos biotecnológicos.

E.: — Una consideración nada más que muy puntual sobre una nota que se le hace al nobel de física, que está de visita en nuestro país. Dice que sin investigación básica no hay desarrollo y teme que órganos políticos no le entiendan y obliguen a los jóvenes científicos a hacer solo trabajo aplicado. Recuerdo aquellas charlas en red surandí, por ejemplo. Tienen que ver con eso.

L.B.: — Sí. Es una polémica. Nosotros hoy ya creo que hemos superado esa dicotomía. En el propio instituto nuestro se trabaja en un área protegida para realmente inventar y descubrir cosas. Eso es fundamental. Pero, al mismo tiempo todo eso está conectado con toda una interacción con el mundo empresarial para qu[e]so pase y se vuelva aplicado en la forma natural, porque conservar algo que sea totalmente básico como un conocimiento aislado, ya la sociedad no puede pagar eso, porque la investigación es muy cara. Tiene que estar unido a otros actores que van a sacar un crédito económico o van a llevar ese conocimiento a generar una solución a la sociedad, porque la sociedad pide soluciones a muchos problemas que tenemos. Ese encadenamiento hace que la investigación básica y la aplicada sean un solo sector. Obviamente, la educación subyace a todo. La educación prácticamente de los niños para adelante. No la educación científica sino...

E.: — La matriz.

L.B.: — Hay una matriz cultural que tiene que tener un componente científico y que subyace a todo, y que va a ser la que defina el futuro científico de Uruguay.

E.: — Muchas gracias, como siempre.

L.B.: — Gracias a ustedes.

E.: — Nos veremos pronto por aquí con tantas interesantes novedades.

4. V.B.

Entrevistador (E.): — Seguimos adelante en Telebuendía, recibiendo con mucho gusto esta mañana el colega V.B. que además de ser activista ecológico, integra el movimiento Por un Uruguay Libre de Megaminería. V.B., buen día. ¿Cómo anda?

V.B. (V.B.): — Buenos días, ¿qué tal?

E.: — Muy bien. Si me permite voy a narrar algunas cuestiones que tienen que ver con el desarrollo de esta entrevista. Usted dice: violentando leyes de transparencia de la función pública, acceso a la información y participación de la sociedad, incluyendo la propia ley de minería de gran porte, la dirección nacional de minería y geología adoptó el criterio de la empresa aratiri y declaró confidencial toda la información del proyecto minero. El ministerio de industria, energía y minería no se hizo cargo directamente de esta decisión, pero la defiende, de hecho, lo que condujo a una acción ante la justicia por la ley de derecho de acceso a la información pública, que es la ley 18.381, que le ordenó entregar la información requerida. ¿Cuál es el estado de la situación hoy, Gomes?

V.B.: — El juez Alejandro Martínez, que fue en donde recayó la primera instancia de la acción... Nosotros hicimos esta acción por las disposiciones mismas de la ley de acceso a la información que, si no se da un pronunciamiento de la autoridad, del organismo que es requerido, en el plazo previsto, habilita a una acción judicial para requerir la información.

E.: — Que fue la que ustedes emprendieron...

V.B.: — Exactamente. El Juez Martínez de Laceras falló el lunes 10, hace poquito más de una semana, ordenando al ministerio la entrega de esa información y nosotros nos enteramos anteayer que el ministerio había apelado. El ministerio apeló esa decisión, nos notificamos ayer y tenemos también tres días para elaborar una respuesta. Después que entreguemos la respuesta, que entonces vencería este viernes, el tribunal de apelación, que es la segunda instancia, tiene 4 días para decidir. Así que calculamos que la semana próxima va a estar.

E.: — ¿Tienen alguna intuición respecto a esa decisión?

V.B.: — Nosotros estamos muy tranquilos con respecto a esto, porque además yo te contaba que nosotros hemos hecho otros juicios similares de acceso a la información y este puede ser, tal vez, el más claro porque aquí está configurado lo que en la ley se denomina silencio positivo.

E.: — ¿Cómo es eso?

V.B.: — Se denomina silencio positivo cuando se presentó la solicitud de acceso a la información al organismo y la autoridad del organismo no se pronuncia ni a favor ni en contra en ese plazo. Eso es lo que según la ley configura el silencio positivo y determina la ley que la información debe ser entregada.

E.: — O sea, ¿avala la entrega de la información?

V.B.: — Exactamente. Entonces, como no hubo el pronunciamiento del ministerio, pero tampoco nos accedían la información, nosotros iniciamos la acción judicial.

E.: — Acá, VB, hay acciones individuales, pero también, de pronto, aumentó la participación colectiva. O sea, hubo una creciente demanda de los productores buscando información.

V.B.: — Claro, lo que pasa es que...

E.: — ¿Qué tipo de Información buscaban?

V.B.: — El proyecto de estas características, estamos hablando del proyecto aratiri, básicamente tiene una zona donde están ubicadas las minas, lo que se llama el distrito minero, después el mineroducto, que es un mineroducto que atraviesa más de 200 kilómetros del territorio hasta la costa del Rocha y una terminal portuaria en la costa de Rocha. Imagínate que ese mineroducto, que son dos caños de 60 centímetros de diámetro cada uno, que van enterrados, atraviesan campos, ríos, arroyos. Atraviesan el territorio. Entonces, eso determina que los propietarios de esos campos deban aceptar o no. Si son notificados para aceptar una servidumbre, se le denomina así en la minería, de paso del mineroducto. En esos campos hay actividad productiva, hay proyectos de inversión, hay hasta represas en algunos casos, y entonces la gente, cuando les presentan la notificación para saber si tiene fundamentos o no para rechazar la notificación quieren saber que és lo que se va a hacer, cuáles pueden ser los impactos sobre su actividad habitual de esa instalación. Lo que nosotros encontramos allí en el expediente fueron decenas de recursos de productores, sobre todo en la zona que atraviesa el mineroducto, reclamando la información.

E.: — Desde el lugar de la empresa uno podría llegar a entender que se preserve información, que determine algunas áreas de confidencialidad. Pero en todo caso, querría saber cuáles son los argumentos que maneja aratiri para establecer esta confidencialidad.

V.B.: — Nosotros encontramos en el expediente la nota de aratiri, donde solicita la confidencialidad.

E.: — ¿En base a qué?

V.B.: — Los argumentos son: en una parte dicen que toda esa información forma parte del know-how de la empresa.

E.: — ¿Las claves del negocio?

V.B.: — Exactamente. Y por la otra dice que este proyecto minero sería un proyecto único en sus características. Nosotros no objetamos, como está previsto en la propia ley, que se deben preservar determinadas informaciones de las empresas.

E.: — Por una cuestión de competencia en el mundo.

V.B.: — Exacto. Eso lo dice la propia ley, en el artículo 10, de que se deben preservar informaciones relativas al patrimonio personal, informaciones o datos de carácter secreto comercial o secreto Industrial. Ahora, a nosotros nos parece que es muy poco, de todo esto que se ha prohibido acceder, que puede considerarse tal. Te pongo algunos ejemplos de la lista que se numera. Se dice, por ejemplo, el tamaño de los cráteres, el tamaño de las montañas de estéril que van al lado de los cráteres.

E.: — Eso no encaja en el know-how.

V.B.: — El plan de cierre, que es qué va a pasar con esas minas después, que incluso ha habido una discusión pública, si lo van a dejar rellenar con agua de lluvia como lo dijo la empresa, si eso es aceptable o no... ¿Esos son datos que pueden considerarse innovación tecnológica? En primer lugar, aratiri es una empresa marginal en la minería mundial. Es decir, es una empresa pequeña, creada para desarrollar unos proyectitos en una coyuntura especulativa internacional muy determinada. La explotación de estos yacimientos... Los yacimientos uruguayos son yacimientos pequeños y de bajo tenor, son yacimientos marginales en el contexto de la minería mundial, al lado de, por ejemplo, Brasil. La mina de Carajás, que es la mina de hierro a cielo abierto más grande del mundo, donde sacan el hierro directamente y ya va a los hornos o a la exportación...

E.: — Ustedes se han planteado, por ejemplo, que sería, en la ponderación, en esa ecuación entre costo y beneficio, mucho más importante el daño que el resultado.

V.B.: — Exactamente, porque además, por las características de los yacimientos uruguayos, es necesario incorporarle un proceso de concentración para llevar el hierro al 60 o 62%, que es la condición *sine qua non* para poder venderlo como mineral en el mercado internacional. Entonces eso es un costo adicional. Por eso extraer el hierro, este que tenemos en el Uruguay, es caro, además, en el contexto.

E.: — Extraer el hierro es caro y en un mercado donde el metal cae en el precio casi a diario.

V.B.: — Yo te puedo contar que en el día de hoy, ayer hubo una caída de más de 3 dólares en el valor de la tonelada y hoy está cerca de los 70 dólares la tonelada.

E.: — ¿El negocio ya no cierra tanto, V.B.?

V.B.: — No, no cierra. Económicamente no cierra. El plan de aratiri estuvo hecho por informaciones que hemos encontrado en la propuesta de la propia empresa en base a un costo de 90 dólares la tonelada. Si a eso se le descuenta el costo del flete, que no está incluido, sencillamente, en este momento, con este precio este proyecto no es viable económicamente.

E.: — El presidente de la república dijo en el programa Uruguay decide que habían aspectos que no le cerraban de aratiri e insinuó que de pronto será uno de los temas de transición o de discusión con el gobierno que resulta electo el 30 de noviembre. ¿Advierten ustedes que se ha dilatado el proyecto y el inicio de la actividad como consecuencia, por ejemplo, de este activismo?

V.B.: — Sí, por cierto. Nosotros no tenemos dudas. Cuando empezamos a estudiar esto, porque además acá es necesario decirlo: nosotros hemos trabajado requiriendo el acceso a la información oficial desde el comienzo. Acá incluso la sorpresa que yo me llevé fue cuando, después de haber visto este expediente con toda la información, cuando voy ahora me encuentro con que le han quitado esa información.

E.: — ¿Cómo es eso? ¿Se manipuló?

V.B.: — Nosotros habíamos accedido a este mismo expediente y tenía la información que tenía que tener. Ahora, cuando vamos la última vez a verlo, porque siempre se agregan informaciones, nos encontramos con esa decisión que resolvió quitar toda esa información.

E.: — ¿No configura delito en principio ese retaceo de información?

V.B.: — No. Otra cosa es que si esto es el derecho, retacear esta información. Eso nosotros cuestionamos.

E.: — ¿Qué dice la ley sobre confidencialidad específicamente?

V.B.: — Sobre la confidencialidad lo que dice la ley es eso que te referí en el artículo 10. Son elementos de información que la administración debe preservar aquellos relativos al patrimonio personal o al secreto comercial o industrial. Eso es lo que dice la ley y que nosotros no lo cuestionamos.

E.: — ¿Y la publicación debe ser suministrada aportada, valorada por la empresa, o es la autoridad administrativa la que debe tomar nota de eso?

V.B.: — No. Es que justamente esos proyectos son presentados al estado. Es el estado el que debe evaluarlos y validarlos.

E.: — El estado evalúa, por ejemplo, la información que le remite la empresa. No es que vaya a chequear.

V.B.: — No. El estado tiene que chequear inclusive en ese proceso hay un diálogo permanente donde el estado le requiere mayor información cuando considera que se le ha brindado insuficiente. Pero entonces esa información, desde el momento que está en el estado, es del estado. Ahí es donde nosotros tenemos el derecho de acceso. Y es el estado el que debe decidir lo que es confidencial o no. Aquí lo extraordinario es que la dirección nacional de minería simplemente aceptó sin mayor consideración la solicitud de la empresa. Además, esto configura un riesgo muy grave, porque simplemente esto se torna un precedente. De aquí en adelante, cualquier empresa minera que solicite al ministerio o a la dirección de minería “no, señores, toda esa información que les estamos mostrando para que ustedes evalúen si aceptan nuestro proyecto es confidencial”. Va tener ya un precedente, entonces eso significa que, de aquí en adelante, todo proyecto minero puede pasar a ser secreto.

E.: — V.B; usted decía en eso, precisamente, que se encuentran elementos que cuestionan la validez de la resolución. Hay una nota del 8 de mayo de 2014 de la asesoría jurídica del ministerio de industria, energía y minería que señala que, según lo establecido por la ley en minería de gran porte, la declaración de confidencialidad solicitada por aratiri no competía DINAMIGE, sino al ministerio de industria, energía y minería. Ustedes allí advierten ciertas vulnerabilidades. Desde lo técnico y también en lo jurídico.

V.B.: — Lo curioso también es que en este momento nosotros podemos decir que hay una contradicción de opiniones en la propia asesoría jurídica del ministerio.

E.: — ¿Dónde están esas contradicciones?

V.B.: — Porque en esa nota que tú mencionas, el doctor Rosello, que es en ese momento el encargado de la asesoría dijo que la DINAMIGE no era el organismo competente para declarar la confidencialidad. A posteriori, cuando nosotros iniciamos el juicio, la asesoría jurídica ahora está sosteniendo, inclusive en la apelación, que es lo que tenemos aquí, que sí estaba facultada, que estaba dentro de sus competencias. Aquí hay dos contradicciones: una contradicción interna en la asesoría jurídica del ministerio. Y también una contradicción en el estado, porque este problema que se está planteando con DINAMIGE nosotros no hemos tenido con la DINAMA. La DINAMA ha tenido una postura completamente abierta, objetiva y que es la que corresponde, de permitirnos el acceso a las informaciones.

E.: — Gomes, un paréntesis abrimos para un tema que largamente ha sido debatido y discutido y tiene como referencia la actitud que muchas veces asumen activistas del medio ambiente, ambientalistas o periodistas especializados señalando ese riesgo de que también haya pérdidas de fuentes

laborales, de que aquella expectativa de algunos productores se vea frustrada por esas acciones...

V.B.: — ¿A qué expectativas te referís tú?

E.: — A las que por ejemplo tienen aquellas personas que serían beneficiadas con el proyecto de aratirí. Dicen: “esto es un beneficio para el país, generación de empleo, es aumento, por ejemplo, de los recursos económicos con los que cuenta Uruguay...”

V.B.: — Nosotros, en ese proyecto, incluso a veces por eso cuestionamos cuando nos califican solo como ambientalistas, porque nosotros, en primer lugar el concepto ambiental que tenemos es de un concepto que integra todos los elementos. En el ambiente estamos todos. Estamos en primer lugar nosotros, no solo la naturaleza. Nosotros no somos parte afuera de eso. Y entonces, en los análisis de los proyectos, nosotros analizamos no solo los aspectos de impacto ambiental sobre el ecosistema. También los aspectos sociales y los aspectos económicos. En este proyecto concretamente del que estamos hablando, el proyecto aratirí, nosotros no hemos visto ninguna ventaja para el país. No la hemos visto del ángulo ambiental, porque es una destrucción irreversible para una actividad de corta duración, porque no tiene más duración de lo que la propia empresa expone, de 15/ 20 años.

E.: — O sea, recurso finito. En 15 o 20 años se detiene la producción y queda el daño por 80, 90...

V.B.: — Y destruimos un ecosistema que, bien manejado, es sustentable. Del punto de vista social nosotros ya hemos mostrado con propias estadísticas del proyecto minero que no se agrega trabajo. Se sustituye una fuente de trabajo por otra. Y además, esa fuente de trabajo nueva a corto plazo va a cesar y los que estaban antes no van a poder volver. Entonces los perjuicios y los impactos sociales son importantísimos. Desde el ángulo económico, que se ha discutido tanto, nosotros hemos mostrado también, y lo hicimos incluso con comunicados públicos a principios de este año, un informe del fondo monetario internacional, con la autoridad que tiene el fondo monetario, diciendo que el proyecto aratirí iba a proporcionar del orden de 1000 millones de dólares anuales por concepto de recaudación fiscal. Nosotros analizamos ese informe y vimos que tenía gruesos errores. Gruesos errores en los datos – decía que iba ser una explotación de 27 años, calculaba el precio del hierro constante a 120 dólares la tonelada, fijáte que hoy está a 70 y aplicaba mal la legislación tributaria del país. Nosotros ese informe lo cuestionamos por escrito, lo entregamos a la representación del fondo monetario aquí en el Uruguay y no tuvimos ninguna respuesta. Pocos días después vino el vicepresidente del fondo acá y, preguntado por periodistas en una conferencia de prensa, dijo que había datos que debían ser actualizados. En ese mismo momento, desde el gobierno, dijo el ministro de industrias en el parlamento que el aporte sería de 400 millones de dólares anuales. Nosotros tuvimos la oportunidad en una mesa redonda que se hizo en la facultad de ciencias, de pedirle al profesor Artuño, el vice ministro, una tabla en donde estaba el cálculo y también demostramos que

estaba equivocado y lo dijimos públicamente. No hemos tenido respuesta. Entonces, se han lanzado cifras imaginarias.

E.: — Está bien. Tú mencionabas, al pasar hoy, lo que resultan contradicciones y uno se pregunta, porque una cosa pueden ser las contradicciones aun en la administración y otra bien distinta, los conflictos de intereses. ¿Ustedes entienden que hay conflicto de intereses?

V.B.: — ¿Entre quiénes?

E.: — Por ejemplo, en el ámbito administrativo que tiene que ver con la actividad minera, llámese DINAMIGE confrontando con el ministerio de industrias...

V.B.: — Nosotros en ese proceso hemos visto y percibido diferencias dentro de la propia administración. Para nosotros claramente hay un sector de la administración del gobierno que se ha colocado prácticamente como socio del proyecto aratirí. Y ha funcionado así. Ha dicho, sin tener las evaluaciones ambientales, ha dicho anticipadamente que esto va a salir, que esto hay que hacerlo, que esto es beneficioso para el país. Hay otro sector que no necesariamente coincide con nosotros, pero que por lo menos ha tenido una conducta correcta de decir “bueno, tenemos que analizar, tenemos que informar. Si el público quiere informarse tiene todo el derecho a hacerlo”. Nos proporcionan la información. Por lo menos eso es una actitud correcta.

E.: — En esa actitud está al presidente Mujica?

V.B.: — No lo vemos. El presidente Mujica lamentablemente no, porque hasta incluso nos ha destrutado. En alguna audición radial por ahí ha dicho que nosotros somos terroristas ambientales. Es decir, lamentablemente no lo podemos...

E.: — Me refería a lo que había dicho aquí mismo, en el canal respecto a eso. “Hay que analizarlo con mucho más detenimiento, la ecuación ya no cierra...”

V.B.: — Creo que esas declaraciones más razonables empezaron ya en los últimos meses cuando empezó de hecho la declinación del precio del hierro y entonces se empezó a ver que este proyecto no tiene viabilidad.

E.: — Un tema adjunto, VB, pero que también tiene que ver con esto es que CAINFO ha aportado mucho y muy valioso en esos procesos y es algo que, de pronto, no es muy conocido por la gente, pero permite, por ejemplo el acceso a la información pública. Es un gran avance como país, además.

V.B.: — Exactamente. Además, en este aspecto hay que saber que CAINFO no se dedica exclusivamente a temas como este que estamos hablando hoy.

E.: — Claro, se dedica a todos aquellos temas que puedan resultar de interés y que están bajo el manto...

V.B.: — Te cuento una de las investigaciones, que además ha sido un trabajo muy exitoso de CAINFO. Hubo una investigación donde se pidió que las escuelas dijeran si tenían el extintor para incendios y no había registros de esos y demoró bastante la respuesta. Fue necesario insistir. Es muy importante el acceso a la información en esos temas.

E.: — Un par de apuntes finales: si avanzó en el departamento de Lavalleja respecto a la declaración de no a la minería de metales a cielo abierto. ¿Allí también hay un conflicto de legislaciones, la departamental y la nacional?

V.B.: — Sí. Está planteado como conflicto. Nosotros pensamos que no es un conflicto. Nos hemos asesorado jurídicamente de la manera que corresponde...

E.: — ¿Y cuál es la legislación que debe predominar?

V.B.: — Es que justamente no es que se trate de competencias subordinadas una de otra. Es decir, el estado, el gobierno central, tiene todas las atribuciones para gestionar, dirigir la política minera de acuerdo con la ley o agrícola o industrial. Pero, los departamentos tienen las atribuciones específicas y exclusivas de determinación de los usos del suelo en su territorio. Entonces, para poner un ejemplo burdo: ¿cómo se debe instalar una fábrica de producción de embutidos? Eso lo determinan autoridades nacionales, organismos ministerio de salud, ministerio de industria, etc. Pero si esa fábrica de embutidos se va a instalar en el medio de la Plaza Central de Minas o a 2 kilómetros de allí, para no afectar la población cercana, eso lo determina la intendencia. Eso se llama atribuciones concurrentes. Hay un ejemplo que es este: cuando se aprobó la planta de celulosa en Conchillas, que la aprobó el gobierno nacional, había dos ordenanzas departamentales de Colonia que prohibían eso. Una que declaraba Conchillas lugar de patrimonio histórico y otra de preservación de monte nativo y no apta para actividades industriales. ¿Qué pasó? La junta departamental de Colonia se tuvo que reunir una noche y anular las dos ordenanzas. Entonces, de esa manera, coincidieron las dos decisiones y se llevó adelante.

E.: — VB, muchas gracias por esos minutos muy valiosos para tratar de comprender este asunto tan complejo. Una muy puntual, a cuenta de seguir hablando de este asunto, ¿se está haciendo o no fracking en Uruguay?

V.B.: — No se está haciendo Fraking.

E.: — El fracking es la fractura por métodos hidráulicos en procura de, por ejemplo, gas natural.

V.B.: — Esta es una tecnología sumamente cuestionada. Hay países enteros que han determinado prohibir esta tecnología en su territorio, como Francia, por ejemplo, Alemania también. En Estados Unidos varios distritos y ciudades también. Aquí lo que se está haciendo por ahora, que es sobre todo en el litoral del país son actividades de prospección y de exploración, o sea, de estudio.

Esos camiones que entraron que hacen estudios sísmicos emiten una señal, esa señal es recogida por un receptor y eso es analizado. El problema grave de acá es ANCAP que ya tiene firmados contratos con empresas extranjeras que incluyen la explotación. Y la explotación del gas de exquisito, que está a profundidades muy grandes y en roca seca, solo existe hoy la tecnología de fractura hidráulica para explotarla. El problema es que en ese contrato se establece un consejo de administración en donde ya ANCAP y la empresa tienen votos iguales, ya están empatados. Y para el caso de que no se pongan de acuerdo, se admite en el contrato el recurso a una instancia de arbitraje internacional. Entonces lo que yo digo es que sin aún haber entrado a discutir si se hace o no la explotación, ya estamos perdiendo el poder de decisión.

E.: — Voy a invitar al presidente de ANCAP, de hecho lo estoy realizando en estas horas, para que también, entre tantos asuntos, analice este que es sumamente inquietante. Muchas gracias V.B..

V.B.: — Muchas gracias a ti.

.

5. A.C.

Entrevistador (E.): — Tenemos el gusto de recibir esta mañana el economista A.C., del CPA Ferrere. A.C; buen día. ¿Cómo anda?

A.C. (A.C.): — Buen día. ¿Qué tal?

E.: — Bien, muy bien. Hombre oriundo de Durazno.

A.C.: — Exactamente.

E.: — Hincha del Nacional. Bueno, tenemos puntos de vista. Ya he estado con Pampín, de Peñarol, tú de Nacional y hablábamos de esta cuestión vinculada al salario y atarlo a la productividad también en el fútbol. Vamos a considerarlo, porque lamentablemente el fútbol ya dejó de ser noticia para que los violentos en el fútbol lo sean directamente. Como tú llegaste muy temprano, lo viste todo desde la primera fila. ¿Cómo si observan esas cuestiones del hincha común y corriente? Imagino que te desalienta.

A.C.: — Sí. Naturalmente con preocupación. Soy hincha, tengo mi butaca, voy al parque central recurrentemente y obviamente esto no colabora con el espectáculo, con disfrutar del espectáculo.

E.: — Cuando además, es un movimiento económico tan importante. En todo caso, ahí hay un aspecto que sería interesante un día analizar, cuánto se pierde con este tipo de paralizaciones. Lo cierto es que te recibimos esta mañana con gran gusto a propósito de una disertación de hacia algunos días de los desafíos para la política económica en el año electoral y la herencia macroeconómica para el próximo gobierno. Si te parece, AC, un primer apunte sobre la situación internacional sobre todo por esta actitud, esta salida que ha encontrado Estados Unidos.

A.C.: — Sí. Estamos probablemente en años que son de inflexión para la economía global. Si repasamos un poquito para atrás, también no todo mundo lo tiene presente, pero lo que hizo Estados Unidos en los últimos cinco seis años en términos de política económica y sobre todo política monetaria es algo realmente histórico que no tiene precedentes. Estados Unidos se enfrentó una crisis financiera muy grave en 2008, con riesgos de que se repitiera la crisis del 29, que fue un periodo dramático para la economía mundial y reaccionó también en forma dramática, realizando un gran impulso monetario, aumentando mucho la cantidad de dinero y bajando el costo del dinero justamente para que la inversión fluya, para que el consumo fluya y para que se empuje la economía. Estados Unidos todavía no brilla, no vuelve a ser la potencia que era antes de esta crisis, pero de todas formas día a poco se va saliendo de la situación. Por eso, entre 2013 y 2014 Estados Unidos ha estado y va a seguir estando desarmando estos estímulos que fueron dando y se va empezar a normalizar la cosa. Una de las cosas a las que te das cuenta el lado

de Uruguay es que este dólar en 19 pesos que teníamos en Uruguay en realidad era la contracara de un dólar que se debilitó en todo el mundo. Eso empezó a terminar el año pasado y se empezó la vuelta. Posiblemente aquellos valores de 19 pesos no los vamos a ver por un buen tiempo por lo menos. Y toda la presión a la baja sobre el dólar que tuvimos sistemáticamente los últimos 10 años prácticamente empieza un poquito a revertirse, con lo cual Estados Unidos va a poner presión para que el dólar se fortalezca de a poquito y entonces la cotización del tipo de cambio suba un poquito.

A.C.: — Las calificadoras parecen coincidir en otorgarle una buena nota a la deuda ahora en los Estados Unidos y eso también me parece que se puede llegar advertir comuna señal positiva en cuanto al orden de que debe encontrar esa nación, que cualquier movimiento que haga impacta en el resto del planeta. Eso está claro. ¿Y cómo le llega al consumidor común y corriente, al uruguayo de a pie, este tipo de información?

A.C.: — La primera forma que le llega rápido es el dólar, que acá en Uruguay tenemos esa enfermedad de la dolarización y sistemáticamente miramos a la pizarra y esto no es normal.

E.: — ¿Por qué calificaste de enfermedad de la dolarización?

A.C.: — Enfermedad porque para los economistas en general trae muchos dolores de cabeza, sobre todo para los encargados de hacer política económica. Tiene diversas consecuencias. Una de ellas, por ejemplo, es que si vamos a la crisis del 2002, la crisis y la deuda que tuvimos en buena medida fue porque teníamos la mayor parte de nuestra deuda en dólares, entonces naturalmente, en aquel momento tuvimos una devaluación abrupta de nuestra moneda. Esto quiere decir que de un día para el otro nuestros ingresos medidos en dólares bajaban a la mitad y la deuda que teníamos que pagar era la misma. Eso también pasa a nivel de un consumidor que se endeuda en dólares, porque en realidad le ofrecen un crédito y le parece más atractivo y la suba del dólar después le pega, porque en realidad su salario medida en dólar baja y tiene que pagar la misma deuda.

E.: — ¿El dólar sigue generando esa seducción mítica y a veces irracional?

A.C.: — Sí. En los últimos tiempos cambió también. Como las inversiones en moneda nacional empezaron a dar más rentabilidad, la gente empezó a cambiar un poco su portafolio. La enfermedad se ha venido curando de a poquito, pero seguimos siendo un país atípico. No es normal en el mundo que los países tengan doble moneda, que tengan la mitad de sus pasivos o de sus deudas denominadas en una moneda que no controlan.

E.: — Bueno, y allí nos vamos acercando. Como el ciudadano común y corriente siente esto en el precio del dólar, los empresarios también lo están observando con inquietud. En todo caso ahora, el mensaje para el sector empresarial, ¿cuál debería ser? Porque también allí vuelve a insertarse el concepto de productividad asociada al dólar.

A.C.: — Desde el punto de vista de lo que son las novedades de la economía global, en realidad que Estados Unidos se recupere siempre es una buena noticia, porque implica menos riesgo para el resto del mundo. El problema es que la recuperación de Estados Unidos no va a ser una locomotora. Estados Unidos sale de la crisis recuperándose, pero sale con una mochila muy pesada. Sale con una deuda pública del entorno de 100 puntos del producto, más o menos la misma deuda que tuvo Uruguay en el año 2002/2003, para tener idea, y sale con un sector privado también muy endeudado. En general, lo que pasa luego de las crisis de deudas es que cuando uno debe mucha plata o la paga o hace un default. Estados Unidos posiblemente no va hacer un default y el pagar esa deuda va a exigir un esfuerzo monetario muy grande. Eso implica que no hay plata para gastarle en otras cosas, con lo cual no hay tracción y no hay tanta potencia y, posiblemente, veamos una economía global saliéndose, pero con dificultades para crecer fuerte.

E.: — Decíamos lo de los empresarios vinculando al dólar a la competitividad, no a la productividad. En ese sentido, allí sí hay algunas señales inquietantes, porque además estamos insertos en una región que tiene esa volatilidad. Se sabe que ustedes advierten que Argentina parece haber encaminado el rumbo hacia cumplir los deberes.

A.C.: — Es una especie de esperanza. Es en realidad una cosa que nos llama la atención o que lo vemos como muy positivo, es que Argentina hoy parece tener un plan. Desde el cambio de autoridades en el fin del año pasado y luego de la corrección de la moneda en enero, si bien la evaluación argentina en enero generó mucha tensión en principio, de ahí en adelante las cosas se han calmado.

E.: — ¿Qué datos les hace pensar que hay un plan?

A.C.: — En realidad, lo que está sucediendo en Argentina, sin gritarlo demasiado a los cuatro vientos, pero es un trabajo que está siendo más de callados, es que Argentina está, por un lado, tratando de controlar la enfermedad que tiene, el problema que tiene con la inflación. El problema de la inflación en Argentina hoy es el típico caso de inflación que tenían los países desarrollados en los años 50 o 60, que era un estado deficitario que no tiene ninguna forma de financiar ese déficit y recurren a la emisión de moneda para financiar el déficit. Argentina hoy tiene un déficit parecido al de Uruguay, un déficit fiscal de 2 puntos y medio en el producto, no es muy distinto, pero la diferencia es que Argentina no se puede sanar en el mercado internacional, entonces se emite moneda y como circula mucho dinero, eso genera inflación. Esa cantidad de dinero que estaba creciendo mucho el año pasado, en estos 3 meses la han puesto en 0%. O sea, el banco central argentino está haciendo lo que se llama un ajuste monetario ortodoxo. Subió mucho las tasas de interés, subió mucho el costo del dinero para chupar los excesos de liquidez y evitar que ese exceso de dinero que circula genere inflación, con lo cual está tratando de solucionar parte de los problemas. Ayer el ministro de economía anunció también una posible corrección en las tarifas públicas, que están subsidiadas,

que es parte de lo que genera el déficit y es parte de lo que hacía hasta ahora que Argentina tuviera algunos precios muy mentirosos.

E.: — Anuncios políticamente complejos...

A.C.: — Políticamente complejos, pero están asumiendo el costo político de hacer esos ajustes que hasta ahora no se estaban asumiendo.

E.: — ¿Y cómo se debería advertir una posible estanflación en Argentina? Primero, explicarla a la gente lo qué es la estanflación...

A.C.: — La estanflación es un fenómeno poco común a nivel global, porque en general lo que sucede es que cuando un país crece mucho, como le pasó a Uruguay en la última década, por ejemplo, eso genera presiones sobre los precios y eso genera la inflación. Es parte de las consecuencias de un proceso de crecimiento muy acelerado.

E.: — Vendría ser como el colesterol. El lado bueno del colesterol.

A.C.: — Algo así. En cambio, cuando un país se estanca y tiene inflación es algo relativamente nuevo. En general, la estanflación es eso. Es un país que no crece y, pese a no crecer, tiene aumentos de precios muy elevados. ¿Por qué? Porque probablemente sus políticas macro no están del todo bien balanceadas. En el caso de Argentina, por ejemplo, hoy o hasta hace pocos meses, con un crecimiento de la cantidad de dinero muy elevada, vinculada a un déficit fiscal que no se balancea. Entonces, esto es relativamente anómalo. Lo que sí hay que tener claro es que probablemente nosotros no estamos teniendo un efecto en Argentina como el de 2001. Si hay que pensarlo en algo parecido en el pasado reciente, nos imaginamos una Argentina más parecida a la de los 80. Los 80 para Argentina fue una década perdida, fue una década muy volátil con crecimiento muy... Año que creció 5, año que cayó 5. Fueron 10 años donde el promedio de la economía creció -0,9. O sea, en realidad se contrajo. Tuvo niveles de inflación muy altos, niveles de déficit fiscal muy altos, devaluaciones, etc. Lo importante para nosotros es que probablemente no va a tener dificultades para crecer este año pese a que hay un plan. No va ser una economía que empuje y, además, es una economía que está enfrentando inestabilidad de precios y Argentina va a seguir estando barata para Uruguay. Quiere decir que la demanda de turistas argentinos va a seguir estando resentida y que Argentina va a seguir siendo un mercado atractivo para nuestros turistas, que van a encontrar allá precios más baratos que en Uruguay.

E.: — Una esperanza, entonces, se insinúa con respecto a Argentina. ¿Y sobre Brasil?

A.C.: — Sobre Brasil, probablemente, como decía el otro día mi colega Javier de Aedo, la cosa no es ni tan grave ni tan buena, pero Brasil es una especie de decepción. Brasil no logra consolidar tasas de crecimiento altas y sostenidas. Para tener una idea, Brasil hace unos años formaba parte de un colectivo

prometedor de los países emergentes que se llamaban los brics, que eran las 5 estrellas rutilantes del mundo emergente: Brasil, India, Rusia, China y Sudáfrica y hoy Brasil forma el conjunto de lo que se llama los 5 frágiles, que son 5 países emergentes grandes que han enfrentado dificultades macroeconómicas, que tienen ciertos balances macroeconómicos y que, durante el último año, cada noticia financiera global ha repercutido más en estos países. El real, por ejemplo, en Brasil se ha movido más que en el resto de los países y esto quiere decir que el mercado lo está mirando, lo está siguiendo con mucha preocupación porque no termina de confiar en él. En el balance macro de Brasil, eso para nosotros es muy relevante, porque quiere decir que nuestro principal cliente, nuestro principal socio comercial y una de las fuerzas más importantes de la región hoy está siendo fuente de volatilidad financiera y, probablemente, su moneda va a estar un poquito más burbujeante que el resto de monedas a nivel global.

E.: — Y ahora aterrizamos aquí en nuestro país, porque por algo ustedes han titulado la charla del otro día “Desafío para la política económica en el año electoral”. Quiere decir que hay allí un margen de riesgo.

A.C.: — Sí. En realidad, lo que tienen de particular los años electorales, y esto es independiente del partido que gobierna este turno, lo que tienen de particular en Uruguay y en cualquier país que tenga un régimen democrático donde el gobierno se tenga que validar es que en general los ajustes dolorosos o las malas noticias tienden a postergarse o por lo menos tratar de minimizarse. Nosotros creemos que en Uruguay hoy hay un conjunto de desbalances macroeconómicos que habría que corregir, que no ponen en riesgo la estabilidad del país ni el crecimiento, ni son una amenaza de corto plazo, pero que son síntomas de que hay algunas cosas un poco desajustadas y que probablemente habría que corregirlas. Y, probablemente esos ajustes que hay que hacer van a ser postergados.

E.: — Postergados para el próximo gobierno. Quiere decir que allí es donde los precandidatos actuales deberán poner el ojo atentamente en este tipo de diagnósticos, como el que se realizó hace relativamente pocos días. Lo del ajuste fiscal: ayer decía Pampín que esto del ajuste fiscal no debe ser interpretado con aquella etiqueta estremecedora. Hay posibilidades de que sea un ajuste que sea fiscal, pero no necesariamente tan traumático.

A.C.: — Sí. En realidad lo del ajuste fiscal siempre es algo relativo. La primera pregunta que uno se tiene que hacer es por qué es grave tener un déficit fiscal de 3 puntos del producto, por ejemplo, como creemos nosotros que va a tener Uruguay este año. El problema es que, desde un punto de vista de la sustentabilidad fiscal, si uno pasa demasiados años con un déficit demasiado grande, uno tiene que endeudarse para pagar ese déficit y el ratio deuda/producto empieza a subir y en algún momento el mercado va a pensar que Uruguay puede enfrentar algún día dificultades para pagar su deuda. Ese no es el punto hoy. No estamos en una situación donde la situación fiscal esté amenazando nuestra credibilidad como buen pagador, no estamos amenazando o no está bajo amenaza la clasificación de Investment Grade,

pero es un desvío que algún día hay que corregir. No implica necesariamente que haya que hacer un ajuste fiscal dramático en el corto plazo, pero nosotros lo interpretamos más bien como que el nuevo gobierno que llegue va a tener un poquito más de restricciones o menos margen de maniobra como para hacer políticas fiscales que requieran gastos.

E.: — En el menú de prioridades del próximo gobierno, ¿cuáles deberán estar establecidas en este marco?

A.C.: — Desde el punto de vista macroeconómico nosotros creemos que hay dos o tres cosas que hay que corregir. Por lo pronto, evidentemente hay una situación de inflación elevada que requiere algún tipo de atención. Esa inflación elevada es un síntoma de algo. Es un síntoma de que hay algún desequilibrio. Nosotros entendemos que en los últimos años ha habido un crecimiento muy importante de la demanda agregada, que superó la capacidad de la oferta y eso genera presiones sobre los precios, con lo cual posiblemente hay que tomar algunas medidas para controlar la inflación. También vamos a tener, en el año de 2015, una economía que va estar caro en dólares. Podemos discutir si estamos muy caros o si estamos un poquito caros, pero cualquier persona que compare los precios en dólares de cualquier actividad en Uruguay con cualquier vecino cercano o con cualquier país avanzado, nos damos cuenta, y bastante bien, de que Uruguay está caro en dólar. ¿Cuánto? Ese es una cuestión un poco más discutible, pero estamos caros y eso hay que corregirlo. También entendemos que hay un desbalance fiscal que en algún momento habrá que corregir. Podemos llegar a evitar un ajuste fiscal. Si la economía sigue creciendo no es necesario hacer un ajuste fiscal, pero tampoco hay mucha capacidad para llegar al primer año de gobierno y hacer un programa de gastos que requiere un esfuerzo importante.

E.: — ¿El origen de la inflación para ustedes hoy está en la demanda agregada, básicamente?

A.C.: — El origen de la inflación probablemente está vinculado a la demanda agregada. Algunas precisiones: la inflación, en general, los economistas la referimos como un proceso permanente de suba de precios. No es puntualmente un problema del precio de la lechuga o de las verduras por el temporal. Lo que a Uruguay le ha pasado en los últimos años es que la inflación, que es la variación de los precios al consumo, o que la medimos como la variación de los precios al consumo, ha venido subiendo sistemáticamente y en el 2009/2010 teníamos niveles de inflación entorno del 7% y hoy estamos en 9 y pico por ciento, con lo cual acá hay un problema entre dos cosas por detrás. Por un lado, la demanda agregada ha estado muy potente, esto es, la capacidad de gasto y de compra de los uruguayos es buena. Eso tiene una contracara buena, que el nivel de vida de la gente es bueno. Es un consumidor que está mirando eso y dice “yo quiero tener demanda agregada. Si se me permite gastar y vivir bien...”. Sí. Razonablemente, desde la óptica del consumidor, sí. Desde la óptica de alguien que está velando por los equilibrios macro, uno prefiere un crecimiento más moderado, más estable, que no ponga en riesgo la estabilidad de precios.

E.: — ¿Enfriar un poco los motores de consumo?

A.C.: — Exactamente. Lo que es aconsejable del punto de vista de la estabilidad macro es enfriar un poco los motores. Lo que pasa es que enfriar un poco los motores es quitarnos capacidad de seguir mejorando. Por lo menos moderar esta mejora. Siempre es algo que puede no ser de lo más agradable.

E.: — ¿Y allí encaja el tema salarial, la política salarial futura?

A.C.: — Nosotros creemos que también así como hay problemas del punto de vista de la demanda agregada, también hay causas del lado de los costos. Uruguay, en los últimos años, ha tenido subas de salario real importantes que, naturalmente, desde la óptica del trabajador que está mirando esto dice: yo quiero ganar más y vivir mejor. Es mi derecho y me lo merezco. Lo que uno ve desde el punto de vista macro y muy agregado, también en algunos sectores bien particulares, es que los salarios subieron por encima de la productividad y eso, en general, genera inflación. Capaz que es difícil de entenderlo, pero imaginémonos un caso bien sencillo donde hay un trabajador que trabaja un día entero para producir un auto y el único insumo que se lleva ese auto son horas/hombre de trabajo. Y si a ese trabajador le duplicamos el salario y sigue produciendo un auto por día, ese auto tiene que costar el doble. Es algo que ese trabajador aumente su productividad y produzca dos autos por día. En este caso le podemos duplicar el salario y podemos mantener el precio del auto. Lo que ha pasado en Uruguay en los últimos años es que el salario subió más que la productividad, entonces suben los costos y eso en definitiva las empresas lo terminan trasladando a los precios, porque de lo contrario se funden.

E.: — A.C; hay acusaciones incluso respecto a por qué fracasa una y otra vez la discusión y el debate serio sobre la productividad atada al salario. ¿Dónde están las responsabilidades?

A.C.: — Probablemente es algo compartido entre todos los actores que están involucrados. Un primer tema que hay arriba de la mesa es que, por ejemplo, en este último periodo, el poder ejecutivo promovió una cantidad de lineamientos tratando justamente, con buenas intenciones, de que los salarios estuvieran más vinculados a la productividad. El problema es que en Uruguay tenemos un sistema de estadísticas bastante pobre para este tipo de cosas. No es que tengamos un mal sistema estadístico, pero no es tan fino como para hacerse ese detalle, con lo cual, en algún momento, si nos ponemos de acuerdo en que los salarios estén vinculados a la productividad, hay que buscar una forma de medir la productividad. Tenemos que encontrar un indicador que refleje, por ejemplo, la productividad a nivel de ramas de trabajo o a nivel de subramas de trabajo. En general, en Uruguay, la información de calidad relativamente buena está definida para sectores muy agregados, con lo cual se complicaba mucho la negociación a nivel de mesas salariales. Son muchos grupos, muy complejos, muy heterogéneos, donde nadie en definitiva se sintió representado por los datos macroeconómicos y decían “bueno, mi realidad no son esos datos que están ahí. Yo no puedo hacer un acuerdo de salario con esos datos”. Eso pasó tanto del lado de los empresarios como del

lado de los trabajadores y terminamos haciendo negociaciones que eran negociaciones como el estilo anterior, sin poder realmente tener este indicador de productividad. Es cierto que hay unas industrias muy particulares donde hay muy buenas estadísticas. Por ejemplo, por poner un caso, el sector bancario, que es un sector donde se publican todos los balances de los bancos, se publican todos los datos por un tema de la regulación del banco central, y ahí hay muy buena información para construir indicadores. El sector de la carne. La INAC tiene un rol de control muy importante y genera mucha estadística sobre niveles de faena, horas de trabajo, etc, con lo cual ahí es relativamente fácil ponerse acuerdos de cuando produce un trabajador por hora o por día.

E.: — El tema es lo intangible.

A.C.: — El tema es lo intangible en una cantidad de sectores en donde esta información no existe.

E.: — A.C; finalmente dos apuntes muy breves. Uno tiene que ver con si estos elementos que tú has manejado podrían llegar a generar un índice mayor en la contracción del empleo, que se presume llegará el 2015. ¿Hay algo de eso?

A.C.: — Un poco nuestro temor es que efectivamente, posiblemente en 2014 o en 2015 estemos viendo un mercado laboral un poquito más complicado. Nada preocupante ni nada dramático. De hecho, en realidad posiblemente la mayoría de los uruguayos hoy no se ha dado cuenta o no ha percibido que en los últimos dos años el mercado de trabajo se deterioró un poco en Uruguay. Lo que pasa es que estamos en niveles de desempleo realmente bajos en términos históricos, pero las estadísticas nos muestran que entre 2011 y 2013, Uruguay perdió 15 mil empleos, que es el 1% del total de empleos que hay en Uruguay.

E.: — Pero vuelve a ser una señal.

A.C.: — Es una señal. La realidad es que el mercado de trabajo dejó de crecer o de expandirse en el año 2011. Casualmente 2011 es el año donde la región se empieza a complicar. Brasil se estanca, Argentina se estanca, Argentina arranca con el dólar blue, se abarata para los turistas, los turistas dejan de venir. Brasil devalúa, también. Brasil empezó a jugar lo que en su momento se llamó la guerra de monedas. En 2011 el real estaba a 1,55. Hoy ya está a 2,30, y no hemos logrado acompañar a Brasil en esta guerra de monedas, en esta carrera devaluatoria. Entonces, nuestra preocupación es que la región sigue complicada. No nos da buenas señales hacia adelante y nosotros, por este tema de que tenemos algunos desequilibrios macro un poquito desajustados, no tenemos margen de maniobra. Qué podría hacer hoy, en teoría, un país como Uruguay en una región que se desbarranca un poquito y que baja la demanda y uno podría decir: vamos a promover un aumento del dólar, una política monetaria expansiva que permita subir el dólar. Eso nos va a permitir abaratarnos en dólares y volver a ser atractivos para los argentinos y volver a competir mejor con Brasil y con el resto del mundo. El problema es que hoy, una suba del dólar genera más inflación y también tenemos un problema de

inflación. Estamos acorralándonos con un margen de maniobra muy acotado. Por eso decimos que al final, si no logramos abaratarnos, la consecuencia poco agraciada es que lo vamos a pagar en términos de empleo. No es dramático. Nos estamos proyectando tasas de desempleo en el entorno del 7,5% para el año que viene, que son tasas muy buenas en términos históricos.

E.: — El tema electoral también decidirá, ¿no? Aquella determinación económica, por ejemplo, eso es un tipo de cambio. Hay que considerar que van a tener mucho cuidado. Y el otro, los inversores van a seguir llegando de cualquier manera. Ustedes ahí tienen una caja de resonancia en el estudio.

A.C.: — Sí. Nosotros seguimos, naturalmente, recibiendo consultas, seguimos recibiendo intereses. Naturalmente, los tipos de negocios que son atractivos han ido cambiando. Acá hay un sector que sigue siendo destino de inversión interesante, porque Uruguay tiene características muy particulares que lo distinguen de otros países, que es todo lo que es la industria de sectores vinculados a la producción de agroalimentos, porque Uruguay tiene ventajas competitivas, y es un sector que sigue mostrando buenas cifras, pese a la situación regional, a la situación global. Hay muchos de esos sectores donde sigue habiendo flujo de inversión. También hay una cantidad de proyectos importantes a nivel de infraestructura, por ejemplo en el caso de la inversión en energía eólica, la regasificadora, posibles expansiones o posibles nuevas plantas... Entonces hay un montón de proyectos que están a la vuelta y que probablemente van a ser fuente de inversión. Pero, probablemente, lo que hay que tener claro es que a nivel global, en la última década los capitales anduvieron por el mundo buscando oportunidades en los países emergentes, porque los países arrollados no ofrecían buenas oportunidades de negocios. Eso va a empezar a cambiar, y eso no quiere decir que los capitales se van a ir dramáticamente de Uruguay.

E.: — Hay que seducirlos más.

A.C.: — Hay que seducirlos. Hoy hay más competencia a nivel global. Va a empezar a haber más oportunidades en los países realmente grandes, donde hay muy buenas condiciones para hacer negocios también. Hay que trabajar, seguir trabajando, no hay que bajar los brazos, porque el resto de países... Esto es como una competencia.

E.: — Muchas gracias, A.C., por esos minutos valiosos.

6. P.D.

Entrevistadora (E.): — Bienvenidos a una nueva entrega de entrevistas con Alma a mujeres que brillan. Hoy tenemos junto a nosotros a una mujer que no casualmente ha estado siempre rodeada de hombres. De hombres fuertes, de hombres que ocupan un lugar especial importante. Ella es una mujer que ha sabido tener siempre su lugar y ser una divina madre, una divina esposa, una divina abuela, una empresaria que no para y alguien que nos ha enseñado que las vicisitudes de la vida solo sirven para enseñarnos a ser mejor persona. Espero que disfruten mucho junto a nosotros y a recorrer la vida de A.L. ¡Un placer! ¿Qué te voy a decir? Tener a P.D. (P.D.) en nuestro programa te diría que es un privilegio. Si te miro, P.D; ¿en qué pienso? Siempre me pasa eso. Cuando tengo enfrente a una persona, pienso en una imagen. Y si te miro a ti, ¿sabes en qué pienso? En luz.

P.D.: — Ay, ¡qué bueno!

E.: — Sí, una persona iluminada, pero iluminada desde adentro, que es distinto que ser solo iluminada. La iluminación de afuera puede venir desde otro lugar. Te veo siempre iluminada desde adentro, y eso se transmite. Bienvenida y es un enorme, enorme placer recibirte.

P.D.: — Muchísimas gracias Anabelle y a todos por invitarme a participar de este programa y por las palabras que acabás de decir. Se ve que sos una persona muy sensible por lo que percibís, porque realmente cuando tú decís iluminada de adentro, porque todo el mundo puede pensar que soy iluminada solamente de afuera, por la parte exterior o por mi manera de ser o qué se yo, pero realmente captaste que la luz siempre trato que venga sobre todo de adentro.

E.: — Yo creo que es la luz que brilla más. La de afuera se apaga un un segundo. La otra es la que realmente se transmite.

P.D.: — Sí. Tal cual.

E.: — Ana es mujer, antes que nada, es madre, es una excelente hija, tuve el placer de vivenciarlo. Es abuela, tiene 4 nietos recientemente y viene otro en camino.

P.D.: — Sí.

E.: — Además una mujer con cierto equilibrio. Con una cosa que a mí me da a... Repito, no quiero ser redundante, pero trabajo interior. P.D; ¿cómo eras vos de chiquita?

P.D.: — De chica era sumamente traviesa, sumamente inquieta y soy la del medio. O sea, que no era ni de las grandes, ni de los chicos, entonces al ser la del medio siempre tenía que ganarme mi espacio de alguna manera.

E.: — Eso es algo que lo has seguido toda la vida.

P.D.: — Claro. Me tengo que ganar el espacio. Quizás pueda ser esto.

E.: — Ahora lo vamos a analizar, al charlar.

P.D.: — Siempre me incluían en los programas de las grandes o en los de las chicas. Yo notaba que si no me buscaba mi lugar, pasaba desapercibida. Entonces, mi abuela, que también me llevó mucho, me decía: tú tienes que sonreír. Siempre sonrío, porque lo único lindo que tienes son los dientes. Eso es una cosa que yo pienso hoy que si lo decís a un chico dice “que mal cae”. Pero tome el lado positivo. Tiene razón mi abuela, entonces voy a sonreír mucho. Lo que pasó es que desde los 3 o 4 años lo hago. No es que lo finjo, sino que me sale, y es una herramienta. Mi empecé a dar cuenta de que con una sonrisa ¡cuánto uno puede conseguir!

E.: — Abre miles de puertas.

P.D.: — Sí, realmente.

E.: — Después, la sonrisa tiene que venir acompañada de algo, que evidentemente tú tenés, que te hacen que las puertas se mantengan abiertas, porque una sola sonrisa te las puede abrir, pero después, si no viene consistencia atrás, se cierra. Pero has dicho algo muy interesante, en lo cual ahora quiero profundizar. De chiquita, ¿te sentís que eras una niña feliz?

P.D.: — Sí, muy feliz. Muy contenida, sobre todo.

E.: — ¿Malcriada?

P.D.: — No, para nada. Malcriada para nada. Papá siempre nos decía “el baño de humildad” y yo no entendía lo que quería decir. “Baño de humildad” y yo decía ¿dónde será ese baño? Y era tener que lograr todas las cosas de abajo para no hacer... Eso me quedó grabado. Después la ternura de mi mamá. Papá viajaba muchísimo, pero yo sabía que siempre volvía y siempre mi mamá conteniéndonos a todos y siempre éramos un grupo. Siempre todos los hermanos juntos.

E.: — Un equipo.

P.D.: — Siempre.

E.: — Donde cada uno tenía un rol.

P.D.: — Siempre. Y el lugar que se le daba a la familia, sobre todo. Los almuerzos, la comida típica de chiquitos era la pascualina a los domingos, que hasta el día de hoy seguimos comiendo la pascualina con la misma receta de mamá. O sea, que somos una familia tradicional.

E.: — Y vivencial. Que eso es algo lindo.

P.D.: — Sí.

E.: — Se hacemos un pequeño racconto y me pongo a pensar en lo poco que yo sé, que puede ser poco o puede ser mucho, pero me pongo a pensar y vos quedaste viuda muy joven.

P.D.: — Sí.

E.: — Primero mi estabas hablando de un lugar en el medio de hermanos, y eso siempre es un lugar de indefinición, donde uno tiene que literalmente ganarse su lugar. Porque si sos el más grande, sos el más grande, el que llegó primero. Si sos el más chico...

P.D.: — Yo era una más de 4 nenas.

E.: — Entonces es como que te tuviste que ganar tu lugar. Después, muy jovencita quedaste viuda.

P.D.: — Sí. Fue un golpe muy grande.

E.: — Me imagino. ¿Cómo sentiste ese momento?

P.D.: — Por suerte, estaba apuntalada ... No digo por suerte, pero fue un momento muy repentino, con 3 chicos chicos, pero apuntalada por todo el entorno familiar, que fue el que me ayudó a seguir adelante. Y enseguida yo dije "no tengo por qué..." Ahí fue cuando me iluminé todavía aún más en el sentido de que "mis hijos tienen que tener luz alrededor de ellos", como tú decís, "y esa luz se la tengo que dar yo". Entonces, como que prendí dentro de mí aún más luz, más sonrisas, más actividad, más deportes, chicos todos juntos y hay que salir adelante. Y desde siempre tenemos también la formación cristiana y decimos que papá, de donde esté, nos está mirando. Yo me recuerdo que le dije a una de mis hijas más chicas: hoy vamos a rezar por papá. Y me dice: yo le rezo a papá, para que nos ayude. Eso también nos ayudó. Y sobre todo sabiendo que ellos me tenían a mí todo el tiempo. Entonces, yo me postergué en muchos aspectos como mujer.

E.: — ¿En cuál, por ejemplo?

P.D.: — Yo siempre digo que me postergué como mujer de buscar, de tener una pareja. Yo prioricé y dije: voy a jugar mucho al tenis, me canalicé por el tenis, voy a trabajar, porque también eso me desafía en la parte del trabajo...

E.: — Ya vamos llegar a eso, porque es otra de tus partes donde tuviste que sacar aún más luz también. Como que siempre necesitaste eso.

P.D.: — Claro, porque era más difícil. Era mucho más fácil si nada más tenía que ir a un escritorio aquí. Entonces dije: me voy a dedicar a jugar al tenis, voy a dedicarme a aprender todo lo que no sé en el medio donde tengo que empezar a moverme. Y siempre, fundamental, que siempre lo tengo muy en cuenta es que decía a mi mamá: si tú notás que yo en algún momento dejo de lado a mis hijos por cualquiera de estas otras cosas, por favor, hacérmelo notar, que no me doy cuenta. Porque, de repente, estoy en el vértigo y si no me puedo llegar a dar cuenta, avisáme.

E.: — Volvemos a lo que te decía. A esa cosa como de equilibrio. Sabés que lograste, a lo largo del tiempo, tener un equilibrio. Porque hay que poder. Ahora, siguiendo con un hilo conductor: primero, de chica, buscando tu lugar. Después, joven, quedás viuda, entonces estás nuevamente buscando un lugar y tenés que hacer de padre y madre, que no es poca cosa. Estás cumpliendo dos roles, un rol femenino y un rol masculino. Después, en tu familia, tenés un hombre que es imposible dejar de recordar y mandarle luz a tu papá.

P.D.: — Al contador.

E.: — Al contador P.D. que, por lo que puedo percibir, ha sido un gran padre. Pero no deja de ser que ha sido el contador P.D; un hombre de mucho peso a todo nivel. Entonces, nuevamente, una hija con una figura de un padre fuerte. Después ocurre con tu hermano lo mismo. Termina siendo una figura pública y es algo que seguramente siempre te pasa, que te entrevistan, te hablan, te preguntan, y el rol de los hombres ha tenido un lugar muy preponderante en tu vida. En algún momento has tenido que hacer de mujer y hombre. ¿Cómo te llevas con el machismo, con el protagonismo, cómo te llevas con eso?

P.D.: — Me llevo muy bien. No con el machismo, sino con el ambiente donde se mueven, que está “reservado”, entre comillas, para hombres. Yo creo que ahí las mujeres tenemos mayores ventajas en que ellos...

E.: — ¿A través de la sonrisa?

P.D.: — A través de la sonrisa, por supuesto, pero a través del “perdón, me equivoqué”. Ellos permiten mucho más que se equivoque una mujer, o lo tienen ya previsto que nos vamos a equivocar, entonces lo tomamos como...

E.: — Por un lado. Por otro...

P.D.: — Terminan perdonándote, terminan concediéndote... Me pasa siempre, cuando en el momento de la cosecha que tengo que llamar a los camiones, y debo ser la única mujer que llama a los camioneros, digo “por favor” y me mandan el camión. Cuando voy al frigorífico también, digo “por favor, me los pesan a mí primero que nadie los novillos”, o a la policía caminera, que me frena en una carretera...

E.: — ¿Lo podemos llamar encanto femenino?

P.D.: — Puede ser encanto, pero empezamos a... Se desacomodan un poco. Los convencemos y bueno...

E.: — Para eso tenés que fluir, P.D; porque hay que estar en el medio de todas esas imágenes y seguir brillando como lo hacés vos. ¿Cómo lo sentís? ¿Cómo lo lográs?

P.D.: — A medida que pasa el tiempo, también, como que te vas afianzando más en el lugar. No me achico. Digo, si puedo tal cosa, ¿cómo que no? Sí, claro que sí. Es un tema también de la actitud que uno tiene que tener y sé cómo lo voy a lograr, seguro. Saber siempre tener la meta. Cuando voy en la carretera, yo prefiero siempre una carretera que me diga “puente angosto, curva la derecha, falta tanto para llegar”.

E.: — O sea, te gusta prever.

P.D.: — Me gusta saber a dónde voy.

E.: — Sos estructurada.

P.D.: — No estructurada, pero necesito un marco.

E.: — Un plan de acción.

P.D.: — Tengo cintura, siempre. Mis hijos me dicen “mami, sos veleta”. No es que sea veleta. Es que a veces hay que cambiar sobre la marcha.

E.: — Yo le llamo flexibilidad. No siempre todo sale como uno lo tiene preparado.

P.D.: — Entonces hay que adaptarse y ver cómo van cambiando las circunstancias. No es que sea veleta, sino que es ser más flexible y poder adaptarte. Para nada estructurada, pero me gusta un marco. No estar en el medio de la nada. Prefiero...

E.: — Pero tuviste que enfrentarte una situación que era cero previsible, era que te quedaras tan joven viuda. A veces uno tiene que sacar la fuerza desde un lugar que no lo tiene en ningún plan de acción.

P.D.: — Sí. La fuerza me la dieron mis hijos, totalmente. Y ellos lo perciben en el sentido de que yo siempre digo que la mejor inversión, en lo que más uno tiene que dedicar tiempo es a la familia, es a los hijos. Tal es así que los chicos ya... En un año y medio ya estoy con el quinto nieto en camino. Realmente se dieron cuenta que no hay nada más lindo, más humano, nada que te vaya dar mucho más renda.

E.: — O sea, que en algún lugar vos seguís una línea y sentís que de alguna manera estás siendo buena comunicadora. Estás transmitiendo lo que querés transmitir.

P.D.: — Eso se transmite ya desde chiquito. No es que ya de adulto vos lo quieras transmitir. Ya hoy transmitir o imponerme en algo es mucho más difícil que antes. Por eso yo digo, la adolescencia... a los padres de adolescentes, es mucho antes que hay que ocuparse, no en la adolescencia. Es en la niñez, mucho antes.

E.: — Sí, sin duda.

P.D.: — En la adolescencia ya es tarde.

E.: — Por lo menos para formarlos desde un inicio.

P.D.: — Desde muy chiquititos eso lo fueron percibiendo.

E.: — Para cuando dicen cartón lleno, ¿qué quiere decir? Quieren decir estaba así y faltaba una ficha. Estás en pareja ya desde hace un buen tiempo, con quien fue vicepresidente de la república. Nuevamente nos encontramos con un rol de un hombre fuerte, protagonista y nada menos que de un país entero. ¿Ahí cómo te sentiste?

P.D.: — También fue un desafío. La manera que lo conocí, fue en la Expoactiva, que es una exposición que se hace en Soriano y terminé con un grupo de terneros. Y le digo a los chicos antes de salir: chicos, voy a ganar. No, mami, por favor. Sí voy a ganar el premio que va a dar el vicepresidente de la república, pues ya había visto que el año anterior había ido. Y los chicos me dicen: no, mami. Bueno, voy en la exposición, además es un nivel muy alto de jinetes, donde venían productores muy importantes y sin embargo gané. Y ahí dije “por favor, nos sacan una foto”... No, me dicen: no se vaya, señora. El premio se lo va a dar el vicepresidente de la república. Y ahí nos sacaron la foto y le digo al fotógrafo: por favor, esa foto ¿dónde me la puedo conseguir? Cuando ya se había acabado todo el protocolo, almorcé con los camioneros, con la gente que había llevado los novillos y Rodolfo estaba, por supuesto, con las autoridades. No lo vi.

E.: — ¿Te había gustado?

P.D.: — Sí, obvio. Me había gustado mucho y ya de la vez anterior que lo había visto, pero ya ni se acuerda de mí. Yo ni lo tuteaba.

E.: — Ahí tenías un nuevo desafío por delante.

P.D.: — Pero el no tenía ni idea de quién era yo. Yo me presenté.

E.: — Cuando alguien mira mucho a alguien, seguramente desde el otro lado también la están mirando. Ahí vemos los resultados.

P.D.: — Entonces fue ahí cuando la foto yo se la mando. No tenía ni idea y cuando llegué al palacio legislativo los militares no me saludan. Yo de buenas tardes y no me saludan. Obvio que no saludan, pues son blandengues que no saludan. Yo se la dejé, porque no me dejaban pasar y después él llamó para agradecerme y me dijo: me estoy yendo a Haití. Y yo digo: seguro que son todos de Peñarol los soldados. Le puedo mandar una camiseta de Peñarol. Fue la última camiseta que papá firmó, entonces tuve la opción...

E.: — Bien firmada y bien metida esa camiseta.

P.D.: — Volví a ir a llevarle la camiseta de Peñarol y se fue. Cuando volvió me contó que le había entregado y qué sé yo...

E.: — Tu padre te estaría preparando algo ahí, seguramente. Ya te estaría preparando. Pero que ha ido, desde el comienzo y hasta el día de hoy, una mujer como buena compañía al lado de alguien que tenía un rol tan protagónico. No sé si es que ya lo venías viviendo y vivenciando, o es que también nuevamente te adaptaste y tuviste flexibilidad, pero siempre fuiste muy... Si bien, de por sí, tu familia tiene un perfil muy alto, vos siempre fuiste como una compañera en tu lugar, haciendo tu vida, tus cosas. Así por lo menos se ve afuera. ¿Vos compartís?

P.D.: — Sí, totalmente. Porque la lección que papá también nos dio, y el día de su velorio yo me di cuenta de que fue un corte vertical en la sociedad... O sea, que estaban desde las autoridades y los ex presidentes. Toda la sociedad estaba presente. Yo me di cuenta de que papá se movió y se movía, y nos enseñó a nosotros a movernos en todos los ambientes. Yo digo tranquilamente que puede estar en cualquier... Puedo ir a una cena fantástica a donde quiera con todo el protocolo, pero también voy a los aprontes de los caballos, a las siete de la mañana a Maroñas o estoy en el campo cargando. Me muevo en todos. Esa es otra de las lecciones que papá nos enseñó.

E.: — Esto da para escribir el libro de las lecciones de vida, porque realmente... Y más cuando son tan bien aplicadas.

P.D.: — Por eso ser la novia de Rodolfo, también. Ya estoy entrenada.

E.: — Voy a sacar una lanza. Rodolfo también es el novio, o la pareja, de P.D; ahí estamos. Pero realmente es lindo escucharte, es lindo lo que transmitís porque es lindo, y se ve, lo que vivenciás. Hay algo que a mí me gustaría preguntarte, porque vos tuviste un gran desafío. Tú papá quería que vos vendieras el campo y no lo vendiste. Estábamos hablando un poco y vos me decías: siempre me preguntan de las vacas y siempre me preguntan de los caballos. También hay algo de sensibilidad, porque tienes un vínculo con los caballos y quien tiene un vínculo con los caballos también tiene algo como de mucha sensibilidad. Vos elegiste, optaste esto. Porque podrías haberlo vendido y no trabajarlo. Nunca te arrepentiste, ¿no?

P.D.: — No. Obviamente, para ocuparse del stud en Maroñas... Era un barrio complicado. Mis hermanos habían decidido: “se vende el stud”. Y yo: “no, yo me voy a ocupar”. “¿Estás loca? ¿Te vas a ocupar?” “No, yo me voy a ocupar. Dejenme que yo me voy a ocupar”; El año pasado festejamos. Es el stud más antiguo. Festejamos los 60 años de fundado del stud. ¿Cómo se va a cerrar esto? Tengo pendiente ganar buenas carreras. Estoy arreglándolo. Tengo potrillos. A todos les sigo poniendo nombres, como papá les ponía, que disfrutaba poniéndole el nombre a los caballos. Por ejemplo, cuando mi hija cumplió 30, le puse Miss 30 a una potranca, la señorita 30.

E.: — Con creatividad...

P.D.: — Le puse el Contador a otro que debutó el otro día. Va a ser un muy buen caballo. Es como de respeto. Y como tú dijiste también, la sensibilidad que transmite el caballo... Por algo existe la equinoterapia. Yo disfruto. Paro las orejas. Antes de subir a un caballo, me encanta.

E.: — Son incondicionales. Tienen algo muy particular. P.D; acabas de decir algo que tenés pendiente que es ganar. ¿Tenés algo más pendiente? Porque ya tenés muchas cosas cumplidas. ¿Tenés algo?

P.D.: — Siempre. Siempre tengo pendientes. Para mí está todo por hacerse, aunque te parezca mentira. Siempre.

E.: — Queremos saber algo.

P.D.: — Que yo vea crecer a todos mis nietos. Todo eso me encanta. Volver a ver la familia que yo tuve. La familia con mis padres, con todos los hijos, con todos los nietos.

E.: — La continuación.

P.D.: — Todo eso.

E.: — Dijiste durante toda la entrevista... Varias cosas se repitieron. La palabra luz, la palabra lecciones. Van todas de la mano, porque, de alguna manera, si sos iluminada, podés llevar a cabo las lecciones y tener buenos resultados. Es todo como en línea. Hablaste de cuando tus chicos quedaron sin su papá, chiquitos, cómo buscaste la manera positiva de que ellos entendieran que los iba a cuidar desde otro lugar y que tenían que desarrollar cosas para ser felices y para tener una vida plena. Por otro lado, dijiste algo de alguien, de tu abuela, que también te dijo algo duro, pero algo lindo. Te podrías haber quedado con el trauma y decir “cómo que solo tengo una linda sonrisa”, cuando tenés un montón de otras cosas, y elegiste, y además dijiste la palabra: “elegí lo positivo, saqué lo positivo de eso”, que fue desarrollar y explotar esa sonrisa que hoy te ha abierto tantas puertas, que ha hecho que la gente disfrute de estar contigo y que hayas logrado tantas cosas y que sigas logrando. ¿Cuál es ese secreto? Que los secretos no se dicen, pero en este caso te vamos a pedir que nos digas, para siempre elegir sacar lo positivo, para continuar con un camino

positivo en la vida, a pesar de las cosas que puedan pasar, que siempre pasan...

P.D.: — Es que siempre hay algo lindo, siempre hay algo bueno en todo. Tú fijate, ¿cuál es el secreto? Es saber discernir que es lo bueno. En medio de una tormenta, cuando estás trancada, que tienes que parar y no podés hacer más, ¿que es lo positivo? Que va a parar. En un momento vas a empezar a mirar y está celeste el cielo. Siempre tienes algo para encontrar. Es un tema de buscarlo.

E.: — ¿Es innato o lo desarrollaste?

P.D.: — Yo creo que lo fui trabajando un poco por las cosas que me fue dando la vida. Digo: voy a encontrar lo bueno. Es como un perchero, a ver si para las mujeres es más gráfico, si vas a un lugar, siempre hay algo que aunque sea todo feo, siempre hay algo que podés conseguir. Es un tema del espíritu, de ser positiva, de levantarme temprano. Cómo voy a estar acostada si ya Salió el sol. Me levanto.

E.: — El secreto del pensamiento positivo sin duda es mágico. Así que hemos tenido el placer de tener a P.D; de escucharla. Ojalá podamos seguir sus lecciones, porque siempre las lecciones que tienen lindos resultados, vale la pena imitarlas, aprenderlas. Y con este baño de humildad que dijo tu papá que tenés, creo que también se logra muchas más cosas con el baño de humildad. Así que sigamos el ejemplo de una mujer que es de la sencillez, desde el entendimiento y también desde el sufrimiento, desde la experiencia y desde la vida ha logrado siempre elegir el pensamiento positivo. Un placer tenerte, Ana.

P.D.: — Muchas gracias, Anabella, por tu generosidad de haberme invitado, haber percibido esas cosas que yo a veces pienso que no se nota o que... Sobre todo como tú dijiste en el principio de la luz, pero de la luz interior.

E.: — Seguí con esa luz y estoy segura que cada vez va ser más grande. Un placer. Un enorme aporte.

P.D.: — Gracias.

E.: — Muchas gracias.

7. L.A.

Entrevistador (E.): — Seguimos adelante en Telebuendía, recibiendo con gran gusto a LA de MYSU, Mujer y Salud Uruguay, una ONG que trabaja desde el año 1996, y si se me permite el ejemplo, muchas veces se denomina ese trabajo de hormiga. Hormiguitas que han estado transitando permanentemente por terrenos complejos, difíciles, áridos muchas veces, quemantes. Es lo que nos convoca hoy la creación, en este marco, de un observatorio nacional. Esto es mucho más acá en el tiempo. El observatorio, en 2008, pretende ser algo así como una lupa, que se instala sobre los temas vinculados a las cuestiones de género y, sobre todo, a la salud sexual y reproductiva, los derechos de las mujeres. Se instala esa lupa allí para tratar de darle la dimensión que merece, a veces es casi soterrado el asunto.

L.A. (L.A.), Buen día. ¿Cómo estás?

L.A.: — Buen día. ¿Cómo te va?

E.: — Bien. Hay mucho de eso, de ese trabajo permanente para hacer visibles temas que deberían ser casi naturales de la sociedad y permanecen ahí como ocultos aún.

L.A.: — Sí, ha sido un trayecto... Si uno lo ve en la historia de una sociedad, de repente no son tantos, pero cuando una lo ve en su biografía es más de la mitad de la vida que una viene insistiendo de que los déficits en las respuestas de las políticas públicas tienen impacto real en la vida cotidiana de las personas y de las mujeres. Y estaban muy invisibles. Como forma parte de la órbita más íntima de las personas el ejercicio de la sexualidad...

E.: — Sí, tenemos todavía la cuestión pudorosa mal entendida.

L.A.: — Sí, porque además también hay un límite muy débil y difícil de definir y es hasta dónde el estado puede intrometerse en cuestiones que tienen que ver con decisiones tan personales y tan íntimas como es el ejercicio de la sexualidad, con quién, de qué manera, qué tipo de familia formar, cuántos hijos tener. Hay un límite ahí muy débil, muy complicado. Porque te diría que hasta 1996, solo los métodos anticonceptivos los proveía una organización no gubernamental que era la vieja y querida asociación uruguaya de planificación familiar. Recién empiezan a hacer políticas públicas en el 1996 a través de servicios en la intendencia municipal de Montevideo y recién en el 2011 pasa a ser parte de los servicios del sistema nacional integrado de salud, que tiene que proveer instituciones públicas y privadas. Es muy reciente estamos hablando de nada. Y hoy todavía tenemos mujeres que, por ejemplo, quieren insertarse el dispositivo intrauterino en el sistema mutual y las rebotan de un lado a otro, porque está la canasta, pero no se sabe muy bien si hay que pagarlo por fuera o no. Los profesionales se resisten a hacerlos en las consultas. Es parte de una práctica privada que también es cierto que

enriqueció a muchos profesionales de la salud con estas necesidades. Es un terreno, como muy bien decías, árido, complejo y que ataca a varios intereses.

E.: — Además, tengo la percepción de que a veces, transitar por esta línea delgada significa ni más ni menos que estar poniendo casi que en debate la libertad de la mujer. El ejercicio de la libertad aún cuando se le añade el concepto de la responsabilidad.

L.A.: — Y la autonomía. Hay uno de los datos de la encuesta que realmente preocupa mucho y es que casi un 45% de las adolescentes tiene muchas dificultades para negociar con sus parejas masculinas el uso de métodos anticonceptivos y particularmente el uso de preservativos. Esto realmente da cuenta de cómo a veces se pone todo el peso en la “irresponsabilidad” de las mujeres y poco trabajamos con los varones en cuál es su función, su rol y su grado de responsabilidad en el ejercicio de su sexualidad y en el ejercicio de su reproducción. Además, en el cuidado propio y del de la pareja. Muchas veces es importante ver estas dimensiones. Estamos hablando en salud, sobre cuál es el estado general de la autonomía de la mujer en su entorno.

E.: — Hubo un dato que me llamo la atención y tiene que ver con ese 57%. Seis de cada diez mujeres, solo, conocen, y digo solo porque uno presume, desde la ignorancia, que debería ser mucho más abarcativo este porcentaje. Solo 6 de cada 10 mujeres están conociendo efectivamente sus derechos sobre salud sexual y reproductiva.

L.A.: — Sí. Y por otro lado tenés el otro dato y es que las instituciones de salud hacen muy poca promoción en este campo y el material informativo que disponen es casi como el tradicional. Lo que tiene que ver con encuentros de embarazo, lo que tiene que ver con el parto, hace poco lo que tiene que ver con anticoncepción, pero en todas las otras dimensiones es muy bajo el nivel de material educativo e informativo que proveen las instituciones.

E.: — M.M. (M.M.) estuvo trabajando en la presentación de lo que fueron los resultados el otro día de este observatorio. Como les decíamos, nace en el año 2008, y en función de eso vamos a convocarla para que nos presente algunas otras cifras, algunas otras estadísticas. Uno pretende que después el número se alterne y que representen realidades vinculadas a mujeres a veces vulnerables. Aquí se nota una vez más esa fenomenal brecha que generan las condiciones socioeconómicas. La mujer que más conoce o que más se ha formado es la que tiene mayor posibilidad de acceder a la información vital. Mariela, buen día.

M.M.: -Buen día, (E. Buen día M.M. Comenzamos contándoles que estos datos surgen de una encuesta realizada a 1128 mujeres y que fueron investigadas por el observatorio nacional en género y salud sexual y reproductiva. Eso corresponde a los años 2011 y 2012. Justamente un dato que recientemente hacían alusión: las mujeres con menor nivel educativo inician su vida sexual activa de manera más temprana. Vean ustedes este dato. Un 36% de las que tienen menor nivel educativo se iniciaron a los 15 años o antes. Ese porcentaje

baja al 12,5% en el caso de las mujeres que tienen estudios terciarios. Un dato no menor, también, es que casi 43% de las mujeres con nivel socioeconómico más bajo declara haber iniciado su vida sexual sin haber realizado una consulta ginecológica. Pasamos, además, a otra información, por ejemplo, en cuanto al acceso a los servicios. El 90% de las mujeres dice haber realizado consulta ginecológica o en salud sexual y reproductiva alguna vez en su vida. Sin embargo, ese porcentaje baja al 66,9% entre las mujeres entre las mujeres de 15 y 24 años. Acerca de los estudios, encontramos que en lo que respecta a la realización del papanicolau, el 69% de las mujeres dijo haberse realizado el estudio en los últimos dos años. El 30% no se lo hizo en el período que estamos analizando, 2011/2012. Y el 16% dijo que no se lo hizo nunca. En lo que respecta a los métodos anticonceptivos, el 87% declara que usó un método anticonceptivo en su última relación. Sin embargo, hay un dato que es muy preocupante y al que recién aludía la entrevistada. Hay un alto porcentaje de mujeres, el 43%, que no controla por sí misma el uso del método anticonceptivo y depende de la negociación con su pareja. Naturalmente, nuestra entrevistada de hoy sigue profundizando en lo que son estos datos y cómo repercuten en la sociedad.

E.: — Muchísimas gracias, M.M., por estos aportes, por estos datos que indican esto, no, LA. Muchas veces esa brecha se va ensanchando inquietantemente.

M.M.: — Sí. Siempre el hilo se corta en su lado más fino. Mujeres que viven en condición de vulnerabilidad, si esto no se corrige, no solo seguirán estando en situación de vulnerabilidad ellas, sino muy probablemente también su descendencia. El círculo de pobreza empieza acá.

E.: — reproducción de la pobreza.

M.M.: — Sí. Además hay esa otra dificultad que es las que quedan embarazadas y son de bajo nivel socioeducativo y de bajo nivel socioeconómico, la mayoría desierta del sistema educativo y si trabaja, deja de trabajar.

E.: — Sí. Hay un alto porcentaje de gente que, directamente, después de la licencia maternal ya no regresa.

M.M.: — Ya no se reintegra. Y esto genera dependencia. Si esto lo empezamos a cruzar con otros fenómenos, (E.), empezamos a ver también cuál es la dimensión del problema. Mujeres que no tienen autonomía económica, en situaciones de violencia doméstica o intrafamiliar también tienen menos probabilidades de denunciar o de salirse y de generar otra forma de vida, porque no tienen reinserción alguna posible, salvo en situaciones de trabajo muy precarias. Y al mismo tiempo, cuando uno lo ve en términos de prioridades en las políticas públicas, en general las políticas dirigidas hacia las mujeres son de prioridad, pero de baja intensidad política. ¿Qué quiere decir esto? No hay recurso de presupuesto nacional suficientes para llevar adelante las políticas y las respuestas de los servicios que se necesitan. Hasta hace algún tiempo, casi más de la mitad del presupuesto del instituto nacional de la mujer no provenía

del presupuesto nacional, sino de la cooperación internacional. Entonces baja la cooperación internacional, como lo que está pasando en este momento con la crisis en Europa y te quedas sin respuesta de los servicios.

E.: — ¿Dónde está la explicación que ustedes por lo menos ensayan para advertir que el gobierno, como institución, porque esto viene de unos cuántos años atrás, por qué no se toma las decisiones?

M.M.: — El estado en su conjunto. Hay un rezado de cuál es la formación de los poderes y la estructura de los poderes del estado donde te das cuenta de que las respuestas que dan no están a la altura de las circunstancias. Pasa con el poder judicial en términos de cómo atender las situaciones de violencia intrafamiliar, violencia doméstica y violencia de género. Hasta no hace mucho tiempo entendían que la violación no pasaba dentro de un matrimonio por la obediencia conyugal. Uno dice: cuánto falta para que se entienda justamente eso, que hay que garantizar en los hogares también condiciones, porque muchas veces son en los hogares donde más se violentan los derechos de sus integrantes.

E.: — ¿Sigue por ejemplo esta cuestión, que casi se mayor como estigma, de que “este es un tema de mujeres”? ¿Sienten ese desprecio todavía cuando se plantean esos temas?

M.M.: — Sí. Es más, te diría que casi las políticas que se hacen para las mujeres están hechas por mujeres. Con bajo nivel jerárquico en el gobierno. El instituto nacional de las mujeres no tiene rango ministerial. Es un instituto por debajo de varias otras direcciones del ministerio de desarrollo social. Hemos dicho hasta al cansancio: si la política y la macropolítica no se piensan con dimensión de género, después lo que gotea es muy poco. Transversalizar el tema de género en las políticas públicas se vuelve casi como un anexo, no una forma de pensar.

E.: — Las mujeres también discriminan este tipo de movidas a veces.

M.M.: — Es parte del sistema. Estamos hablando no de la perversión de las personas. No estamos hablando de que nadie tenga la mala intención. Lo que pasa es que estamos estructurados en un sistema donde todo el sustento reproductivo de la sociedad, no solo el biológico, sino el social, beneficia enormemente a las economías. Trabajo no remunerado o muy mal pagos. Sin embargo sostiene todo lo que es el bienestar y el cuidado de la familia y de la comunidad.

E.: — El otro día me ha llamado la atención en la presentación de los datos que se pretende apuntar al seguimiento de mayor vulnerabilidad del punto de vista socioeconómico, aquellas mujeres que están en circunstancias muy difíciles y que no accedan al sistema formal de educación. Entonces, ¿cómo se les capta, como se les llega?

M.M.: — Aún no ha habido intentos de políticas de acompañamiento a través de las políticas sociales del ministerio de desarrollo social. Pero vuelvo a lo mismo. Hasta el sustentar muy probablemente el trabajo voluntario, muy descoordinadas en términos de la transversalidad de las políticas. Seguimos teniendo programas muy verticales. Por ejemplo, quien atiende violencia no atiende VIH. Quien atiende VIH no atiende deserción escolar. Nos falta, siendo un país tan chico, donde casi que todos nos conocemos... Muchas veces vos vas al local o a lo comunitario y hay mucho equipo trabajando, pero muy descoordinadamente. Esto también hace que no tengamos los impactos. El secretario de salud decía al otro día: cuánto hace que hablamos de educación sexual o de educación en derechos sexuales y reproductivos y sin embargo, todavía sigue siendo muy precaria la situación de los programas, la formación de los docentes, la preparación de las instituciones para hacerlo.

E.: — Hay camino por transitar.

M.M.: — Sí, hay camino. De todas maneras, hay cosas hechas. Y eso hay que apropiárselas. Eso es importante. Algo que vos recalcás y que quiero agradecer públicamente tu presencia el otro día en la presentación de los datos. Esto es una responsabilidad de todos. Cada uno en su lugar tiene una función a cumplir en términos de difundir derechos, de informar servicios, de denunciar cuando las cosas no marchan y además para que la gente se apropie. No hay política pública que sea efectiva si la gente no se siente sujetos portadores de derecho y sean activos en la búsqueda de información y servicio.

E.: — LA, nos quedan algunos minutos para comentar dos o tres cuestiones, nada más. Tenemos la creencia bastante difundida de que después del hijo, la responsabilidad recae casi exclusivamente en la mujer. El hombre todavía sigue siendo interpretado como el proveedor, cuando está su figura instalada en el hogar y parece que todo que tiene que ver con ese hijo que nace es un tema exclusivamente femenino. Eso es algo que también ustedes han tratado de derribar como mito.

M.M.: — Sí. Acá hay, eso que hablábamos, de quién tiene que cuidar. Cuidarnos y cuidar a todos entre todos. Sin embargo, lo ves en otras estadísticas, como el uso del tiempo, y el uso del tiempo libre dan que las mujeres usamos dos tercios de nuestro tiempo libre para el cuidado de los demás, mientras que eso es un tercio de varones los que lo hacen. Aquí tienen que ver dos cosas, porque además es verdad el fenómeno de la salida masiva de las mujeres al mercado de trabajo, porque además es importante que así sea. Lo que no había es el ingreso de los varones al cuidado doméstico que acompañe ese movimiento.

E.: — Hay algo rengo ahí, entonces.

M.M.: — Hay algo rengo. También hay una dificultad y es que todas las políticas que ha habido en salud sexual y reproductiva fundamentalmente han estado pensadas y dirigidas a mujeres. Hay que también pensar políticas

dirigidas a los varones, porque los varones también tienen derechos sexuales y reproductivos. El problema es que muchas veces los ejercen de manera más desinformada. Ahora estamos haciendo el resultado de una encuesta de hogares también a varones entre 15 y 49 años y lo que más nos sorprendió es la resistencia de los varones a hablar de su sexualidad y dar cuenta de sus decisiones reproductivas. Si hay en el campo de las mujeres mucho para transitar, en el campo de los varones hay mucho más aún.

E.: — Vamos a estar a la espera de los resultados de esa encuesta. Finalmente, se viene una instancia que tiene que ver con el interés de algunos sectores de la sociedad de llevar a referéndum la ley de interrupción voluntaria del embarazo. De hecho, el 23 de junio hay una primera etapa. A veces se teme que estas cuestiones estén contaminadas por lo político partidario. ¿Cómo observan ustedes en principio este camino por transitar?

M.M.: — Es confuso lo que se está planteando. El país ya lleva desde la redemocratización en 1985 y en todo periodo legislativo, (E.), ha habido proyectos para despenalizar o regular la práctica clandestina del aborto. Es verdad que se terminó con un proyecto complejo, muy abigarrado, que hace que la ruta de acceso a los servicios de aborto sean complicadas y que el sistema no está preparado para hacerlo. Pero lo cierto es que el paso que dio el país es dar una respuesta a una práctica que históricamente transitó por el circuito clandestino, y cualquier práctica de salud por el circuito clandestino tiene altos riesgos de terminar mal. Lo único que avanzó la ley es incorporar los servicios de aborto seguro en el sistema nacional integrado de salud. El aborto sigue siendo un delito en este país. La ley de 1938 sigue vigente y no hay nada que pueda obligar una mujer a realizarse un aborto si no lo desea, si no lo decide. Por lo tanto, esta consulta empieza a complicar un poco más nuevamente un tránsito democrático que ha sido complicado ya de por sí, porque hay un desfase entre lo que resuelve la clase política y la realidad.

E.: — ¿Y no es acaso esa convocatoria un referéndum la forma de democratizar el debate, de amplificarlo?

M.M.: — No, porque lo que vamos a estar discutiendo es si queremos que los servicios de aborto sean dentro del sistema y seguros, realizados por personal capacitado o si la práctica clandestina sigue siendo la forma de interrumpir los embarazos no deseados. Esto no me parece sano porque confunde. Una mala ley, y yo considero que es una mala ley, no se resuelve por plebiscito, lamentablemente. Este plebiscito es derogatorio. Si se deroga la ley, volveremos cinco pasos atrás en el sentido de que no habrá respuesta del sistema en la práctica clandestina. Y si se ratifica, estaremos ratificando una mala ley. Creo que es un tránsito que, como ciudadana y como parte de la ciudadanía organizada no me parece que sea un camino que dirima un tema. Este es un tema conflictivo. Lo será por siempre. España es un ejemplo. Cambia el gobierno, como ha sido el PP en lugar del PSOE y lo primero que hace es revisar las leyes de aborto, porque hay un conflicto ideológico y filosófico por detrás.

E.: — Sí. El corte ese es notorio.

M.M.: — Ese corte y que no se dirime por leyes. Yo creo que la consciencia individual debe ser respetada en las decisiones personales. En términos legislativos tenemos que tener marcos normativos que contemplen lo que es verdad que pasa con esto que es la diversidad de creencias, la diversidad de decisiones, la diversidad de filosofías y la no existencia de verdades únicas. Nadie, ni una misma persona a lo largo de su vida, puede sostener una posición de que no quiere ser madre o padre en un momento. Puede querer serlo en otro momento de su vida reproductiva. Por lo tanto, lo que tenemos que tener son marcos normativos capaces de convivir pacíficamente con esta diversidad de decisiones y dar igualdad de condiciones. Con estas cifras que vemos acá, clandestinizar el aborto va a seguir impactando en las mujeres que ya tienen la vida muy complicada.

E.: — M.M. muchas gracias por esos minutos.

M.M.: — No, por favor, gracias a vos.

8. A.R.

Entrevistador (E): — Seguimos adelante en Telebuendía, recibiendo con gran gusto a la doctora en historia A.R. (A.R.), docente, y como ustedes saben, historiadora. Ha coordinado junto con Gerardo Caetano Las Instrucciones del Año Trece — 200 Años Después. Aquí está la presentación del libro y para que ustedes adviertan — no lo pueden sentir, pero lo tengo yo aquí — con tapa dura. Ya es una primera decisión, me imagino.

Buen día, A.R. ¿Cómo está?

A.R.: — Buen día, (E.).

E.: — Es un gran gusto recibirte. Esto de la tapa dura le da otra... No sé si es una percepción meramente personal, pero le da como otra fuerza.

A.R.: — Esa fuerza la quiso el Parlamento. La tapa dura es una edición especial que mandó hacer el Parlamento para que este se convierta en un libro obsequio, en un libro objeto institucional para el Parlamento. Para el público va a haber una edición que te diré que personalmente es la que prefiero, que es la de tapa blanda, porque es más fácil para leer.

E.: — Es mucho más práctico. Más legible, más abarcable el libro, porque además lo tangible sigue siendo tan importante. Porque todo esto puede llegar a estar luego referido sobriamente en páginas de internet. Sin embargo, siempre está bueno tener aquella cosa de volver a la materia.

A.R.: — Como libro es un libro objeto. Quedó muy lindo. Estamos muy orgullosos, porque no solamente el contenido, del cual hablaremos ahora, es importante, sino que quisimos que hubiera una muy buena compilación gráfica de las formas en que se han ilustrado no solamente las instrucciones en sí, sino de pronto los contenidos abstractos. ¿Qué hemos hecho para que se entienda república? ¿Por qué la república fue siempre la representación de una mujer de vestidos muy albos y relucientes, alada? ¿Dónde empezaron estas representaciones, cómo y cuándo? Hay un rastreo de la imagen muy importante. Hay hasta algo que casi nadie se ha puesto a pensar, estoy segura: cuando los diputados van a Buenos Aires, ¿cómo van? Hay un grabado precioso en el cual representa una diligencia con la escolta gaucha que fue la manera en que Larrañaga llegó. Entonces, como libro, es precioso por esas cosas.

E.: — Es un libro objeto. Me parece una correctísima definición. Hay prólogos del presidente de la asamblea general, del vicepresidente Astori y del presidente de la cámara de representantes en este momento que también ha contribuido con alguna de sus palabras. Luego los ex presidentes, por ejemplo, el estimado Germán Cardoso, que estará la semana próxima aquí en la entrevista. Una pregunta que parece tonta y que es obvia, y que sin embargo

corresponde: una referencia aquí son las instrucciones del año XIII porque a partir de ahí también querríamos conocer ¿qué grado de percepción hay en ustedes los profesionales de la historia, respecto a lo que conocemos nosotros, los ciudadanos comunes y corrientes?

A.R.: — Las instrucciones son un texto de tipo fundacional. O sea, son aquellas que los países toman como textos básicos, que se rodean de una aureola que casi te diría sagrada, y que, por supuesto, fueron rescatadas del olvido en su momento, porque estuvieron olvidadas e incluso perdidas durante mucho tiempo.

E.: — ¿En qué momento se desaparecieron?

A.R.: — Cuando desaparece Artigas, también con él los documentos que habían sido importantes. En 1878, ya 30 años luego de fallecido Artigas en Paraguay, un historiador argentino se pregunta “aquellas instrucciones célebres que provocaron tanto escándalo en su momento, al fin y al cabo ¿que era lo que decían? ¿Dónde están?”. Y las encuentran, ¿sabés dónde? En los archivos del recientemente derrotado Paraguay, en la Guerra de la Triple alianza, que como nación derrotada, fue saqueado su archivo también. Se lo reparten entre Argentina y Brasil y las Instrucciones estaban allí, porque Artigas se las había mandado a Gaspar Rodríguez en Francia.

E.: — Y hoy están acá.

A.R.: — Hoy están ahí las varias versiones. Hay 4 en el país, hay 2 fuera. Están todas. Están explicadas las diferencias entre cada uno. Es un libro en el que han participado, y es nuestro mayor orgullo, 13 historiadores nacionales y 13 extranjeros. Sería muy injusto que yo mi olvidara de alguno, pero voy a intentar decirte que a nivel nacional, por ejemplo, escriben profesores de la facultad de humanidades ampliamente reconocidos, como Ana Frega, Ariana Islas, Carlos de Masi, Wilson Gonzales de Mouro, Inés Cuadros; que escriben historiadores de larga data, como Vázquez Franco, un reconocido antiartiguista al cual le dijimos “usted tiene que participar, usted tiene que decir por que este texto no le parece sagrado”. Porque la pluralidad era importante. Escribe Lincoln Maiztegui, escribe Oscar Sarlo, escribe Romeo Pérez. Y a nivel internacional tuvimos el orgullo, (E.), que la primera figura, uno de los fundadores de la microhistoria, un historiador de trayectoria mundial como Giovanni Levi, desde Venecia, se sentara a analizar las instrucciones del año XIII. Un gran americanista norteamericano, como Jerry Cooney. El investigador que dirige un equipo probablemente más numeroso de historiadores del mundo en toda historia conceptual, que es Javier Fernández Sebastián y el grupo Iberconceptos. Aborda desde la historia conceptual, cada una de las palabras y los conceptos que generalmente repetimos: república, federación... En ese sentido es un libro excepcional.

E.: — Es un esfuerzo enorme que se ha realizado y creo que está mencionado en el libro: la historia predice. ¿Puede hablarse de ese concepto? Por lo tanto, vuelvo a la primera pregunta o a la primera consideración. ¿Sabemos tanto

como debemos los uruguayos sobre nuestra historia, sobre estas paridoras instrucciones del año XIII?

A.R.: — Cada generación debe aprender casi todas las cosas de vuelta y volver a significarlas. Esto significa, entre otras cosas, que tú puedes tener la documentación... Las instrucciones no fueron descubiertas por Gerardo Caetano y por mí. Son un viejo documento que, desde que Pelliza las publica, se conocen muy bien, pero lo que hay sobre las instrucciones son preguntas nuevas. Y el pasado, (E.), responde a las preguntas y cada generación debe hacer las suyas.

E.: — ¿Estás de acuerdo con este concepto de que la historia predice? ¿Saber lo que sucedió nos puede llegar a determinar qué sucederá?

A.R.: — Esa es la condición apodíctica de la historia, la capacidad para prever. Lo que pasa es que en ese ejercicio hay siempre una cosa muy peligrosa, que los historiadores siempre nos enseñan como evitarlo, como la primera lección cuando vas a aprender a manejar. La primera lección es: ojo con los usos políticos de la historia. Con eso de predecir, que se convierta en un presentismo cargado de sentidos ideológicos. Por eso, para nosotros, el sentido ideológico inmediato que tenía que tener este libro era la pluralidad. Vivimos en tiempos de pluralidad y así debe ser.

E.: — ¿Refiere a la síntesis del pensamiento artiguista?

A.R.: — Sin duda. Claramente.

E.: — ¿Un Artigas hoy, de pronto, más politizado que antes? Volviendo a ese razonamiento de que se toman, muchas veces, las grandes figuras para utilizarlos políticamente...

A.R.: — Yo creo que Artigas siempre fue politizado. Tiene consenso. Es una figura de consenso. Todo el mundo se arrima a esa estatua para que al pie de la misma baje una suerte de legitimación desde el bronce. En ese sentido siempre fue una figura altamente politizada, muy polémica en su tiempo. Siempre tuvo enemigos contundentes que dijeron de él que era látigo de dios en América, por ejemplo. Luego tuvo una unanimidad y un culto a su imagen que es muy marcado y que forma parte de la identidad de los uruguayos.

E.: — Aquí también está determinado, más allá de que hay esos libros que hay que volver a leer a cada tanto, por lo menos uno tiene que ir dosificando la lectura, porque es tan apasionante y tan rico el material que uno muchas veces va dejando para más adelante aquello que dijo tal o cual historiador. Pero se nota claramente un Artigas auténtico, porque hubo influencias de toda naturaleza, francesa, inglesa, norteamericana... Y sin embargo, él fue, más allá de esa influencia, auténtico.

A.R.: — Auténticamente español. Fue más español que otra cosa. Aragonés. Porque es un hombre práctico. Porque indudablemente las grandes corrientes

de pensamiento, de un tiempo de grandes corrientes de pensamiento como el que le tocó vivir, él las tenía. Pero uno no debe imaginárselo jamás como un hombre sentado debajo de un árbol con largas horas de lectura. Era un hombre de acción, que lo que tenía incorporado como algo absolutamente natural era la modalidad española, el pensamiento español, el concepto español a propósito del orden. La figura de los cabildos tan determinante en esa ruptura política que él hace, rotunda. Había que decir república en el siglo XIX, (E.). ¿Que experimentos políticos cercanos? Venían de siglos de monarquías absolutas. La República Romana era una lejana referencia docta en el tiempo, y la más cercana era Napoleón, que había invadido a España y que los había dejado sin rey. Decir república y decir igualitarismo social junto con república eran cosas muy rotundas. Y, sin embargo, hay una raíz española en eso. Hay un retorno de la soberanía a los pueblos, hay un rol del cabildo, de la res pública, la cosa pública — nosotros resolvemos nuestros problemas entre nosotros —, que es rotundamente española.

E.: — Hay un grabado, una pintura de Anhele Hernández que demuestra ese Artigas meditando.

A.R.: — Ese Artigas precioso. Desconocido por completo. Una gentileza de la familia Anhele Hernández que permitió que usáramos su imagen.

E.: — Está bárbaro, pero además muestra también ese Artigas meditando...

A.R.: — El ciudadano.

E.: — Ciudadano que también consideraba, analizaba.

A.R.: — No del gaucho, no de botas, sin caballo, sentado, con papeles en la mano. Pero es el rostro de Blanes, así que uno sabe que es Artigas.

E.: — Exacto. Aquí viene esa discusión nación, estado, patria... Muchas veces, Ana, en ese debate, ¿no perdimos pertenencias por lo menos a un concepto de decir “bueno, nosotros somos...”? Porque creo que lo dice el doctor La Calle, el ex presidente de la república: nacimos a pesar de los vecinos.

A.R.: — Es una frase muy fuerte con la cual el doctor La Calle inicia su artículo. A nosotros nos interesaba mucho saber los hombres que han gobernado a este país desde el retorno democrático en adelante, que además han sido todos los partidos, entonces ese era una pluralidad también muy republicana que mucho nos interesaba, ¿cómo sintieron las instrucciones? ¿Las sintieron como un decálogo que estaba allí o no? Cada uno nos dio su punto de vista. Claro, el punto de vista de un blanco como en la calle tiene que ver con la postura de su partido, es el Nieto que hablaba de la patria chica y la patria grande. Esa tensión entre nacionalismo y clave regional, entonces esa frase es contundente. Nacimos pese a los vecinos. El doctor Sanguinetti, un amante de la historia hace un racconto histórico...

E.: — Es el que más se extiende por otra parte, ¿no?

A.R.: — Su vocación de historiador...

E.: — Se le nota.

A.R.: — Y Valle hace un análisis histórico también muy estupendo. Empieza contra Falgar. También la historia le gusta mucho. Pero todos señalan una cosa. El doctor Vázquez dice: son un faro hacia adelante. Cada uno dice como lo sintió en su ejercicio de gobierno Y por supuesto el presidente Mujica también escribe. Él insiste en el igualitarismo social de las instrucciones. Cada uno fue con la postura de su partido, con su historia personal.

E.: — Y ahora que se habla de la crisis de valores a todo nivel, de la crisis de valores como sociedad en nuestras propias individualidades, ¿es también este documento... ¿Son las instrucciones acaso una base de reconstrucción de una sociedad en valores?

A.R.: — Yo, personalmente (E.), pienso que los valores están en crisis siempre es parte de su condición. Porque los valores cambian permanentemente. En cada coyuntura de cambio la gente lo siente como que se murieron los valores. No se murieron. Vienen otros, que de pronto a la anterior tanda le parecen no valores, pero son valores de otro tipo. Estamos en una coyuntura especial, en un profundo individualismo que a veces parece que es pérdida de contemplación del colectivo. Sin embargo, el ciudadano narcisista y profundamente individualista de la sociedad contemporánea es un ciudadano muy activo y muy demandante, que le pide a cada candidato que le mire a los ojos y como persona le diga quién es, y luego le diga su programa de gobierno. O sea, ojo con el narciso-individualista contemporáneo, porque como ciudadano no es tonto y es altamente participativo y reclama todos los días sus derechos nuevos. No es pasivo. Yo no le tengo miedo, personalmente, a los cambios de valores, capaz que de formación profesional cada circunstancia de cambio para mí es marejada. Hay que salir a pescar conceptos nuevos.

E.: — Uno a veces se pregunta también si somos tan hipercríticos, a veces de cierta vulnerabilidad institucional, de cierto avallasamiento contra la democracia, y si no deberíamos volver a aquel republicanismo, a aquella actitud un poco más de tomar decisiones en común, de no vulnerar tanto las instituciones democráticas. Me parece que el libro también permite algunas claves.

A.R.: — Creo que sí. Creo que el libro te enfrenta a ti ya desde hace 200 años, en un papelito de dos hojas, manuscrito, a mano, hecho en un campamento en el cual afuera había un fogón, llovía, la gente carneaba... En una democracia tan vital, tan directa, tan espartana, tan gaucha. En esa democracia alguien dijo tan rotundamente "tiene que haber separación de poderes y que cada uno de ellos no debe ser avasallado por el otro". Es una suerte de mandato impresionante.

E.: — Por eso digo, debe estar vivo hoy todavía ese documento.

A.R.: — Yo creo que lo está. Yo creo que sí. Que tú lo leas y digas “caramba, ya lo dijo Artigas hace 200 años”.

E.: — ¿Hay gente que tiene esa actitud de decir “a ver, vayamos a nuestras raíces para saber hacia donde tenemos que ir y dejémonos de poner en riesgo esta separación de poderes”, por ejemplo, que es lo que tú citas?

A.R.: — Yo creo que sí. Creo que las democracias actuales son democracias permanentemente ampliadas. Todos los días tenemos una ampliación y eso es un proceso de cambio de una ciudadanía muy vigilante y muy participativa, que ya no solamente participa a cada 4 años. Y en donde los medios — tú lo sabes, estás en uno y eres un personaje importante en uno de ellos —, son altamente determinantes y son parte de. Esta sociedad debe discutir qué se hace y qué papel tienen esos medios, y creo que estamos en eso. Pero la democracia es de vigilancia permanente. La democracia es un equilibrio, Daniel. No tiene salud para siempre. Hay que vigilarla con mucho cuidado. Es frágil. Pero creo que los uruguayos tenemos una fuerte conciencia de eso. Creo que tenemos desde el fondo de los tiempos un mandato republicano que atesoramos como parte de nuestra identidad. Hemos tenido pocos procesos de caída en etapas no democráticas y hemos salido muy airoso de ellas, pero creo que es bueno recordar siempre que la democracia es frágil.

E.: — Muy interesante ese concepto. Somos diferentes aún en esa aparente similitud con los vecinos. Volviendo a lo De la Calle, está la que crece, a pesar de las rocas, con poquita agua y sin nada de tierra. No sé si es diferente o si es igual, de cualquier manera, estar entre esos poderosos del vecindario.

A.R.: — Creo que sí, que hemos aprendido desde siempre el equilibrio. Lo que yo siempre les digo a mis alumnos es no olviden que ser el pequeño entre los grandes nos obliga a sobrevivir, y que este país ha tenido siempre dos claves para sobrevivir, para ser reconocido siempre en nivel internacional como un país digno: nuestra república — nuestra condición democrática — y la educación que se requiere para que seamos ciudadanos siempre atentos a esa democracia. Esas dos cosas nos hicieron diferentes en el mundo y respetables y tenemos que seguir manteniéndolas.

E.: — A.R., muchas gracias por estos minutos. Qué sensación como docente... Acabas de mencionar el concepto de la educación, primera en el ranking de las inquietudes de la gente. Seguramente un fuerte tema de campaña. Has estado en Finlandia, por ejemplo, conociendo esa experiencia. Como titular, o en todo caso vuelvo un segundo atrás, ¿cómo siente que hay: tristeza, angustia, decepción, desazón, esperanza?

A.R.: — En Finlandia hay regocijo por un sistema eficaz y un nivel de dignidad del docente que yo conocí muy chica y que luego vi como se fue deteriorando. Aquí hay preocupación y también muchísima dignidad. Hay cantidad de docentes que siguen siendo estupendos y peleando con condiciones muy duras. Luego hay un deterioro de todo, desde las herramientas conceptuales,

hasta los programas, hasta los entornos edilicios muy grande, y un dolor de los docentes muy grande, una pérdida del norte. Ya no son en la sociedad lo significativos que habían sido. Yo lo percibo por sobre todas las cosas como un dolor y como una amenaza y el país debe tomar conciencia de eso y debe ser algo más que un tema de campaña. Debe ser algo que nos reúna a todos. Con preocupación, los finlandeses ya lo sabían antes que las pruebas Pisa les daban un preocupante descenso. Siguen estando en el lugar número 12, que ojalá tuviéramos nosotros, pero para ellos igual están preocupados. Los finlandeses, no con dolor, pero con inmediata preocupación, se volvieron a reunir. ¿Dónde nos equivocamos? Hay que volver a remontar esos puestos. Pero ellos lo hacen, y fue la cosa más linda que vi en Finlandia, con una unanimidad absoluta. Un día visitamos, en la mañana, al ministro de educación del partido del gobierno y, en la tarde, a la ministra de la coalición de partidos opositores. Los dos nos dijeron la misma cosa sobre educación. La misma cosa. Una unanimidad... En eso no se tiembla, en eso no se especula. Con eso no se negocia, con eso no se hace campaña.

E.: — ¿Y dónde está la brecha acá para que no se genera ese acercamiento? Porque de hecho los políticos estuvieron a la altura de terminar un acuerdo multipartidario y lo firmaron. Después fue quedando por el camino...

A.R.: — Qué felicidad sentíamos todos ese día. Dijimos “hay un acuerdo. Va a salir adelante. El cuerpo político entero lo apoyó”. Y luego zozobró por múltiples cosas que hay que analizar detenidamente.

E.: — La principal, ¿cuál? Si es que hay una...

A.R.: — Se habla mucho de los corporativismos. Yo diría que está bien, estamos teniendo corporativismos que son muy preocupantes, pero los profesores deben tener el derecho a agremiarse, eso sin duda. Hay que revisar qu[e]s lo que ha pasado con eso. Pero hay que revisar hasta qué punto los pactos políticos tenían salud en el momento de firmarse, porque de pronto se firmó algo que era más por la galería, para la foto, que de verdad el cuerpo político tomar conciencia de eso. Y luego hay un problema de ejecutividad muy grande. Yo estoy convencida que el presidente Mujica tiene la buena voluntad y el deseo de solucionar el problema educativo. Yo no creo que haya mentido cuando dijo educación, educación y más educación el primer día, en aquel discurso precioso y emocionante que todos escuchamos. Yo creo sinceramente que el era sincero, y no me estoy equivocando al usar dos veces la misma palabra, pero hay un problema de ejecutividad que tiene que ser un problema político interno del gobierno, supongo yo, que no ha permitido que se cristalizaran.

E.: — El propio Mujica que no le debe mentir en un programa en tv ciudad cuando le dice: en el frente amplio tampoco me entendieron, no me llevaron con esto, no pude comunicarlo.

A.R.: — ¿Y eso cómo se llama, (E.)? Yo le digo ejecutividad, llevar a la práctica, concretar cosas. ¿Cuál es el problema? El gobierno lo sabrá, yo no.

E.: — Esperemos con confianza y con esperanza que algún día podamos tener una vez más este acuerdo marco con más contenido y ejecutividad.

A.R.: — Yo siempre pienso que hay una cosa muy esperanzadora. Cuando pierdo la esperanza, me voy para el interior. En el interior siempre veo una cosa que sigue siendo lo más lindo del paisaje: las escuelas rurales y algún maestro o maestra haciendo dedo y todo el mundo trasladándolos con respeto y veneración. Nunca le pasó nada a un maestro rural en los caminos del país, ni a una maestra sola. Y ese respeto al viejo rol del educador, esto todavía existe en nuestro país, y es remontarlo. Esta es mi esperanza siempre.

E.: — Muchas gracias, A.R., por estas palabras. Ha sido muy amable.

A.R.: — Gracias.

E.: — Estuvimos con la doctora en historia A.R.. Vamos a ir a una breve pausa y seguimos adelante en Telebuendia.

9. E.D.

Entrevistador (E.): — Seguimos adelante en Telebuendía, recibiendo con gran gusto a la representante de los empresarios en el directorio del BPS, contadora

E.D. (E.D.): Empresarios que trabajan, digamos...

E.D.: — Por supuesto.

E.: — ¿Cómo anda, E.D.? Buen día.

E.D.: — Muy bien. Buen día, buen día a toda la audiencia.

E.: — Estábamos hablando hace algunos minutos que, naturalmente, el BPS suele ser ese termómetro que refleja la actividad del país. En ese sentido es un banco en auge, porque además debemos ir a la acepción: Banco de Previsión Social.

E.D.: — Es un banco que hoy en día podemos decir que está bien, que es estable, que puede garantizar las prestaciones con las que se ha comprometido a través de diferentes leyes, pero que no podemos quedarnos con una fotografía. Nosotros tenemos que pensar que el compromiso que se asume con cada persona que se jubila es por el resto de su vida. Tenemos, por otro lado, prestaciones activas que tenemos que brindar a quienes están trabajando. Pero esos compromisos de largo plazo nos suponen, por un lado, una deuda explícita cuando hablamos del sistema de capitalización. Sabemos cuanto estamos debiendo a nuestros trabajadores hacia adelante, pero tenemos una deuda implícita que no está determinada, que es la del sistema del reparto y es con todos los jubilados que dependen del banco de previsión social. Ese es un desafío enorme que tiene por delante.

E.: — ¿Qué se está haciendo en función de ese camino que hay que transitar en algún momento?

E.D.: — Creo que el desafío del banco no está directamente en el banco de previsión social. El banco tiene una cuota a parte y es comprometerse a no aumentar la presión fiscal, porque en la medida que nosotros aumentemos la presión fiscal, el riesgo que corremos — y en esto hay estudios del BID que lo demuestran — es que s[e]stimule la informalidad. Desde la representación empresarial, nosotros siempre decimos que la mejor seguridad social es el trabajo, el compromiso con el trabajo. En la medida en que el país pueda asegurarles trabajo a los jóvenes, nosotros vamos a tener una relación activo-pasivo buena, por encima del 2,5 de trabajadores activos por jubilados, y esto nos puede garantizar la sustentabilidad del sistema.

E.: — Allí donde se menciona la búsqueda del equilibrio como objetivo principal de las autoridades y donde también nos lleva a esta discusión, este debate,

que además toma calor en la campaña electoral y es respecto a la edad de jubilación. Está el trazo grueso, ese que dice que el programa del frente amplio, en este caso, propone, o plantea, o deja sembrada la posibilidad de aumentar la edad para el retiro. Hay un candidato, en este caso de la fórmula opositora, que señala que no va a haber modificaciones en ese sentido. Primero, ¿una consideración sobre los avatares de la campaña política en la interna de la acción del banco incide, Elvira?

E.D.: — No. El banco es muy profesional, es muy técnico y nosotros lo que trabajamos siempre es, repito la palabra, por la sustentabilidad del sistema, independientemente de los aspectos políticos. Obviamente es un directorio que tiene una interacción plural. Es un directorio donde tenemos 3 representantes del partido del gobierno, 1 representante del partido nacional y 3 directores sociales que no tenemos que hacer política, pero que obviamente eso a veces está reflejado. De todos modos es muy técnico y no siento que esté permeado por eso.

E.: — El directorio de hecho ha sido tomado como ejemplo y como posibilidad de que eso replique en otras instituciones. De hecho se habla de la organización hace y que el ideal sería una integración de esas características. Vuelvo a la cuestión anterior. No es simplemente establecer un máximo o mínimo para jubilarse. Es mucho más complejo el tema.

E.D.: — Sí. Ojalá fuese solamente eso. En esta ecuación nosotros tenemos... Alguien puede decir: bueno no voy a aumentar la edad de retiro, que sería el ideal. Todos queríamos poder mantener esa situación de los 60 años de edad con 30 años de trabajo. Pero si no se toca esta variable, entonces de pronto hay que tocar lo que se llama la tasa de remplazo, que es el porcentaje que se aplica sobre el promedio de los 20 mejores años. Eso pasó en Francia. En un momento se dijo que iba a aumentar la edad. No se aumentó la edad, porque vino otro candidato que había planteado que no iba a aumentar la edad jubilatoria, pero tuvo que aplicar ajuste por la tasa de remplazo. Entonces no es tan sencillo. La expectativa de vida viene aumentando, y eso es muy positivo, y ojalá que Uruguay siga manteniéndose en esos niveles comparados a países desarrollados, pero obviamente en la medida en que tenemos una expectativa de vida mayor, tenemos que asegurar la prestación durante más años. Por lo tanto, en algún momento vamos a tener que tener algunas consideraciones para poder hacer el sistema sustentable.

E.: — Claro. Hablando en términos vulgares, tomar el toro por las astas. Porque es un asunto delicado, en el que le va la sustentabilidad del BPS, ni más ni menos.

E.D.: — Sin duda. Los desafíos son: hay más demandas, no solamente más demandas de cobertura y en las prestaciones que ya estamos otorgando, sino también demanda por nuevas prestaciones de seguridad social. Hoy en día se está hablando de un sistema nacional de cuidados y eso hay que financiarlo de alguna manera. Por otro lado, tenemos a la sociedad en su conjunto que dice no mayor presión fiscal, porque incluso estudios de la Cepal ya están indicando

que estamos en el límite de la capacidad contributiva. Todo eso hay que bajarlo y no es sencillo. Pero para eso tenemos un equipo fuerte de actuaries en el banco de previsión social que nos van alertando en relación a estos temas y están poniendo una fecha donde podría llegar a darse algunos problemas, que es el año 2030. Pero todo esto siempre y cuando se mantenga el nivel de actividad. Hoy, con la cantidad de cotizantes que tiene el banco de previsión social, un millón 495 mil cotizantes, que no son personas trabajando, sino que son puestos. Una misma persona puede estar cotizando en dos o tres empresas — pero, no obstante, si tenemos unos niveles muy amplios de una cantidad enorme de cotizantes, estamos bien. Si eso llegase a disminuir por alguna razón, tal vez esa barrera del 2030 se tenga que adelantar. Pero dadas las circunstancias, pensamos que recién en 2030 vamos a tener problemas serios.

E.: — Es esa luz encendida allí en el tablero y que implica responsabilidades.

E.D.: — Exacto, y que no hay que dejar para el último momento para evitar tener que tomar decisiones drásticas.

E.: — Usted decía de la mayor tasa de empleo y el mayor número de cotizantes, lo que habla de esta actividad del país en términos generales, y allí viene un ajuste para el próximo mes de enero que será pago en febrero. Se menciona un porcentaje que varía entre el 10 y el 11,5%, Elvira...

E.D.: — Sí. Nosotros creemos que va a estar más cerca del 11 que del 11,5, pero efectivamente, como todos los años, los jubilados reciben su aumento del mes de enero en el mes febrero y así cumplirá como siempre el banco de previsión social. Teniendo en cuenta, además, que este año, para las jubilaciones mínimas, tuvieron un aumento extraordinario en el mes de Junio.

E.: — ¿Lo del aguinaldo?

E.D.: — No es un aguinaldo, pero se parece. La canasta de fin de año que en esta ocasión, a diferencia de los años anteriores, se va a pagar toda en efectivo. En el recibo del próximo mes, ahora en diciembre, van a tener los jubilados de menores recursos 1300 pesos. Esto que es muy bueno para los jubilados y lo venían reclamando. Venían solicitando que no fuese mediante cupones. Tiene un correlato que no es tan bueno y es que las micro y pequeñas empresas, que era donde se canalizaban esos cupones, porque había un acuerdo con la cámara nacional de la alimentación, que está integrada por panaderos, confiteros, carniceros, quioscos, y fabricantes de pastas. Así como cambados y las farmacias, eran donde se canalizaban esos cupones. Ahora esos cupones podrán gastarse en otros lugares, lo que no es tan bueno para las micros y pequeñas empresas.

E.: — Allí sea esa circunstancia, de cualquier modo ya es un hecho, se va a pagar en efectivo y es una partida de 1300.

E.D.: — 1300 pesos. Estuvimos esta semana en Melo y nos hacían un reclamo desde el centro comercial y es que, ese dinero que daban en el mercado local y que ahora probablemente se gaste en la frontera. Veremos el año que viene si podemos volver a un sistema que permita que se canalice ese dinero en el mercado interno.

E.: — E.D., decíamos de los cotizantes, también del aumento considerable de las empresas unipersonales. ¿En cuánto está ese número actualmente?

E.D.: — En 84 mil, que si lo comparamos con el año 2004, es un aumento de más de 30 mil empresas unipersonales.

E.: — En 10 años se crearon 30 mil empresas unipersonales más.

E.D.: — Sí.

E.: — Muchas veces se ha advertido que detrás de la creación de una unipersonal puede estar la precarización del empleo, porque el empresario le exige al postulante a un cargo que presente una factura que determine esa forma de pago, lo que estaría siendo una actividad encubierta, un empleo precario.

E.D.: — Sí y no. No toda empresa unipersonal tiene detrás ese supuesto, porque puede haber empresas unipersonales con 100 trabajadores. Pero hablemos de la unipersonal sin dependientes.

E.: — Permítame una precisión sobre ese aspecto. Una unipersonal con 100 trabajadores, ¿es posible?

E.D.: — Podría llegar a tener 100 o más, lo que quisiera.

E.: — Porque la definición, entonces, ¿cuál es? Digo para ilustrar un poco...

E.D.: — Las que hablamos y las 84 mil de las que hablé recién son unipersonales sin dependiente, que es que la empresa se conforma como unipersonal y trabaja la persona a título individual. Ahí sí podría llegar a haber algún tipo de precarización. De todos modos, el BPS es un guardián para que esas situaciones no ocurran.

E.: — ¿Y qué mecanismos tiene?

E.D.: — Hasta el año 2010, tuvimos un artículo que era el artículo 178 de la ley 16713, que establecía que cuando una empresa contrataba, porque lo solicitaba así o porque el unipersonal se ofrecía bajo esa forma jurídica, enviaba el contrato al banco de previsión social, nuestros abogados lo revisaban y si nuestros abogados establecían que no era una relación de dependencia encubierta, la persona quedaba tranquila, contratando en esa relación al trabajador. Ese artículo se derogó y se derogó para proteger. Nosotros no estábamos como empresarios de acuerdo en la derogación,

porque creemos que muchas empresas inician como unipersonales realmente y después van creciendo, contratan personal y pueden llegar en pocos años a ser una empresa que incluso cambie su formato y ya deje de ser unipersonal para transformarse en limitada, o en anónima, o en una sociedad de hecho. Y le daba la garantía el empresario de estar haciendo las cosas bien. Pero, desde los trabajadores, se pidió que se derogase ese artículo y, hoy en día, un empresario que, con buena fe, contrata a un trabajador que es una empresa unipersonal, hasta que no tiene una inspección no sabe si está o no haciendo las cosas bien. Puede un día el BPS presentarse en su empresa y considerar que hay una relación de dependencia encubierta cuando, tal vez, no sea esa la situación. Hoy en día es mucho más difícil poder afirmar si toda empresa unipersonal supone o no una relación de dependencia encubierta. No obstante, pensemos que las empresas no nacen grandes y que el primer paso es el embrión. Y el embrión suele ser la empresa unipersonal porque es la forma más económica de hacerlo.

E.: — Muchas veces se apella aquello de empezar por casa. El estado, por ejemplo, ¿también representa un área de inspección del BPS en ese sentido?

E.D.: — No lo ha sido en los últimos años y nos consta que es un lugar donde hay mucha contratación de empresas unipersonales.

E.: — Parece una contradicción.

E.D.: — Sí. Deberíamos, seguramente, incluirlo para un próximo plan de fiscalización. Trabajar en la órbita del estado para ver si esas empresas unipersonales reflejan realmente una relación de dependencia encubierta o no.

E.: — E.D., directores del BPS difieren sobre pérdidas por certificaciones falsas, habla de la salud, un tema que usted trató aquí mismo, recuerdo, en la anterior entrevista. El director Gali negó que sean 5 millones de dólares, como dijo Domínguez. Esto se publicó el 27 de setiembre en el Observador.

E.D.: — Sí. Creo que es el punto que no nos permite avanzar en los controles que deberíamos aplicar para ser más eficientes y eficaces en lo que es la prestación del subsidio de enfermedad. En el directorio hay una interpretación de que el sistema está bien y que no necesita ajustes. También interpretan que toda certificación, a pesar de que es vox populi que no toda certificación refleja la verdad de los hechos, la interpretación que hay desde el directorio, desde la mayoría del directorio del banco de previsión social es que los médicos, toda la certificación que realizan es correcta.

E.: — ¿Van por la máxima?

E.D.: — Van por la máxima. Son como dos visiones que estamos en las antípodas y que no hemos podido llegar a un encuentro. Espero, no pierdo las esperanzas, de que en el próximo ejercicio podamos llegar a un punto de encuentro. Nosotros también vamos por la hipótesis de máxima y es que deberíamos seguir con el indicador histórico, que teníamos desde el año 96, en

cuanto a la relación personas que gozan del beneficio del subsidio de enfermedad sobre número de cotizantes. Ni todo es tan blanco, ni todo es tan negro, pero sin lugar a dudas hay una pérdida significativa de varios millones de dólares.

E.: — Que se estimó en 5 millones de dólares.

E.D.: — Nuestra estimación es 5 millones de dólares mensuales que pierde el banco de previsión social, que puede llegar a no ser 5, capaz que 4, pero que está en ese entorno y que hasta ahora no me han podido demostrar que así no lo sea.

E.: — Gali decía que, según una interpretación suya, 4 de cada 10 trabajadores que se presentan en el BPS a reclamar esa prestación, miente. Lo mismo ocurre con 4 de cada 10 médicos que certifica enfermedades. Pero, también aclara la nota del Observador, no aportó las cifras que sea su juicio corresponden a esas certificaciones.

E.D.: — Claro, ellos no han hecho ningún estudio porque parten de que está todo bien en el mejor de los mundos posibles y no es así. En esos últimos días hemos recibido incluso una denuncia de una empresa que está cerca de la zona de Pan, ahí en la ruta, que nos dio incluso el nombre de un medico que está vendiendo certificados por un precio aproximado de 400 pesos. ¿Por qué esto, por qué ha surgido este negocio? Porque hoy en día el presentismo, que era una herramienta para evitar el ausentismo, se tiene que seguir pagando si el trabajador presenta un certificado médico. Eso ha generado un mercado interesante para conseguir certificados médicos a los efectos de poder justificar faltas. Ni todo es tan blanco ni tan negro, pero creemos estar en lo cierto, que hay acá un tema que hay que poner el ojo porque son muchos millones de dólares a lo largo del año.

E.: — Imagínese 4 o 5...

E.D.: — Multiplicado por 12 estamos hablando de 50 o 60 millones de dólares.

E.: — Me llama la atención, eso quiere decir que ya hay como una industria de la estafa en algunas localidades Por ejemplo, usted mencionaba lo de Pan, un medico certificando y cobrando por esta certificación falsa. ¿Qué va a hacer el BPS sobre este punto?

E.D.: — Nosotros pasamos el mail tal cual nos vino a la parte de servicios médicos y queremos que se fiscalice, se audite.

E.: — Otro tema: el banco de previsión otorgará pagos por las buenas ahora. Otorgará beneficios a 167 mil contribuyentes, buenos pagadores. Lo que se reclama siempre. Si yo pago, si estoy al día, si cumplo, si tengo la responsabilidad cívica de pagar mis impuestos, merezco en alguna medida un beneficio.

E.D.: — Sin duda. Así se pensó cuando se aprobó la penúltima ley de facilidades, la 17963, en el año 2006. Se dijo “¿siempre estamos dando, otorgando beneficios a quienes? A aquellos que no pagan, porque como una ley de facilidades permito que cumpla sus obligaciones fuera del momento que está establecido en el calendario”. Creo que esa ley tuvo varios aciertos y uno de ellos fue establecer una bonificación al buen pagador. En aquel primer año se otorgó un 30% y se dejó abierta la posibilidad que el poder ejecutivo, mediante decreto, en la medida de lo posible, lo renovase. Y fue así que desde ese año hasta ahora, se otorga un 10% de beneficio sobre el aporte patronal jubilatorio del mes de diciembre, incluido el aguinaldo, que se otorga en forma automática. El empresario no tiene que hacer absolutamente nada. Nosotros verificamos en el sistema que el empresario hubiese cumplido con sus obligaciones en el periodo que va de mayo del 2013 a abril del 2014. Si en este periodo todos los meses cumplió, pagando dentro del calendario, después recibe el beneficio. Esto permitió que las empresas se preocupasen por cumplir con el pago en fechas. Pensemos que en el primer año no llegaron a 70 mil y estamos año a año aumentando la cantidad de empresas que pagan en fecha. Creo que esto muestra que cuando uno piensa diseños que son virtuosos, que tienen eso de dar alguna ventaja, la gente lo aprovecha.

E.: — A propósito, en estas cuestiones, hay intangibles que también deberían ser considerados. De hecho, uno advierte la estructura física del BPS y asusta. Pero se han dejado de lado aquellas largas colas en algunos casos y también se han mejorado, con la tecnología, el vínculo del BPS con contribuyentes y con beneficiarios.

E.D.: — Sin duda. Hay un propósito de facilitar el relacionamiento del BPS, no solamente con el contribuyente, sino también con los beneficiarios. Es así que todas las herramientas informáticas que estén al alcance, nosotros las aplicamos. En este momento tenemos, y creo que es muy interesante ya aprovechar a destacar, en Tres Cruces, en el shopping, en la entrada principal, un quiosco, que dentro de unos días se va a trasladar para otra zona dentro del shopping, pero lo van a poder ubicar, donde se hace el contrato ciudadano. Ese contrato ciudadano es el que va a habilitar a la persona para que después, a través de su celular, o a través de la computadora vía web, pueda realizar infinidad de trámites. Desde consultar la historia laboral, dar altas y bajas de servicio doméstico, hacer consultas de la web de los trámites ante el organismo y otra infinidad de servicios que pensamos seguir agregando en el correr del año 2015.

E.: — Ha habido un salto cualitativo con IBM, además, con esta compañía internacional muy potente de ese punto de vista que les había fijado una plataforma también importante.

E.D.: — Sí, tenemos dos empresas que están trabajando en el área de acierto, de lo que es el vínculo con las empresas la plataforma es de IBM y para la parte de prestaciones del sistema jubilatorio es con BULL, que también es un[e]mpresa de nivel internacional muy importante. Cualquiera de las dos pone las tecnologías de punta al servicio del banco de previsión social y son ejemplo

en el mundo. Hace unos días, una de nuestras gerentes, la contadora Liliana Mella, fue invitada a presentar en La Vegas algunos de los productos que ha desarrollado IBM para el banco de previsión social y causó alto impacto en un lugar donde estaban empresas e informáticos de todo el mundo lo que habíamos avanzado nosotros.

E.: — Algunas consideraciones aquí de nuestra querida gente de las redes sociales. “La gente se jubila como forma de sumar un ingreso y sigue trabajando. Vergüenza después que aportás lo que cobrás.” Ese es el dilema siempre. A veces retirarse aquella jubilación. De hecho, a tratar de percibir el júbilo del retiro del descanso se transformó en un martirio.

E.D.: — Acá tenemos dos situaciones. Tenemos seguramente de televidentes aquellas personas que durante su vida cotizaron mucho y al momento de retirarse no se le aplica la tasa remplazo, sino que además de la tasa remplazo se le topea. Y ese tope termina siendo una injusticia, porque en realidad uno dice “al llegar a mi etapa pasiva tengo que bajar mi estándar de vida, porque no puedo vivir con una prestación que en ocasiones es el 20% de aquello por lo que coticé”. Pero esas son las cosas del sistema solidario que permite también que personas que no cotizaron nunca puedan acceder a prestaciones que podemos decir que son bajas, 7200 pesos, que últimamente es un poco más - es la mínima en este momento -, y la están recibiendo personas que no cotizaron nunca. Además, debemos pensar que nuestras jubilaciones en promedio, todavía hoy, después de 17 años de historia laboral, tienen, cuando hacemos el cálculo, 40% de los años son por testigos probados. Eso hace que el sistema termine no pudiendo pagar más a quienes cotizaron por más. Sí hay allí una injusticia y es un desafío que tenemos que en algún momento considerar.

E.: — Tengo 50 años y 30 aportados ¿Cómo va a ser mi jubilación? Supongo que esto debe ser una consulta más demostrador

E.D.: — Sí. Esa persona depende de su trayectoria laboral. Depende de lo que hubiese aportado, pero se va a hacer el cálculo cuando se llega a los 60 y 30. Le van a tomar el promedio de sus 20 mejores años registrados en historia laboral y a eso se le va a aplicar una tasa de remplazo del 45%.

E.: — Después: “Si los políticos se jubilaran con tope, como el resto, el BPS tendría más dinero sin aumentar la de jubilación.

E.D.: — Esto es un mito. Lo políticos se jubilan con tope. Hoy día toda persona que genere causal a partir del año 1996, que fue la ley 16713, tienen el mismo régimen jubilatorio. Se le va a calcular el promedio de sus 20 mejores años, obviamente si tuvieron 20 mejores años con sueldos altos eso va a incidir, pero se va a jubilar como cualquier otro. No tienen más aquellas jubilaciones de privilegio que todavía siguen en el imaginario colectivo.

E.: — De pronto también hay una confusión con estos subsidios que reciben ahora un año, tras el retiro de su actividad parlamentaria, por ejemplo.

E.D.: — Claro, tienen un subsidio de un año. Ese es el beneficio que sería el equivalente a un despido. Pero, en definitivo, para que se pueda volver a insertar en la vida laboral, pensemos que la mayor parte de los políticos, cuando se integran a la actividad legislativa, sobre todo, dejan sus otras actividades. Entonces, cuando termina la actividad legislativa, tienen que buscarse la vida. Ese año lo que les permite es insertarse nuevamente en lo laboral.

E.: — “Hablan de 1300 pesos como si fueran arreglarles la vida. ¿No tienen vergüenza? Pobres jubilados.” Una consideración muy subjetiva, muy sentida. Es así efectivamente, pero...

E.D.: — Puede parecer poco, pero estamos hablando de 8 millones de dólares, esa prestación, y que solamente ampara a los jubilados de menores recursos. Es un sacrificio fiscal, una erogación importante. Pensemos también... No se puede tener todo. Obviamente hay países que de pronto otorgan mejores prestaciones a quienes cotizan, pero no abarcan a todas las personas. Nosotros llegamos a un nivel de cobertura del 96% para todos los mayores de 65 años. Y no todos lo mayores de 65 años trabajaron. Tenemos que pagar pensiones de sobrevivencia, jubilaciones, pensiones no contributivas, pensiones de discapacidad, subsidios de desempleo, subsidios d[e] enfermedad... Un sin número de prestaciones que con las cotizaciones obreras y patronales no llegan a cubrir el 50%. El resto lo tenemos que cubrir con 7 putos del IVA, con el IAS, que es un impuesto que nosotros creemos que es inconstitucional, pero que hoy en día también aplica solamente a las jubilaciones más altas, y esas más altas son las topeadas. O sea, que además de estar topeadas después todavía le aplicamos el IAS, y un sustitutivo del COFIS para poder financiarlo. El sacrificio fiscal que hace la sociedad en su conjunto es enorme para que podamos otorgar esas prestaciones. Obviamente, un tema es ¿son suficientes? Y todo depende de cuánto uno gaste.

E.: — “Aporté 6 años en caja bancaria, después al BPS. ¿Me sirven esas señas de bancaria?”

E.D.: — Sí. Hay convenio y se paga por rata. Ahí depende de la bancaria. No recuerdo en este momento porque no es una filiación nuestra, si son 6 o 10 años que hay que tener como mínimo en la bancaria, pero me temo que sí, que con 6 años suma con lo que tengo en el banco de previsión social. Una vez que configura el requisito más estricto, acceda a la jubilación y cada organismo paga a pro rata.

E.: — “Los ex presidentes no tienen tope y se jubilaron después de esa fecha que mencionó. ¿El tope es igual?”

E.D.: — Depende, y por eso dije, de cuando configuró la causal. Pudo jubilarse después pero haber configurado ya la causal antes del 1996, y eso le liberó del tope. Creo que hay un caso.

E.: — Un saludo a un estimado amigo, un hermano del trabajo, Leonardo Sanguinetti, que le saluda muy especialmente aquí en twitter. Muchísimas gracias.

E.D.: — Contadora, muchísimas gracias. Muy amable como siempre.

E.: — Gracias a ustedes.

10. M.A.

Entrevistador (E.): — Seguimos adelante en Telebuendía, recibiendo con gran gusto a M.A. (M.A.). Es licenciada en nutrición y, además, máster en dirección de empresas de salud. M.A., buen día. ¿Qué tal? ¿Cómo anda?

M.A.: — Encantada

E.: — Igualmente para mí. De Tacuarembó, además. Hay que reivindicar el pago. Ayer estábamos con una estudiante, ahora abogada ya, de Villa Unión, y uno a veces siente esa necesidad de reivindicar el interior, sobre todo con las dificultades que significa afrontar una carrera en Montevideo.

M.A.: — Sin duda. Venís a estudiar en Montevideo, después, a veces, te quedás.

E.: — A veces uno se queda.

M.A.: — Exactamente.

E.: — Cortando un poco con aquel paradigma de mi hijo el doctor. Muchas veces uno, a la hora de tener la oferta dice “no, yo voy a arrancar para acá”. ¿Qué te motivó, qué te provocó esto de la nutrición?

M.A.: — ¿Qué me llevó a estudiar nutrición? En realidad empecé facultad de química y estando en clases en el laboratorio dije “¿qué hago yo acá?” Tuve química en Tacuarembó con el Loco Gil No sé si habrás sido alumno del Loco Gil.

E.: — Claro que fui, por supuesto.

M.A.: — Hace que te fascine la química. Entonces dije “lo mío es química”. Además él me llevaba para adelante: sí, lo tuyo es química. Ferias de ciencia en el interior, en Brasil... Empecé química y dije “yo quiero contacto con la gente”. Yo no puedo estar dentro de un laboratorio. Me encanta la química, entonces me puse a ver carreras. Miré el programa de la carrera de nutrición, tenía bioquímica, tenía química de alimentos y tenía todo lo que significa nutrición social, epidemiología... Y es una carrera que tiene contacto cuerpo a cuerpo con el paciente.

E.: — Se despegó de aquel viejo concepto de la dietista, la que simplemente ordenaba una ruta.

M.A.: — Exactamente. La carrera ha evolucionado muchísimo del punto de vista social, no solamente del punto de vista salubrista. El nutricionista está preparado para estar en diversos escenarios. En la industria alimentaria, en el deporte, en la salud, en la educación. Son ámbitos en los que uno se siente

como ratón en el queso, porque hay mucha demanda. La gente tiene muchas dudas con respecto a la nutrición.

E.: — Parece curioso que, ante el avance notorio que ha tenido la profesión, uno percibe que estamos cada vez más desordenados como consumidores de alimentos.

M.A.: — Sí. Hay mucho desorden. Yo empecé a escribir – y todavía, por supuesto que está en pañales – un librito que habla un poco de eso. La base de todo lo que tiene que ver con la alimentación inadecuada y las consecuencias de la alimentación inadecuada pasa mucho por el tema del orden. Si nos desordenamos en el sueño, nos desordenamos en la ansiedad, nos desordenamos en el humor y, por supuesto que nos desordenamos en el hambre y en la manera de consumir alimentos.

E.: — Tengo algunos datos que quiero compartir más adelante sobre todo en esa franja que es la niñez sometida a esa vulnerabilidad de una alimentación irregular, poco saludable. Pero de eso vamos a hablar más adelante. Lo cierto es que el 5 de agosto estuvieron celebrando el día.

M.A.: — Exactamente. Fue un día de fiesta el 5 de agosto porque es el día del nutricionista, porque en Uruguay la carrera arrancó, dependiendo de Buenos Aires, un 5 de agosto. Justo el otro día estuve a la salida de un cine con una de las primeras generaciones que fueron 5 dietistas que dependían de Buenos Aires, contándome anécdotas. La verdad que un tesoro. Pero por eso se conmemora el 5 de agosto.

E.: — Y ustedes quieren allí reivindicar el carácter gremial que también tiene la asociación.

MA: — Sí. En realidad el Sindicato de Nutrición 5 de Agosto es el único sindicato de nutrición en el Uruguay para nutricionistas...

E.: — ¿Reúne cuánta gente hoy?

M.A.: — Somos unos 1400 egresados, aproximadamente. Son números que se manejan un poco. No hay un censo todavía de licenciados en nutrición. Hay una asociación que está intentando hacerlo. Vamos a ver qué éxito tenemos, pero lo que sé son datos del ministerio de la república del número de egresados de [e]scuela de nutrición que todavía el nombre también tiene que evolucionar. Y en comparación con el número de egresados de la facultad de medicina o otras escuelas de tecnología médica.

E.: — ¿Cuál sería la definición óptima hoy para la escuela de nutrición?

M.A.: — Yo diría que es un instituto de nutrición, instituto nacional de nutrición, o podría ser facultad de nutrición, directamente. Es una carrera de 5 años con aproximadamente... Debemos tener — en nutrición concretamente, bromatología, dietoterapia, materias que son netamente nutricionales — por lo

menos unos 80, 90 créditos en comparación con los seis o siete créditos que puede tener un médico u otros.

E.: — Acabas de describir varias áreas de acción. El egresado tiene como un potencial enorme para varias áreas. No simplemente aquella vinculada, por ejemplo, al sistema mutual médico.

M.A.: — Sí. Se lo relaciona un poco con eso, porque yo creo que fue de alguna manera una necesidad imperiosa cuando nació la carrera y cuando egresaron las primeras generaciones. Se insertaron en un área que era más bien salubrista, era un área más bien al cuidado del paciente en internación. Pero, sin duda que la nutrición abarca y es transversal a toda nuestra vida, en todas las etapas de la vida. Por eso tú decías “me preocupa el tema de la niñez, estuve leyendo datos”. También a nosotros nos preocupa mucho como sindicato y como nutricionistas la nutrición en la tercera edad y la nutrición de la embarazada. Tú habrás leído un poco de las cifras, pero realmente estamos hipotecando el futuro del país, porque tenemos embarazadas anémicas, porcentajes altos, embarazadas con déficit nutricional. Ayer justo ingresamos en el Pereira un chiquito de siete meses con desnutrición impresionante y tú hablabas con la mamá y, pobrecita, pensaba que estaba haciendo todo bien. Si tú no tenés los conocimientos, si no lo sabes ¿cómo es que lo ves? Por eso nosotros insistimos en la necesidad de democratizar la educación nutricional en el Uruguay.

E.: — O sea, antes de preocuparnos por los niños, primero está la embarazadas. Allí ustedes advierten que se ha dicho que Uruguay, en ese sentido, es un país que observa interesantes niveles de seguimiento del embarazo. Pero en materia nutricional, ¿tal vez no?

M.A.: — Yo tengo amigas ginecólogas que las reclamo mucho el tema de la derivación. En concreto hablaba con una la semana pasada y le decía “M.A., ¿por qué no derivan?” y es que “M.A., no tenemos ni como derivar, porque faltan nutricionistas”. Hay, en realidad, mucha demanda social de nutricionistas, pero, todavía las estructuras no están diseñadas adecuadamente. Por eso es una de las cosas que reivindicamos con el tema de la reglamentación. Que no haya nutricionistas trabajando, con todo el respeto, como visitadoras de laboratorios que tengan que ver con nutrición, o en distintos puestos de trabajo que no tienen nada que ver con la nutrición, siendo que quisieran, en realidad, trabajar como nutricionistas. Pero falta demanda en lo que son los trabajos. El patronal no demanda tanto como sí la necesidad.

E.: — Me llamó la atención el afiche que lo tenía y después, por un tema técnico, no lo pude subir, que convocaban esta regularización de la profesión con un león y una leona. ¿Cuál es la explicación?

M.A.: — Sebastián, el colega que hizo el logo, es muy inteligente y muy creativo. Si ves el logo del sindicato tiene a Isis, que es una diosa egipcia que amamanta, que es como la diosa del nacimiento, de la generación de vida, tiene todo una historia muy linda. Y, en realidad, los leones tienen que ver con

todo lo que es guardar la seguridad. El león sabemos que es el rey, entonces de alguna manera lo que quiere demostrar el logo del sindicato es que realmente nos preocupa y que queremos ser los guardianes de la nutrición en el Uruguay.

E.: — Bárbaro. Pero acá viene mi observación desde la ignorancia: los leones que son notoriamente carnívoros, que a veces hay que moderar el tema con la carne.

M.A.: — No. No tiene una relación con el tipo de alimentación que tiene un león, sino con el tipo de actitud frente a la vida.

E.: — Haciendo una analogía, digamos que el león se alimenta bastante mal. Solo con carne.

M.A.: — Sí. Pero no tiene consecuencias porque corre por toda la selva. Nosotros estamos quietos y comemos mal.

E.: — Es cierto, ese sedentarismo. Vamos a esos datos. Creo que lo último que se conoció en materia de sondeo de opinión, de relevamiento de datos, es lo del 2000, del doctor Pisabarro.

M.A.: — Sí.

E.: — Allí se marcaba 17% de niños con sobrepeso, 9% con obesidad y 10% en riesgo médico. ¿Eso podría decirse que continúa, permanece o se agrava?

M.A.: — En realidad, del punto de vista nutricional, epidemiológicamente hablando estamos con una situación post-transicional. Estábamos en una transición epidemiológica. Ahora esa transición ya se dio, ya hay tendencia neta a lo que son las enfermedades crónicas no transmisibles, que nosotros aclaramos y decimos que no son no transmisibles, porque se transmiten en la familia, se transmiten por la televisión, se transmiten de par a par entre los niños y entre los diferentes grupos etarios. Son transmisibles, aunque desde el punto de vista del contagió eso es la negación de la transmisión. Pero tú me preguntabas...

E.: — En que estado estamos, porque además uno advierte que si hay un 10% de riesgo médico, es un dato inquietante.

M.A.: — Hay un manual interesante del Ministerio del desarrollo social junto con el Ministerio de salud pública, que se llama estrategia para la infancia y la adolescencia, y es una estrategia que quiere abarcar 2010-2030, y tiene datos que revelan otras encuestas un poco más chicas que la primera encuesta nacional de sobrepeso y obesidad, que son grupos un poco más reducidos, pero sí representativos y por eso nosotros los manejamos con seriedad.

E.: — De cualquier manera, parece que hay una conciencia bastante generalizada en la necesidad de enseñar al niño a comer mejor, aquello de las meriendas en la escuela, no tantos productos elaborados, sino naturales...

M.A.: — Sí. De hecho, hay un proyecto de ley que tuvo sanción en la cámara baja, en el senado le hicieron algunas modificaciones, volvió a diputados y está un poquito trancado, porque estuvimos charlando con Berta San Severino, con Javier García, que fue quien lo impulsó y sí, hay necesidades. Es muy bueno que los políticos tengan esas iniciativas. Hay necesidad grande de educación nutricional, en todos los ámbitos.

E.: — También la modernidad nos ha hecho todo muy fácil para acceder a alimentos muy preparados, entonces allí se pierde un poco aquella vieja cocina tradicional.

M.A.: — Exactamente. Hay que apuntar a eso, sabes, (E), porque nosotros reivindicamos también lo que se llama la soberanía alimentaria, que va más allá de la seguridad alimentaria. La seguridad alimentaria habla de lo que es la inocuidad del alimento. La soberanía alimentaria habla de que como población, como uruguayos, es necesario que tengamos acceso a alimentos inocuos, pero que también sepamos, de alguna manera, la trazabilidad de esos alimentos. Podemos volver, quizás, a la huerta familiar. A los pacientes del interior, en concreto en el hospital o en la clínica, les insisto mucho. Si tienes un terreno, por lo menos las hierbas aromáticas. Empiezas por esto. Y realmente da gusto. Yo las tengo.

E.: — Es terapéutico.

M.A.: — Es terapéutico, exactamente. Entonces volver un poco a eso.

E.: — Hay algunas cuestiones de género hasta, si se quiere, en el tema de la alimentación, porque vamos a ver un par de spots internacionales que tienen que ver con eso, con que a veces el hombre necesita alimentarse como hombre, y la mujer, una cuestión para la foto, casi, una alimentación femenina. Vamos a ver este spot de un yogur.

(Comerciales en inglés)

E.: — Para los que tomamos a veces un yogur casi a escondidas, aquí está la demostración de que hace bien también.

M.A.: — Sí, justo un colega español, Juan Revenga, que es muy agudo, hacía una crítica muy buena ayer en twitter a este spot y a otro, porque no tiene ninguna característica referente, así como el tema de la coca cero y la coca light, es un tema de etiquetas. La coca light es una etiqueta estilizada, gris con rosado. La coca cero es negra con unas letras más gruesas, y tú vas a la composición nutricional y es exactamente igual una que otra.

E.: — ¿Para dulcificar ahora se está usando un elemento más natural?

M.A.: — No, es acesulfame k. Eso es lo que tiene coca cola light o cero. Es uno de los más adecuados, aunque el más adecuado sería stevia o sucralosa.

E.: — Y ahora bien el agave que también está completando el stevia.

M.A.: -Sí.

E.: — ¿Qué pasa con los transgénicos? Hay un gran debate sobre eso y aparentemente ya está homologado por la opinión pública. No es tan malo en realidad.

M.A.: — No es tan así. En Europa ya han hecho una gran guerra. Nosotros, como sindicato de nutrición, tenemos una posición tomada. Tiene consecuencias el transgénico en sí, que tiene estudios. Todavía falta evidencia científica, pero lo que sí tiene grandes consecuencias negativas para la población son los agrotóxicos que se usan en los cultivos transgénicos. Consecuencias importantísimas y documentadas.

E.: — O sea, no tanto la manipulación genética, sino el fertilizante de que se utiliza para levantarla.

M.A.: — Exactamente. Son muy negativos y provocan enfermedades importantísimas en niños, ni que hablar en embarazadas. Y hay una escasísima regulación en nuestro país. En un cultivo transgénico tiene que haber un porcentaje de la tierra en que se cultiven semillas diferentes, pero hay por supuesto interpolinización...

E.: — ¿Falta de regulación y avance de la técnica?

M.A.: — Y avance de la técnica, sin duda. Nosotros tenemos, las hojas que se plantan en Uruguay son todas transgénicas. Y el maíz también.

E.: — Hay algunas cuestiones vinculadas a las redes sociales, que esto se manifiestan siempre con mucha agudeza y con mucha inquietud. Preguntan, por ejemplo, por cuestiones bastante elementales: el asado, el vino y el mate. Es bien uruguayo. El asado en su justa medida, supongo.

M.A.: — Sí. El asado en su justa medida. (E), nosotros somos muy carnívoros, y carnívoros de carne roja. A pesar de tener costas y tener pescado — que es caro, es verdad —, en abundante oferta, el uruguayo tiende a comer carne roja. Ahí hay que hacer mucha educación nutricional. El asado obviamente que a todos nos gusta, pero, como decís tú perfectamente, en su justa medida.

E.: — De hecho el INAC ha revelado también que algunos cortes son buenos para la salud. Contrariamente a lo que se pensaba, se ha revelado eso también. Después, la infusión típica — es que ahora con el precio se hace complicado — pero el mate es un elemento que ustedes manejan como regulador del organismo o simplemente una infusión.

M.A.: — El mate es una infusión. Las yerbas medicinales tienen otros componentes. Son medicinales porque, así como tú sabes que los medicamentos se sacan de plantas, si uno toma en una infusión la planta, tiene el efecto, depende cual se use, el sedante, el que es más digestivo. En realidad, no tenemos absolutamente nada que decir contra el mate. Todo lo contrario. Es una manera de tomar líquido. Por supuesto, hay yerbas puras, no voy a decir marcas comerciales, que sabemos que son mucho más ricas en cafeína, que es el estimulante del mate, y depende de la sensibilidad de cada persona.

E.: — A veces se había advertido, de hecho hablamos aquí hace un tiempo con unos compañeros, la multimezcla de muchos yuyos. Con eso hay que tener un poco de cuidado.

M.A.: — Hay que tener un poco de cuidado, sobre todo con el tema del consumo por mucho tiempo, porque estoy tomando una misma medicina por muchísimo tiempo. Hay que tener en cuenta eso. Entonces lo que conviene cuando no podemos tomar una yerba fuerte, es variar el tipo de yerba, porque tienen diferentes yuyos.

E.: — ¿Y la copita de vino diaria? Eso está muy bien, ¿no?

M.A.: — No sé si diaria. En esto sería importante individualizar y que cada uno, según sus características, preguntara. Pero, en concreto el vino es calórico, tiene 7 calorías por centímetro cúbico o por gramo, puede ser más, y el alcohol es un hepatotóxico. Hay que consumirlo con moderación.

E.: — M.A., muchísimas gracias por esos minutos. Ojalá que podamos avanzar en esto que significa regular un poco más la profesión. Decíamos de 1400 profesionales egresados, es un número importante...

M.A.: — Te quería dejar como dato que estamos trabajando en el sindicato en un proyecto de ley que tiene que ver con, de alguna manera facilitarle a los trabajadores el acceso a alimentos seguros, inocuos y de buena calidad nutricional. Lo que sucede muchas veces es que a veces uno trata de regular la alimentación del niño, pero te dicen “papá se lleva cualquier cosa al trabajo” o “cuando estamos comiendo en casa, papá llega tarde y viene con la bolsa de bizcochos del trabajo”, entonces nos interesa y estamos preocupados por eso y por eso empezamos este proyecto de ley que vamos todavía a terminarlo.

E.: — Queremos acceder a ese proyecto cuando lo tengan. A veces cuando uno transita por la rambla ve que la gente está... Me parece que hay más gente haciendo más ejercicio. ¿Puede ser?

M.A.: — Sí. Hay una movida con todos los temas de los maratones, estas unidades que han puesto la intendencia, también en el interior, de actividad física, esto hace que la gente tenga un poco más de acceso. La gente a veces, los niños en concreto, te dicen las mamás “no lo dejo salir porque no hay

seguridad, como sabemos todos. A veces uno se crió andando en bici, jugando al manchado, y el niño de hoy — menos en Montevideo — puede hacer esto. Pero sí que hay una tendencia a que la gente...

E.: — Como que se va avanzando algo.

M.A.: — Exactamente.

E.: — Menos videojuego y más actividad física. Muchas gracias Marita, muy amable.

M.A.: — Gracias a ti por esta oportunidad de socializar nuestras propuestas.

E.: — Seguiremos en ese camino. Vamos a una breve pausa y seguimos adelante en Telebuendía.